

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

ENTRE PODERES E SABERES: O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE AMPÉRE ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1981

ROSANGELA MARIA CESCA

FRANCISCO BELTRÃO-PR

2025

ROSANGELA MARIA CESCA

**ENTRE PODERES E SABERES: O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE AMPÉRE ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1981**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: **Profº Dr. André Paulo Castanha.**

FRANCISCO BELTRÃO-PR

2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Cesca, Rosangela Maria

ENTRE PODERES E SABERES: O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1981 / Rosangela Maria Cesca; orientador Profº Dr. André Paulo Castanha. -- Francisco Beltrão, 2025.

119 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. História da Educação . 2. Instituições Escolares Públicas. 3. Ampére. 4. Sudoeste do Paraná. I. Castanha, Profº Dr. André Paulo , orient. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

ROSANGELA MARIA CESCA

TÍTULO DO TRABALHO: ENTRE PODERES E SABERES: O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMPÈRE ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1981

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado, da UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Área de Educação, Linha de Pesquisa 02: Sociedade, Conhecimento e Educação, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

COMISSÃO EXAMINADORA

André Paulo Castanha (Orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)

Rogério Rech
Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão (SEED-FB)

Cecília Maria Ghedini
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)

Moacir da Costa Belliato
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PEE/UNIOESTE/FB)

Francisco Beltrão, 25 de fevereiro de 2025

AGRADECIMENTOS

Ao realizar esta pesquisa inúmeros obstáculos enfrentei, pois a jornada mais longa começou com um único passo, a reflexão sobre o passado, no qual nos ajuda a moldar um futuro mais consciente e cheio de propósito. Tive o apoio de muitas pessoas durante o período de investigação, direta ou indiretamente, que contribuíram para a concretização desta trajetória como mestra em educação.

Minha profunda gratidão ao meu orientador, Professor Dr. André Paulo Castanha, cujas as suas orientações e ensinamentos foram fundamentais para a conclusão desta dissertação. Principalmente, por ter acreditado e confiado em meu potencial, pelo respeito, compreensão e pelos sábios direcionamentos sempre que busquei sua orientação. Este trabalho é, em grande parte, resultado da sua orientação exemplar como educador e pesquisador.

Aos meus pais, Ernesto Sandri Cesca e Amada Casagrande Dalponte Cesca (in memória), que não apenas me deram a vida, mas também, foram fonte de ensinamentos valiosos. As experiências de vida ao lado deles, perpassadas pelas dificuldades enfrentadas no aspectos econômicos e no acesso à escolarização, e toda as carências advindas desse contexto foram elementos fundamentais para a concretização deste trabalho.

À minha filha, Isadora Cesca Possamai, estudante de Medicina Veterinária na UFFS, campus de Realeza-Paraná agradeço grandemente por suas contribuições nas trocas de ideias, pois mesmo não estando sempre presente fisicamente, manteve-se conectada pelo pensamento e enviando energias positivas.

Ao meu filho, Victor Luan Cesca Possamai, pelas suas palavras de apoio nos momentos difíceis e sua compreensão, inúmeras vezes cuidando da minha mãe, que estava acamada desde 15 de março 2022, devido a, um A.V.C. Isquêmico, vindo a falecer no dia 09 de setembro de 2024, foram fundamentais para que eu pudesse, dedicar tempo à leitura e a escrita desta dissertação. Vocês, meus filhos, foram e são meu apoio incondicional. Sou grata por compreenderem minha ausência, e por estarem ao meu lado nos momentos mais cruciais da minha vida. Saibam que esta pareceria foi/é vital para mim.

Agradeço, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná– UNIOESTE, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado/PPGEFB, Área de Concentração: Educação, pela disponibilidade da estrutura física, bem como a sociedade civil juntamente com os professores (as) que lutaram em prol do ensino público gratuita, laica e de qualidade.

Aos membros da banca de defesa, expresse meu agradecimento pela disponibilidade

na leitura e pelas contribuições que deram para a concretização deste trabalho, professora Doutora Cecília Maria Ghedini, você foi um exemplo de mulher na qual eu me espelhei, agradeço imensamente pelo apoio, professor Doutor Moacir da Costa Belliato, professor Doutor Rogeiro Rech.

Ao corpo docente do Mestrado, em especial ao Professor Doutor André Paulo Castanha, professora Doutora Gisele Caglioto, ao professor Doutor Carlos Antônio Bonamigo, que me inspirou a trilhar esse caminho durante minha graduação em pedagogia, no qual foi professor de filosofia. À professora Doutora Suely Martins, ao professor Doutor Clésio Antônio Acilino, pelas suas contribuições significativas, através da transmissão do saber sistematizado, que foram fundamentais durante o processo do meu aprendizado, agradeço por compreenderem minhas ausências durante as aulas, muitas vezes com meu corpo presente, mas minha mente voltada para a saúde de minha mãe.

À Secretária do Programa de Mestrado, Zelinda Corrêa, agradeço pela ajuda e contribuição sempre que a procurei. Bem como os membros da administração municipal da prefeitura de Ampére-Paraná, por proporcionar a realização da minha pesquisa, através do acesso as fontes documentais.

Aos professores e os pioneiros municipais de Ampére-PR, Inácio Reichert, Terezinha Reichert, da FAMPER- Faculdade de Ampére, Lurdes de Costa Pavelegini, Tânia Maria Morandin Neves, Izabel Zucheli, Egnaldo Cesca, meu avó Urbano Cesca (*in memoriam*), Ivo Cesca, bem como os povo indígenas e caboclos, que foram sujeitos históricos e agentes que agiram e transformaram o contexto sociocultural de Ampére e região, deixando sua marca na história no recorte temporal da pesquisa. Os imigrantes europeus que enfrentam diversas dificuldades, ao chegar nas terras brasileiras, em especial as famílias Cesca, Sandri, Casagrande e Dalponte. As mulheres que lutaram incansavelmente, como mais um capítulo de uma história longa, que vai muito além do acesso às urnas. Em especial a minha mãe Amada Casagrande Dalponte Cesca (*in memoriam*), na qual fez parte desta luta.

Aos colegas do mestrado pela convivência e troca de experiências. Em especial, ao Andersson Angonese, que foi um ponto de referência para minha continuidade na escrita, sempre em contato, fornecendo palavras de conforto nos dias turbulentos, Paulo Vitor Bussad Meireles, estendo meus agradecimentos pelas trocas de informações e palavras de conforto, bem como a Jussandra Cardoso M. Cattâneo.

Agradeço a Deus por me guiar através das dificuldades e por me mostrar a beleza que existe mesmo nos momentos mais desafiadores. Ajudando-me a encontrar formas de superação e ser melhor a cada dia, sendo grata e mais autoconfiante.

“A escola é, pois, compreendida como base no desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classe, a uma sociedade socialista”. (SAVIANI, 2013, p. 88)

CESCA, Rosangela Maria. “**Entre Poderes e Saberes: o Processo de Escolarização do Município de Ampére Paraná entre os anos de 1950 a 1981**”. Francisco Beltrão, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2025

RESUMO

A pesquisa esteve vinculada à Linha de pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e se propôs a investigar o processo de escolarização no município de Ampére, PR, entre os anos de 1950 e 1981, abrangendo a educação rural e urbana. Este período foi crucial para entender como a colonização da Vila de Ampére impactou a educação pública local, especialmente com a chegada de imigrantes que buscavam melhores as condições de vida, promovendo o desenvolvimento agrícola da região. A emancipação política de Ampére em 1961, desmembrado dos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, marcou um ponto de virada na história educacional municipal. A partir de então várias escolas foram criadas, construídas ou reformadas, mas só foram regularizadas em 1981 pela imposição do Conselho Estadual de Educação, para se adequar as exigências da Lei 5.692/71. A pesquisa se justifica pela ausência de estudos sobre a história da educação amperense. Adotamos uma abordagem teórica e metodológica que combina fontes documentais, depoimentos orais bibliográficas. Dentre as fontes documentais destaca-se a legislação municipal. Os depoimentos orais utilizados foram de educadores que exerceram a docência naquele período, tendo como base a metodologia da História Oral. A pesquisa evidenciou que a partir da emancipação, o poder público municipal procurou implementar políticas educacionais segundo as determinações das esferas estadual e federal. O município de Ampére começou a receber investimentos no setor educacional, com a construção de escolas, capacitação de professores e incentivo à escolarização das crianças. A expansão da educação primária e secundária foi fundamental para o desenvolvimento da cidadania e da inclusão social, foi um dos primeiros passos para consolidar as bases de um sistema educacional mais robusto. A partir de meados da década de 1970, o foco voltou-se mais para o setor urbano, promovendo a verticalização da escolarização, visando incentivos para a industrialização do município. Ao voltar-se mais para o setor industrial e de serviços, privilegiou-se o crescimento urbano, desencadeando um processo de exclusão no meio rural, levando ao fechamento das escolas rurais a partir do início da década de 1980. Concluímos que o desenvolvimento da educação também trouxe benefícios econômicos significativos para o município de Ampére. Ao capacitar os cidadãos para novas formas de trabalho e incentivar a formação profissional, as escolas desempenharam um papel crucial na adaptação da população às novas demandas do mercado de trabalho. A educação tornou-se, portanto, uma ferramenta importante na formação de uma força de trabalho mais qualificada, capaz de contribuir para o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais. Com o aumento do acesso à escolarização, muitos jovens que viviam na zona rural de Ampére, passaram a ter a oportunidade de buscar empregos na área urbana, o que gerou um fluxo de capital humano para a cidade e ajudou a impulsionar a economia local. Essa pesquisa não apenas contribuiu para o entendimento da história educacional de Ampére, mas também destacou a importância das instituições escolares na formação social e cultural da comunidade.

Palavras-chave: Ampére-PR; História da Educação; Instituições Escolares Públicas; Sudoeste do Paraná.

CESCA, Rosangela Maria. "**Between Powers and Knowledges: The Schooling Process of the Municipality of Ampére between the years 1950 to 1981**". Francisco Beltrão, PR: Western Paraná State University – UNIOESTE, 2025.

ABSTRACT

The research was linked to the Society, Knowledge and Education research line of the Postgraduate Program in Education at the State University of Western Paraná (UNIOESTE) and set out to investigate the schooling process in the municipality of Ampére, PR, between 1950 and 1981, covering rural and urban education. This period was crucial to understand how the colonization of the Vila de Ampére had an impact on local public education, especially with the arrival of immigrants looking to improve their living conditions, promoting agricultural development in the region. The political emancipation of Ampére in 1961, separated from the municipalities of Santo Antônio do Sudoeste and Capanema, marked a turning point in the municipality's educational history. From then on, several schools were created, built or refurbished, but they were only regularized in 1981 by imposition of the State Education Council, in order to comply with the requirements of Law 5.692/71. The research is justified by the lack of studies on the history of education in Ampére. We adopted a theoretical and methodological approach that combines documentary sources, oral testimonials and bibliography. The documentary sources include municipal legislation. The oral testimonies used were from educators who taught during that period, based on the methodology of Oral History. The research showed that since emancipation the municipal government has sought to implement educational policies with the determinations of the state and federal spheres. The municipality of Ampére began to receive investments in the education area, building schools, training teachers and encouraging children to attend school. The expansion of primary and secondary education was fundamental to the development of citizenship and social inclusion, it was one of the first steps towards consolidating the foundations of a more robust educational system. From the mid-1970s onwards, the focus turned more towards the urban sector, promoting the verticalization of schooling, with a view to encourage the industrialization of the municipality. By focusing more on the industrial and services sector, urban growth was favored, triggering a process of exclusion in rural areas, leading to the closure of rural schools from the early 1980s. We conclude that the development of education has also brought significant economic benefits to the municipality of Ampére. By training citizens for new forms of work and encouraging vocational training, schools played a crucial role in adapting the population to the new demands of the job market. Education has therefore become an important tool in the formation of a more qualified workforce, capable of contributing to the development of industrial and commercial activities. With increased access to schooling, many young people who used to live in rural area of Ampére had the opportunity to look for jobs in the urban area, which generated an influx of human capital into the city and helped boost the local economy. This research has not only contributed to an understanding of Ampére's educational history, but has also highlighted the importance of school institutions in the social and cultural development of the community.

Keywords: Ampére-PR; History of Education; Public School Institutions; Southwest Paraná.

LISTAS DE MAPAS

Mapa n.º 1. Divisão administrativa do município de Ampére.....	62
Mapa n.º 2. Municípios de limitrofes com Ampére a partir de 1993.....	63
Mapa n.º 3. Distribuição das escolas do município de Ampére em 1962, 1963, incluindo os municípios de Realeza e Santa Izabel até 1964.....	75
Mapa n.º 4. Distribuição das escolas no município de Ampére, regulamentadas pela Lei n.º 249 de 1981.....	106

LISTA DE QUADRO

Quadro n.º 1. Escolas criadas, construídas ou reformadas no Município de Ampére nos de 1962-1963, identificadas na legislação municipal.....	70
Quadro n.º 2. Escolas criadas, construídas ou reformadas no atual Município de Realeza, nos anos de 1962 a 1963, identificadas na legislação municipal de Ampére.....	71
Quadro n.º 3. Escolas criadas, construídas ou reformadas no atual Município de Santa Izabel do Oeste, nos anos de 1962, identificadas na legislação municipal de Ampére	71
Quadro n.º 4. Instituições escolares em funcionamento no período de 1954 a 1964, no município de Ampére, segundo a Lei nº. 249, de 1981	73

LISTA DE IMAGENS

Imagem n.º 1. Momento em que os posseiros destruíram os papéis na sede da CITLA.....	39
Imagem n.º 2. Tributos (taxa escolar) pagos a favor da Prefeitura de Santo Antônio do Sudoeste, exercício 1959.....	56
Imagem n.º 3. Casa de madeira de dois andares onde estava instalada a prefeitura em 1961.....	59
Imagem n.º 4. Tributo sobre a taxa escolar no Município de Ampére em 1962.....	60
Imagem n.º 5. Professor Clemente Geodócio, da comunidade de Fonte Bela ensinando as crianças ao ar livre.....	65
Imagem n.º 6. A professora Lurde de Costa Pavelegini	67
Imagem n.º 7. A primeira Igreja construída em Ampére, que serviu como escola	68
Imagem n.º 8. Reunião da comissão que organizou o Educandário São Miguel, aos fundos padre José, em uma reunião.....	82
Imagem n.º 9. Desfile vindo do Bairro N.S. das Graças, ano de 1967	84
Imagem n.º 10. Educandário São Miguel (área e pátio interno).....	85
Imagem n.º 11. Casa das Irmãs Religiosas, junto ao Educandário São Miguel.....	86
Imagem n.º 12. Oliva Santolin, “baliza” do desfile cívico, ladeada pelas religiosas Angela e Virgínia, nos primeiros anos de Ampere. Provavelmente 1967	87
Imagem n.º 13. Educandário São Miguel. Banda de Fanfarra, coordenada por Celso Jardim da Rocha.....	87
Imagem n.º 14. Grupo Escolar São João Batista de La Salle (hoje sede do Colégio Cecília Meireles), no início da década de 1970	89
Imagem n.º 15. Grupo Escolar São João Batista de La Salle, já sem o Ginásio, mas com o Curso Normal Colegial, ano 1978	90
Imagem n.º 16. Primeiras dependências da sede própria da Escola Estadual Cândido Portinari, 1977	93
Imagem n.º 17. Vista aérea da quadra com as primeiras dependências da sede própria das Escola Estadual Cândido Portinari	94
Imagem n.º 18. Registro escolar de conclusão do ensino primário, no livro ata de nº 02 do ano de 1967.....	97

Imagem n.º 19 Registro escolar de conclusão do ensino primário, no livro ata de nº 02 do ano de 1968.....	98
Imagem n.º 20. Escola Princesa Izabel, Linha Escoriott de 1966/68.....	99
Imagem n.º 21. Escola da Linha Sebastião, os alunos e a professora Maria Manfran em 1972.....	99
Imagem n.º 22. Espaço escolar da antiga escola São Cristovão, comunidade do Uassari, 1977.....	100
Imagem n.º 23. Escola Rural desativada, na comunidade rural da Água Doce Ampére.....	100
Imagem n.º 24. Livro de registro da escola Dom João VI nos anos de 1977, 1978 e 1979.....	102
Imagem n.º 25. Escolas criadas/regularizadas pela Lei n.º 249 de 1981, do Município de Ampére.....	104
Imagem n.º 25. Escolas criadas/regularizadas pela Lei n.º 249 de 1981, do Município de Ampére.....	104

LISTA SIGLAS

- ACARPA:** Associação de Crédito Assistência do Paraná
- ANM:** Agência Nacional de Mineração
- ASSESOAR:** Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- CANGO:** Colônia Agrícola Nacional General Osório
- CEEBJA:** Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
- CITLA:** Clevelândia Indústria Territorial Ltda
- CEFSPRG:** Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul
- CGT:** Confederação Geral dos Trabalhadores
- CPRM:** Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- DNPM:** Departamento Nacional de Produção Mineral, atual Agência Nacional de Mineração
- EFSPRG:** Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande do Sul
- EJA:** Educação de Jovens e Adultos
- E.R.M:** Escola Rural Municipal
- FAMPER:** Faculdade de Ampére
- FIES:** Fundo de Financiamento Estudantil
- GETSOP:** Grupo Executivo para as Terras no Sudoeste do Paraná
- IDM:** Instituto do Desenvolvimento Mineração
- ICT:** Instituição Científica, Tecnológica de Inovação
- INIC:** Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- IHGB:** Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MAB:** Atingidos por Barragem
- MEC:** Ministério da Educação e Cultura
- MINEROPAR:** Minerais do Paraná SA
- MSC:** Missionário do Sagrado Coração
- MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
- ORGS:** Organizações
- PCD:** Partido da Convergência Democrática
- PDC:** Partido Democrata Cristão
- PRM:** Partido Republicano Mineiro
- PRP:** Partido Republicano Paulista
- PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro

RS: Rio Grande do Sul

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

TEA: Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I: O CENÁRIO DE POVOAMENTO NA REGIÃO DE FRONTEIRA: AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS.....	23
1.1. As Políticas Implantadas na Marcha Para Oeste e o Processo de Colonização.....	29
1.2. O Processo de Colonização da Região Sudoeste do Estado do Paraná.....	35
1.3. As Políticas de Desenvolvimento Local e a Organização de Grupos Sociais.....	49
CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR ENTRE OS ANOS DE 1950 -1964.....	49
2.1. A formação da Vila de Ampére e a História das Primeiras Famílias.....	50
2.2. A Emancipação Política do Município de Ampére, sua organização e desenvolvimento.....	56
2.3. A Educação de Ampére de 1954 a 1964.....	64
CAPÍTULO III: AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL ENTRE 1964-1981	77
3.1. O Processo da Escolarização no Município de Ampére/PR entre 1964 – 1981.....	79
3.1.1. A Escolarização na Área Urbana de Ampére entre 1964 -1981.....	80
3.1.1.1. Educandário São Miguel.....	82
3.1.1.2. O Grupo Escolar Estadual de Ampére.....	88
3.1.1.3 Ginásio Estadual de Ampére.....	90
3.2. A Escolarização na zona Rural entre 1964 -1981.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113

INTRODUÇÃO

Este estudo buscou compreender as relações indissociáveis da educação pública e as esferas das políticas públicas, no município de Ampére no Paraná, entre 1950 e 1981, tendo como base os eventos históricos da colonização regional e seus impactos na educação pública. A constituição e implantação das primeiras escolas rurais municipais gerou debates e embates que não se circunscreve apenas à agenda educacional, mas tem nela explicitações concretas, em meio à intrincada trama histórica, na formação sócio-espacial de Ampére e do Sudoeste paranaense, que norteiam as características de cunho social atrelado por relações internas, externas, conflitos, tensões, contradições, cooperação e solidariedade.

Nesse ínterim, socioeconômico real e suas ramificações revela que, durante o recorte investigativo, o projeto de colonização implantado com a Marcha para Oeste, incentivou a ocupação das fronteiras brasileira, como base de apoio a esta política criou-se as *Colônias* e os *Territórios Federais*. No caso da nossa região tivemos o Território Federal do Iguazu, que abrangia as partes dos Estados de Santa Catarina e Paraná e a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), na Região Sudoeste do Estado do Paraná, que contribuiu no processo de implementação das escolas rurais.

A região passou por vários conflitos com a entrada das companhias de terras grileiras entre elas Clevelândia Indústria Territorial Ltda (CITLA). Posseiros, colonos e comerciantes organizaram-se em forma de repúdio decorrente aos sérios problemas de colonização, bem como as ações dos governos federal e estadual, culminando na Revolta dos Posseiros de 1957. Já o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), criado em 1962 para legalizar as terras da região fortaleceu a parceria entre o governo federal, o governo do Paraná e os municípios para regularizar as propriedades da região.

Esta região foi palco de muitas lutas e resistência, criando as condições para o surgimento dos primeiros sindicatos de lavradores e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR). Neste período, também abrigou uma rede de agentes religiosos, berço político, fundação do movimentos dos agricultores, criação das estruturas associativistas e cooperativas de crédito.

Diante do exposto justificamos esta investigação considerando a falta de pesquisa científica publicada similares sobre a temática, no recorte espacial em questão. O que faz esta pesquisa assumir importância na percepção dos fatos sistematizados durante o estudo científico constituindo-se numa referência para o objeto. Este tema é relevante, pois no ano de 1950 ocorreu um grande fluxo de agentes percursores da Vila de Ampére/PR, gaúchos e

catarinenses entre outros do interior do Estado do Paraná. Ao chegar as novas terras as famílias foram organizando-se em núcleos familiares e constituindo as comunidade, vilas rurais e, posteriormente, as escolas.

Em 1957, a Vila de Ampére foi elevado à Distrito Administrativo do município de Capanema, devido as influências políticas que auxiliaram na criação de novos municípios. O Distrito Administrativo de Ampére foi elevado a município pela Lei Estadual nº 4.348, de 11 de abril de 1961, sendo desmembrado dos municípios de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. Seu território original abrangia os atuais municípios de Realeza e Santa Izabel do Oeste, que foram Distritos Administrativos do município de Ampére, tendo suas emancipações política nos anos de 1963 e 1964, respectivamente.

De acordo com Reichert I. (2021), no período em que Ampére teve sua autonomia política, em específico no ano de 1964, decorrente das insatisfação e não comprometimento do poder público de Ampére com o setor da educação pública, as lideranças da Igreja Católica, liderado pelo Padre José Bosmans e as irmãs colaboraram com o processo de educação, juntamente com alguns professores e a comunidade amperense, organizaram uma comissão e constituíram o colégio Educandário São Miguel.

Considerando o exposto, faz-se necessário destacar que a data de 1981, foi importante devido a regularização das escolas que ainda existiam no município de Ampére, pela Lei municipal nº. 249, de 31 de agosto de 1981, ocorrendo assim uma nova configuração histórica na educação municipal.

Sob esse viés, alinhada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão (UNIOESTE), nossa abordagem, ancorada em uma análise histórica crítica, explora a relação indissociável entre educação e as esferas históricas, culturais, religiosas, políticas, econômicas e sociais que influenciaram as mudanças dos conteúdos, documentos pedagógicos, formações de professores, bem como a limitações dos espaços físicos inadequado destas instituições.

Ao refletir sobre a educação pública desde a Vila de Ampére até a regularização das escolas ainda existente neste município, nos remete a uma compreensão sobre o momento em que houve a expansão da industrialização na região e a preocupação dos familiares em criar as escolas. Diante do exposto, tem-se o investimento dos recursos do poder público para as empresas privadas, como a compra de livros escolares, isenção fiscal e espaço físico das empresas, ou seja, atravessamento das políticas públicas sociais. Características estas que fizeram com que os filhos da classe trabalhadora não tivesse acesso à educação gratuita laica e de qualidade.

Neste contexto, fez-se importante destacar a história da minha família, que confunde-se com a história coletiva do atual município de Ampére. Para isso, foi necessário rememorar o tempo em que meu avô Urbano Cesca (*in memoriam*), na década de 1960 migrou para a comunidade de Linha Frâncio no município de Ampére/PR, sendo parte importante daquele processo, com sua experiência de migração e adaptação, além de seu envolvimento na educação e na constituição da sociedade amperense.

Na década de 1950 meus pais Ernesto Sandri Cesca e Amada Casagrande Dalponte Cesca (*in memoriam*), estavam organizando-se para migrar para a Região Sudoeste do Estado do Paraná, mas devido aos conflitos de terras entre os Posseiros e as empresas imobiliárias, resolveram permanecer mais alguns anos no Estado de Santa Catarina. Em 1959, vieram para o Paraná instalando-se no município de Francisco Beltrão, com seus filhos Luiz Claudio Cesca, Nair de Fátima Cesca, Salate Josefina Cesca e Adenir de Lurdes Cesca. Estabeleceram morada na comunidade de Linha São Braz se constituindo em pequenos agricultores. Na época, o município de Ampére ainda não possuía autonomia administrativa, carecia de recursos econômicos e não oferecia perspectivas promissoras. Nessa comunidade tiveram mais quatro filhos José Antônio Cesca, Valmir Francisco Cesca, Maria Alice Cesca (*in memoriam*) e Rosangela Maria Cesca.

Quanto a minha trajetória acadêmica, destaco o seguinte: no ano de 1979 iniciei minha trajetória escolar, sendo aluna da escola rural municipal Dom Bosco, localizada na comunidade de Barra do Jacutinga, município de Francisco Beltrão. Comecei a ir para escola com 6 anos de idade, antes da obrigatoriedade de matrícula. A distância de dois quilômetros entre minha casa e a escola exigia um trajeto a pé diário, percorrendo mais de quatro quilômetros ao final do dia. Cada ano um novo professor lecionava na escola. Os professores não tinham formação de nível superior, nem secundária, era basicamente uma formação em nível primário, com pouca metodologia/didática de como ensinar, ou seja, uma formação rudimentares. Alguns dos meus professores foram João Santana, Irene Geraldelo e Jandira Bortoline, que vinha de outra comunidade vizinha, Rio Palmeirinha numa distância de oito quilômetros, e ainda precisava fazer um trajeto a pé de um quilômetro e meio até a escola.

Logo que concluí a 4ª série do 1º Grau, a escolinha rural Dom Bosco foi fechada e nuclearizada no distrito de Jacutinga no município de Francisco Beltrão. Também ocorreu com a escolinha rural de comunidade de Linha São Braz, na qual meus pais participavam, foi fechada e nuclearizada no distrito do Km XX, e o espaço físico cedido para a instalação do postinho de saúde. Depois que concluí a 4ª série do 1º Grau, uma década se passou sem que pudesse

estudar, devido à distância e fatores econômicos. Somente após mudar-me para o centro urbano de Francisco Beltrão, foi possível retomar os estudos, conciliando trabalho diurno e estudos noturno. Concluí a 5ª série do 1º Grau na Escola Estadual Beatriz Biavati e, posteriormente, ingressei no Educação de Jovens e Adultos no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos- (EJA), concluindo a 6ª, 7ª e 8ª série do 1º Grau. O 2º Grau foi finalizado em 1990, por meio do Ensino Supletivo.

Em 2002, ingressei no curso de Pedagogia, na Universidade Paranaense (UNIPAR), concluindo a formação no ano de 2005. No ano seguinte, cursei a Especialização em Educação do Campo, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Minha pesquisa focalizou a "História da Organização das Mulheres da Região Sudoeste do Estado do Paraná e a Constituição da Identidade Política. Em 2013, ingressei na Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Internacional (UNINTER), investigando "Alfabetização e Letramento Como Apropriação do Saber". Durante sete anos, estive professora do Ensino Fundamental das Séries Iniciais, como Processo Seletivo Simplificado, posteriormente, em 2013, estive como pedagoga no Ensino Fundamental II e Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEBJA). Em 2021 e 2022, atuei como professora no município de Marmeleiro, 20 horas e outras 20 horas no município de Francisco Beltrão. No ano de 2023, estive como professora na escola municipal Maria Helena Vandresse com um turno de 20 horas. De junho deste mesmo ano, assumi mais 20 horas semanais na escola, totalizando 40 horas semanais. Ingressei no Mestrado em Educação em março de 2022, mas devido a necessidade de conciliar estudo, trabalho e os cuidados de minha mãe acamada, só consegui concluir em fevereiro de 2025.

Como meus avós residiram por muito tempo em Ampére, ia com frequência para lá, e por isso, o meu interesse em compreender como ocorreu o processo de escolarização naquele município. Como se davam as relações entre o setor da educação pública, o poder público e a sociedade no município de Ampére?

Partindo deste pressuposto, combinado com o método investigativo, dialético, para uma análise histórica crítica, buscamos inter-relacionar o passado com o presente, como o objetivo de construir uma sociedade mais humana, mais justa e democrática, por meio das ações locais, compreendendo assim os paradigmas das políticas públicas estaduais e nacionais e as determinações legais que promoveram a escolarização na região.

A metodologia adotada seguiu uma abordagem qualitativa, inspirada em Thompson (1992) e Portelle (1997), permitindo a exposição e o espaços das histórias feitas com

os retalhos que imprimem seus momentos, escolhas, crenças e memórias, cada um do seu modo, formando a grande colcha da vida em grupo.

As etapas subsequentes envolveram uma pesquisa exploratória, seguida pela pesquisa bibliográfica e documental a análise dos escritos, além de coleta de dados incluiu depoimentos orais, com pioneiros da educação municipal e os colonizadores que atuaram em Ampére durante o período em questão, como: Terezinha Reichert, Inácio Reichert, Lurdes de Costa Pavelegini, Tânia Maria Morandin Neves, Izabel Zucheli, Egnaldo Cesca, Ivo Ciesca.

Para fundamentar a abordagem teórica-científica do tema selecionado, tomamos como base as investigações nos arquivos da Câmara e do Executivo municipal de Ampére, assim como em livros, artigos e revistas, trazendo átona um conjunto de conhecimentos relevantes para a compreensão do processo de historicidade que condicionam a organização social no recorte proposto.

Através desta pesquisa oferecemos um olhar retrospectivo sobre a história e os desafios para obtenção de uma educação com perspectivas que fundamentam-se nas contribuições de autores como: Castanha (2013), Cattelan (2014), Cattelan e Castanha (2016), Nuremberg (2017), Oliveira (2022), Popiolek (2022), Saviani (2003), Sbardelotto e Castanha (2018), Teixeira (1997), Wachowicz (1987), entre outros, fornecendo *insights* sobre a construção cultural da sociedade contemporânea, contribuindo para o diálogo acadêmico nas fronteiras dos conhecimento. Esta investigação historiográfica nos remeteu à compreensão do processo de transformação cultural, interferindo grandemente na esferas das políticas públicas educacionais.

O texto está estruturado em três capítulos:

No Capítulo 1 foi promovida uma reflexão histórica sobre as relações indissociáveis entre o povoamento e a ocupação do território brasileiro, no qual promoveram a desconstrução cultural, bem como o desalento moral e/ou físico dos povos nativos. Os impactos sociais e ambientais, conflitos por terras debates e embates, entre as empresas imobiliárias grileiras e os posseiros, com enfoque para as políticas da Marcha para o Oeste com objetivo de ocupação das fronteiras. Bem como a criação das colônias, federações como forma de fortalecimento político, social e espacialmente. A Emancipação política do Estado do Paraná e da região Sudoeste do Paraná, bem como a intrigante história das ações que estimularam os debates e as organizações dos grupos sociais, assim como o respaldo das esferas públicas durante o processo de constituição das sociedades civil, no período investigado.

No Capítulo 2, relatamos o processo histórico da Vila de Ampére através das primeiras

famílias que constituíram os núcleos familiares, formando as comunidades e vilas rurais, posteriormente, as escolas. Os impactos das políticas públicas na educação público, devido sua dependência por Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, no ano de 1957, foi elevado a Distrito Administrativo de Capanema. Momento de expansão da industrialização na região, onde houve a preocupação dos familiares em criar as escolas. Os recursos públicos direcionados para as empresas privadas, ou seja, o atravessamento das políticas públicas sociais. O acesso e continuidade da educação, atenuadas por ações comunitárias, a formação e o trabalho pedagógico dos pioneiros da educação. As influências políticas que auxiliaram na criação de novos municípios, tornando assim o Distrito Administrativo de Ampére, como atual município de Ampére com sua autonomia política até 1964, quando houve a emancipação dos atuais municípios de Realeza e Santa Izabel do Oeste.

No Capítulo 3, tratamos da experiência socioeducacional do município de Ampére, apresentando a histórias das instituições escolares urbanas e rurais no período correspondente a 1964-1981, quando foi aprovada a Lei Municipal nº 249, de 1981, que regularizou as escolas em funcionamento, trazendo uma nova configuração histórica para a educação pública municipal.

CAPÍTULO I

O CENÁRIO DE POVOAMENTO NA REGIÃO DE FRONTEIRAS: AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

O processo de povoamento emerge como uma narrativa entrelaçada à evolução do país ao longo das diferentes fases históricas. Desde os primórdios coloniais até as ondas imigratórias no século XIX e as migrações atuais, o povoamento desempenhou um papel essencial na formação das diversas etnias e na riqueza da nossa diversidade cultural. De acordo com Gebara (2002), a construção histórica, imposta pela cultura hegemônica a partir de conceitos e valores vigentes em cada momento histórico, de modo que a classe que domina faz com que suas concepções, valores, hábitos, crenças e sua moral sejam assimilados por todas as classes como naturais, como certos e normais. Significa que, nas sociedades capitalistas, como as do Brasil, o jeito de ensinar, a forma e os conteúdos, o pensar, o agir e os comportamentos são direcionamentos que atendem aos interesses econômicos, políticos, jurídicos e ideológicos.

Nos primórdios da colonização, as políticas dos colonizadores portugueses e espanhóis estavam profundamente enraizadas na exploração dos recursos naturais, como o pau-brasil, ouro, mineral e a erva mate. Esse modelo não só moldaram a geografia humana, mas moldou à sociedade da época, criando uma hierarquia distinta e desigual, e deixou um legado que ecoa até os dias de hoje.

De acordo com Lopes (2002, p. 22), a divisão territorial do Brasil teve suas origens nas capitânicas Hereditárias.[...] o governo português queria colonizar o território brasileiro e não dispendo de dinheiro para tanto, decidiu-se por conceder a particulares, em caráter hereditário, extensas léguas de terras. A distribuição de terras, guiada pelo sistema, contribuiu para a concentração de riqueza e poder, esculpindo as estruturas sociais de então. A compreensão do desdobramento dessas políticas ao longo do tempo é essencial para entender como emergiram e persistem as estruturas sociais que conectam o Brasil colonial à contemporaneidade, impactando nos choques de valores.

Nesse sentido, reforça-se que a dinâmica do povoamento, bem como a chegada dos jesuítas e do primeiro governador geral, Tomé de Sousa, trouxe consigo não apenas uma nova cultura de exploração e de catequização, mas ao abordarmos a ideologia hegemônica da cultura capitalista, é como se estivéssemos mergulhando nas reflexões de Antônio Gramsci (2004) que problematiza a dinâmica complexa entre cultura, poder e formação social. Essa ideologia, que permeia não só as instituições educacionais, mas também a saúde e a

agricultura, molda-se conforme as demandas do mercado de trabalho que recuam nas sociedades civil.

De outrosim Cattelan (2014), neste período a colonização da região Sudoeste do Paraná era feita pelos caboclos e índios, com seus costumes e sua cultura, trabalhando a terra com técnicas próprias de produção e cultivo para suas subsistências. No início da colonização não havia prática de educação formal desenvolvida. Diante desta intrincada trama histórica, na formação sócio-espacial, que norteiam as características de cunho social e exploratória europeia eurocêntrica limitada aos conceitos e interpretação de mundo racionalizados, na qual não se sustenta fora dessa lógica. De acordo com Cattelan (2014), os cablocos mediante as circunstâncias, ou se adaptavam ao novo sistema, ou vendiam suas posses e iam residir em locais menos povoados, a fim de continuar suas práticas de trabalhado. O advento da cultura introduzida neste cenário, provocou o aniquilamento das culturas dos povos originários, processo este que ocasionou a transformação e extermínio dos nativos.

Os imigração alemães, espanhóis, italianos, portugueses, japoneses e os africanos que vinham em busca de novas terras, saíram de seus países, com um sonho utópico, vieram para o Brasil para encontrar abrigo e refúgio. Estavam subvencionados pelos conflitos internacionais, guerras, crises econômicas, sanitárias, humanitárias ou até mesmo de perseguições (religiosas, políticas e étnicas), marcada por deslocamentos internos e externos.

Conforme relatos orais de meu avó Urbano Cesca (*in memoriam*), seus pais Joanim e Maria Cesca (*in memoriam*), nasceram em Treviso, uma cidade/comuna na região do Vêneto, no norte da Itália. Imigraram para o Estado de Rio Grande do Sul, passaram muito medo durante a viagem, havia muito risco de morte por afogamento, inanição, sede, muitas enfermidades, acidentes, além disto muitos foram abandonados por estarem fracos, feridos ou muito doentes para continuar a viagem.

Meus bisavós foram um dos imigrantes entre muitos que vieram para o Brasil, ao desembarcar nas terras brasileiras, já estavam contratados pelos proprietários das fazendas, estes pagavam a passagem de navio, o deslocamento do porto até as fazendas e a hospedagem. Deste modo, chegavam ao destino inteiramente endividados e sem poder obter a tão sonhada propriedade.

Contribuindo desta forma para o desenvolvimento do território do Brasil, na força de trabalho tanto no setor rural, como na área industrial. Os imigrantes foram explorados por empresas, bem como os africanos que foram retirados de suas terras para trabalharem em regime de escravidão na nova colônia portuguesa.

A nova organização social causou um grande impacto, não apenas na nova forma

mercadológica de produção implantada na região. De acordo com Arroyo (2005), a expansão territorial provocou grandes consequências ambientais, culturais e econômicas. Ângelo Cesca (*in memoriam*), irmão do meu avô relatava que os grupos sociais comunitários de imigrantes, tiveram que adotar uma nova forma de sobrevivência e contar com a solidariedade entre as próprias famílias.

Neste período em que o Brasil tornou-se um importante pólo econômico para Portugal, contou com grandes ciclos econômicos naturais, extração do pau-Brasil, e das pedras preciosas em Minas Gerais, em Goiás e em Mato Grosso. A economia estava centrada na erva-mate desde o final da guerra do Paraguai (1864-1870), por empresas argentinas e a mão de obra paraguaia, segundo Wachowicz (1987), grandes áreas de terras eram concedidas pelo governo brasileiro a algumas empresas do exterior (argentinas e inglesas) para a extração de erva-mate e madeira, com a escassez destes recursos naturais o ciclo da (cana-de-açúcar) passou a ser uma nova atividade econômica no Brasil.

O seu início foi entre os séculos XVI e XVIII, sendo esta uma das principais economias durante o Brasil colonial, impulsionando a expansão territorial do país. Na segunda metade do século XVII, a produção de açúcar entrou em decadência, sendo substituído pelo ciclo da mineração. Neste período a criação de gado era uma atividade secundária, mas importante para a economia, pois a tração animal eram atividades importantes nos engenhos de açúcar, fornecia a carne e o couro. De acordo com Santos (2001), a grande empresa de açúcar foi substituída pelo arranco da mineração que estava ligada à conjuntura europeia.

Diante do exposto, o Estado moldava as normas, regras e instituições de acordo com seus interesses das classes dominantes. Segundo Gramsci (2004), a importância do Estado como aparelho de hegemonia, está enraizado na estrutura de classe, definida e vinculada às relações de produção. Ou seja, as classes que tinham os meios de produção material ao seu dispor, tinham também a produção mental.

A educação para os indígenas foi imposta desde o início da colonização europeia, marcada por diferentes momentos históricos, como a catequese, a resistência à escravidão e o reconhecimento da diversidade cultural. As aulas foram ministradas por professores brancos, ensinava-se a língua portuguesa, desconsiderando-se os mitos, as crenças, os hábitos indígenas. O objetivo era converter os povos indígenas ao catolicismo e submetê-los às necessidades dos colonizadores.

De acordo com Sbardelotto e Castanha (2018), as fontes e relatos orais sobre a educação neste período foram perdidas com o tempo, pois se tratava de uma educação indígena não sistematizada, cuja transmissão dos costumes e crenças era realizada pela

transmissão oral dos mais velhos aos mais novos, de geração a geração.

A educação no Brasil colonial era restrita, voltada para a formação de uma elite e não era igualitária. A organização se dava em torno dos jesuítas, que priorizavam os filhos dos senhores de engenho, Aulas Régias foram criadas em 1759 para o ensino elementar de letras e humanidades. Os primeiros concursos públicos para professores foram realizados no ano de 1760 nos Estados de Recife e Rio de Janeiro. Neste período, os conteúdos de ensino das escolas primárias era ler e escrever. Já o ensino secundário permaneceu com a estrutura de Aulas Régias educação era voltada para a formação de uma elite econômica, social, política e burocrática meninos teriam aulas somente com professores homens, e as meninas com professores mulheres. Nos primeiros anos de 1616 a 1757, a educação estava ao encargo das ordens religiosas, teologia-política por meio de encenação teatral. Entre os anos de 1757 a 1798, a educação passou a ter um caráter laico. Nos anos de 1798 a 1808, houve a primeira tentativa de sistematização do ensino na região. Os professores sendo responsáveis pelas novas concepções de mundo conforme Castanha.

O professor era um intelectual difusor, portanto, um agente da civilização responsável pela produção de uma nova concepção de mundo. Construir uma sociedade harmônica, hierarquizada e centralizado era o grande objetivo político da elite dirigente do império, é este projeto teria limitações se na suas extremidades não existisse os professores para defendê-lo e difundi-lo, nos mais distantes pontos do país. Desta forma, é possível afirmar, que eles contribuíram para a implantação, difusão e ampliação daquele modelo hierarquizado e centralizado, (2007, p. 51).

Durante o período do Brasil colônia, a educação era direcionada apenas aos homens e caracterizada por uma visão essencialista do ser humano, as mulheres eram educadas para a vida doméstica e religiosa. Ao expulsar os jesuítas e oficialmente assumir a responsabilidade pela instrução pública, não pretendia apenas reformar o sistema e os métodos educacionais, mas colocá-los a serviço dos interesses político do Estado. Segundo Haidar, buscou-se:

[...] criar a escola útil aos fins do estado, e nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam [...] os homens de organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa. (1973, p. 38).

Os jesuítas foram os principais responsáveis pela educação no período, mas o ensino era precário e insuficiente. O sistema de ensino era baseado nos princípios da educação liberal da Idade Média, fragmentado com disciplinas isoladas, precário e insuficiente.

Diante do exposto, é evidente que Portugal não permitia o desenvolvimento intelectual dos povos que habitavam no território brasileiro, pois a colônia era mantida com polo econômico de Portugal. A formação territorial brasileira de grande importância, devido aos ciclos econômicos. As disputas entre os países ocorreram por meio dos tratados utilizando as Leis territoriais para a ocupação de terras, acentuando-se ainda mais no ciclo do Café que durou de 1800 até 1930, período em que o café foi a principal atividade econômica do país e o principal produto de exportação.

Para Lopes (2002), os antecedentes foram os agentes das divisões territorial mediante acordos formais que estabeleceram regras para as parcerias entre países, em áreas específicas. Dentre eles teve o tratado de Tordesilhas, Tratado Utrecht, disputa territorial do Sul do Brasil, onde redefiniram as fronteiras entre a América portuguesa e a espanhola no ano de (1750). Decorrente disto Portugal conseguiu garantir a maior parte da bacia Amazônica, firmando um acordo em que a Espanha ficaria com a maior parte da bacia do Prata, que era a quinta maior bacia hidrográfica do mundo e estende-se por cinco países da América do sul. Com uma grande importância econômica, social e ambiental.

De acordo com Lopes (2002) a Espanha e Portugal resolveram disputas territoriais na região do Rio da Prata por meio de tratados de Madri (1750), Tratado de Santo Ildefonso (1777). Embora o tratado de Madri tenha sido anulado pelo Tratado de El-Pardo, de 1761. Bem como a Colônia do Sacramento foi disputada entre Portugal e Espanha por muitos anos, passando de um para o outro o domínio da região.

A Espanha tomou a posse definitiva da colônia em 1777, mas Portugal recuperou a região em 1817, incorporou o Uruguai aos domínios de Portugal no Brasil. Era uma área de povoado de fronteira uma mistura única entre as tradições portuguesa e espanhola. Motivo este para extrair ao máximo suas riquezas e servir como mercado consumidor para as mercadorias metropolitanas. Já o Tratado de Santo Ildefonso, estabeleceu novos limites para o território sul, ou seja, a região de fronteira entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai, devolvendo para Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando para Espanha a colônia de Sacramento.

De outrossim ocorreu o Tratado de Badajós entre Portugal e Espanha (1801), incorporou definitivamente os Setes Povos das Missões ao Brasil. De acordo com Castanha (2006), a vinda da família real para o Brasil em (1808), mudou a conjuntura interna e ganhou outra dinâmica, tendo várias consequências como a antecipação do processo de Independência do Brasil. Trouxe transformações profundas para o Brasil, tanto no aspecto econômico, político e social. Este fato resultou no rompimento do Pacto Colonial, desde então extinguiu a

exclusividade de comércio com Portugal.

Conforme Anuário estatístico do Brasil (1955), os fluxos imigratórios que envolveram o Brasil na Primeira República foram os mais expressivos do período que se estendeu do século XIX ao XX: entre 1889 e 1930 ingressaram no país mais de 3,5 milhões de estrangeiros, o que corresponde a 65% do total de imigrantes entre os anos de 1822 e 1960. No período republicano, o Brasil se encontrou plenamente no contexto migratório mundial de massa, ao lado dos Estados Unidos e da Argentina, constando como o terceiro receptor de imigrantes nas Américas.

Diferentemente desses dois países, a imigração no Brasil foi caracterizada por uma inserção prevalente de tipo rural, particularmente voltada para a agroexportação e com um processo de industrialização incipiente. Conforme Chichoski, Riechert, Rech (2015), a industrialização chegou ao Brasil no final do Império, através dos nobres burgueses, com a intenção de maiores ganhos e maior produtividade, momento este que contribuiu para um cenário histórico na formação de uma sociedade mais industrial e tecnológica. Segundo Rech (2012), ocorreu por volta da década de 1930 até 1955, as manufaturas que transformavam as matéria-prima em produto final para ser comercializado como exportação, expandindo os negócios e aumentar o mercado, além de tornar o produto conhecido internacionalmente. Na década de 1930, a classe média alta viu um aumento na capacidade aquisitiva por meio de financiamento de consumo, bem como a exportação dos produtos fabricados foi incentivada por meio de políticas governamentais, levando a uma diversificação industrial. Surgiu em meados dos séculos XVIII com o fruto da divisão técnica do trabalho, a qual provocou a separação dos homens em classes sociais.

O setor industrial obtiveram um grande incentivo do poder público, investimentos este retirado das políticas públicas de bem estar social. Este novo modelo de produção teve a contribuição no desenvolvimentos das cidades, ocorrendo assim a centralização urbana do povo, que acabou provocando o aumento emergente por serviços públicos, mas como o Estado muitas vezes omite recursos para atender a demanda dos setores da saúde, da educação e da agricultura que foram é/são terceirizados por empresas privadas.

A medida que as fábricas e as oportunidades urbanas atraíam uma população cada vez mais diversificada, buscava-se constantemente por uma estabilidade política de sustentabilidade e infraestrutura, que muitas vezes parecia evasiva, bem como os respectivos territórios de ocupação e exploração, foram transformados em polos de abastecimento de zonas mais adensadas. De acordo com Marx (1999), esta conjuntura econômica promoveu a divisão social do trabalho, onde, os trabalhadores passaram a desenvolver tarefas específicas

dentro do meio de produção, que se caracterizou no sistema de uma fragmentação no processo produtivo, de acordo com os diferentes níveis de especializações.

Diante do exposto, temos em 15 de novembro de 1889, um Estado federativo, decorrente da proclamação da República, que ocorreu no Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1895. Foi uma guerra civil por causa da instabilidade política do Brasil, que pretendiam libertar o suposto Estado do Rio Grande do Sul da tirania de Júlio Prestes de Castilho. A luta armada atingiu os Estados compreendidos como Santa Catarina e Paraná, além do Rio Grande do Sul.

No final do século XIX a disputa tinha como questão o território de Palmas, entre os governos da Argentina e do Brasil, pois estava em litígio parte ocidental dos Estados de Santa Catarina e Paraná, resolvida em 1895 em favor do Brasil. Segundo Oliveira; Castanha (2022), o desdobramento dessas políticas ao longo do tempo foi repercutido nas estruturas da sociedade, conectando o Brasil colonial à contemporaneidade. O contexto político e econômico brasileiro, principalmente a partir do início do século XX, sendo respectiva as grandes turbulências históricas, desde o início na década de 1920, quando a população começou a se organizar em manifestos por políticas públicas de bem estar social.

Estas políticas deveriam ser inclusive pensadas para garantir que todos os cidadãos tivessem acesso aos direitos básicos por meio de programas, serviços e políticas públicas, os padrões mínimos de saúde, educação, habitação e seguridade social, independentemente da situação econômica ou social. Segundo Marx (1998), no momento este em que a elite usa a ideologia dominante para mascarar as contradições e beneficiar-se, a ideologia dominante transmuta o interesse particular em interesse coletivo, interferindo nos currículos escolares.

O tópico seguinte trataremos de forma mais detalhada os eventos históricos do processo de colonização na Região Sudoeste do Estado do Paraná, bem como as relações educacionais decorrente.

1.1. As Políticas Implantadas na Marcha Para Oeste e o Processo de Colonização

Getúlio Vargas, com grande apoio popular, no início de 1930, decretou um novo regime político, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República. As principais medidas foram feitas, tendo por base os elementos do meio físico e a posição geográfica em cinco regiões: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste, de acordo com seu aspecto físico e socioeconômico.

O governo de Getúlio Vargas foi dividido em: Governo Provisório (1930-1933),

Governo Constitucional (1934-1937), Estado Novo (1937-1945) e o segundo mandato presidencial (1950-1954). Durante o período em que esteve no poder, Vargas buscou estabelecer uma relação direta com a população, através de uma política populista que valorizava a figura do líder carismático, bem como as Leis trabalhistas.

Uma das ações de Vargas que teve impacto direto na região Sudoeste foi a “Marcha Para o Oeste”, durante o Estado Novo (1937-1945), como objetivo de desenvolver e integrar as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. No então governo Getúlio Vargas, intensificou ainda mais as políticas de ocupação das fronteiras. Segundo Sbardelotto; Castanha (2018), esta migração foi incentivada pelos governos nacionais, sobretudo, a partir da década de 1930, com políticas de modernização e ocupação dos espaços brasileiros ainda “vagos” do interior do país, sobretudo, em regiões de fronteira. Conforme Oliveira:

Na década de 1940, o processo de colonização se fortaleceu em várias partes do Brasil, inclusive no Sudoeste do Paraná. Getúlio Vargas baixou alguns decretos importantes referentes a este tema, tanto para facilitar, quanto para ter um controle do processo. A educação também foi utilizada pelo governo como estratégia para expandir os povoados e manter os colonos na agricultura. O governo não apenas construiu novas escolas, mas em localidade que já funcionavam escolas informais, com o passar do tempo, o poder público chegou com alguns recursos e assumiu a responsabilidade de prover recursos e formalizar o ensino (2022, p.102-103).

Caracterizando no processo de formação socioterritorial brasileira, para desenvolver a agricultura, fortalecer as fronteiras e consolidar a soberania territorial. O projeto visava promover a colonização e reforçar a vigilância, impedindo desta forma a invasão estrangeira, sem embates violentos, doando lotes de terra a colonos que migravam para a região, especialmente das regiões centro-oeste e norte brasileiro.

Esta região estava coberta por ricas floresta de erva-mate revendicada pelo países vizinhos. A economia da região foi fortalecida pela indústria de erva-mate e a madeira. As matas foram desaparecendo com a formação das lavouras de cereais, criação de suínos e de gado, bem como a contribuição para a formação das cidades. Para Santos (2001), notadamente o desenvolvimento mais acentuado do projeto nacionalista, como o ideário as diretrizes da tentativa de despertar no povo o sentimento da brasilidade, com o intuito de reforçar e valorizar o sertão. Bonamigo (2011), ressalva que neste momento havia um novo modelo sociocultural capitalista, visando atender a uma demanda econômica. Esse método manipulava as pessoas para obter uma coesão, fazendo as vítimas voluntárias das ações, defendendo a política de governo, mas não entendendo, a lógica desta política de povoamento.

Em busca do conceito de modernidade, várias foram as técnicas e modos de vida

introduzidos nos meios sociais, que tinha como estratégia o deslocamento espacial da força-trabalho para novas regiões. O objetivo do programa era promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar, por meio de ações que visavam aumentar a capacidade produtiva, gerar empregos e elevar a renda, mantendo assim o campo povoado. Além deste período, tem-se ao longo do tempo uma grande preocupação com a necessidade do aumento da produção de alimentos para os centros urbanos em grande expansão. Conforme Oliveira (2022, p. 103), Evidenciamos que os governantes privilegiavam a economia em relação a educação e que isso prejudicou significativamente e comprometeu seriamente o fortalecimento da nação. O resultado foi que em um país tão rico como o Brasil, a maior parte da população vivia na linha da pobreza.

Durante o governo de Getúlio Vargas teve o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1932, teve outro marco importante, propondo uma educação pública, gratuita, laica e obrigatória para todos.

As discussões sobre a necessidade de combater o analfabetismo, no Brasil, se fortaleceram na década de 1930, uma nova proposta governamental contribuiu para que pensadores apresentassem suas propostas com o intuito de construir um projeto nacional de educação e que abrigasse até as localidades mais distantes. Neste sentido, os Estados tiveram certa autonomia para desenvolverem seus projetos estaduais de educação. No Paraná, foi a partir de 1932 que o poder público retomou a legislação para fomentar a educação no Estado, no Sudoeste, além de tantos outros, existia o problema da falta de escolas para atender a população, (OLIVEIRA, 2022, p.158).

Esse documento influenciou na definição de uma nova visão para a educação brasileira, enfatizando a educação como um direito de todos e um dever do Estado. Estes eram alguns dos obstáculos para consolidação de uma boa educação. A falta de estruturas físicas e carteiras adequados para a instrução e a falta de uniformidade no ensino, bem como os fatores financeiros, entre outros.

A educação durante o governo de Getúlio Vargas foi marcada por reformas e pela associação entre educação e desenvolvimento econômico. No início de seu governo criou o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, foi implantada a Reforma de Francisco Campos, que organizou o ensino secundário e superior. Já no ano de 1937, foram criados o Instituto Nacional de Pedagogia, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, a Universidade do Brasil.

Deste modo, dentro dessa associação estavam representantes do grupo renovador, que eram a favor de uma escola única e pública, e do grupo católico, que tinha por fundamento a inserção do ensino religioso nas escolas, e a ênfase no ensino particular. Em 1930, após a “revolução” que instalou o Governo Provisório de Vargas, é criado o Ministério da Educação e Saúde (MEC), uma antiga reivindicação de educadores brasileiros, foi nomeado Francisco Campos para gerir o novo Ministério (SANTI, 2021, p. 65).

O período de maior autoritarismo do governo Vargas, à educação foi fortemente associada ao projeto econômico desenvolvimentista, com a implementação de novas modalidades de ensino técnico profissionalizante, como os ensinos industrial e agrícola, de nível médio. De acordo com Oliveira:

A nível nacional, o governo de Getúlio Vargas promoveu mudança no modo de produção, passando a priorizar o capitalismo industrial, com isso, ganhou relevância a educação, para a difusão e implantação dessa nova dinâmica econômica, por isso, inúmeras medidas foram implementadas para expandir a educação e combater o analfabetismo no país (OLIVEIRA, 2022, p. 26).

Neste período, o governo implementou uma série de medidas, as quais visavam modernizar o país e fortalecer o Estado, centralizando a administração. A principal delas foi o autogolpe em 1937, que cancelou as eleições e fechou o Congresso Nacional e o Senado, não permitindo a existência de partidos políticos, suspensão da Constituição de 1934 e a destituição dos governadores. O Estado Novo outorgou uma nova Constituição bastante autoritária em 1937.

Até 1930, a economia brasileira era voltada à agricultura, por isso a participação da indústria era mínima. Porém, com a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929, e a ascensão de Getúlio Vargas na presidência do Brasil tornaram “vitoriosa a ideologia do nacionalismo: desenvolvimento autônomo com forte base industrial (SANTI, 2021, p. 46).

Getúlio Vargas criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. A CLT unificou toda a legislação trabalhista do país. Em 1941 foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942 as políticas de educação, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes), Criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), políticas de criação de empresas, companhia Vale do Rio Doce. Já em 1943 o Departamento de Imprensa e Propaganda (agentes de censura), a Industrialização do Brasil, (a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sancionada em 1.º de maio de 1943, férias, regulamentação do trabalho da mulher), condições de segurança no trabalho. A CLT consolidou o direito ao salário mínimo, o qual já era garantido desde 1936,

pela Lei nº 185, de janeiro daquele ano, conforme especificado no art. 1º, “todo trabalhador tem direito, pós o trabalhador recebia o salário mínimo como forma de pagamento do serviço prestado, capaz de satisfazer as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” em determinada região do país, ou até mesmo em determinada época (BRASIL, Lei nº185, 1936).

De acordo com Oliveira (2004), a Era Vargas deu ênfase na centralização do poder dando uma nova perspectiva de expansão da econômica na Era Vargas, com grande investimento na criação e aplicação de Leis; criação de órgãos soberanos para cada necessidade social. Nesse período Vargas realizou uma aproximação dos trabalhadores e desenvolveu um projeto político que ficou conhecido como trabalhismo, ou seja, sua vontade era Lei, dessa forma, não havia nenhum tipo de oposição sobre o que era proposto por ele, porque não existia Legislativo.

Uma das ações dessa política, com impactos diretos na região Sudoeste foi a criação, em 12 de maio de 1943, da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), pelo Decreto nº 12.417. Inicialmente foi instalada, de forma provisória na Vila de Pato Branco, visando cobrir uma faixa de 60 quilômetros da fronteira, na região Barracão e Santo Antônio do Sudoeste com a Argentina.

Em 1948, a CANGO foi instalada definitivamente na Vila Marrecas, atual município de Francisco Beltrão, passando a distribuir lotes de terras e sementes, para os colonos vindos do Sul do Brasil, construir escolas nas comunidades e vila rurais que iam se formando. Conforme mencionou Catellan (2014), este Órgão contribuiu para a abertura de várias escolas na região. Com a instalação da CANGO, o Sudoeste do Paraná teve um forte impulso no processo de colonização, os acessos foram ampliados com a abertura de estradas e serviços de telecomunicação. Além disso, o Órgão passou a oferecer “lotes de terras gratuitos, casas, material para trabalhar a terra e sementes para o plantio” (Cattelan, 2014, p. 47).

Segundo Catellan e Castanha (2016), construindo e mantendo escolas primárias rurais desta forma contribuiu com a educação no Brasil. A participação da família e a mediação do professor foram essenciais na etapa formativa dos alunos durante o período proposto. Na qual a CANGO já contava com 15 escolas primárias em funcionamento, na década de 1949, chegando ao número de 27 escolas primárias no ano de 1957. Em relação à CANGO, Cattelan e Castanha (2016) enfatizaram que o processo de construção de escolas continuou no decorrer da década de 1950 e no ano de 1957, a CANGO já havia construído 27 escolas primárias na região. A CANGO teve uma contribuição significativa na instalação de escolas primárias na região, principalmente nas vilas próximas a sua sede. Desde a sua instalação na região várias

“escolas isoladas foram construídas e mantidas por este órgão” (Cattlan, 2014, p. 43).

Catellan, enfatizou também, que a criação da CANGO foi um plano para fortalecer o processo de colonização na região desempenhando um papel democrático, com a participação ativa dos colonos, “nos processos sociais, políticos, econômicos e educacionais”, a CANGO fortaleceu o projeto da Marcha para o Oeste (Cattelan, 2014, p. 114).

A terra fértil e o clima favorável contribuíram para a expansão demográfica da região, além disso, a doação de terras e “as obras realizadas pela CANGO atraíram pessoas de toda parte (Oliveira, 2022, p. 115).

Também em 1943 foi criado o Território Federal do Iguaçu (TFI) em uma junção territorial que compreendia partes dos Estados de Santa Catarina e Estado do Paraná. O TFI foi criado em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.812, tendo como área Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. A criação fazia parte do projeto de abrangência nacional idealizado por Getúlio Vargas, conhecido como Marcha para Oeste, impulsionando assim as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, tendo sua sede localizando no atual município de Laranjeiras do Sul. Foi administrado por dois governadores militares: João Garcez do Nascimento e Frederico Trotta. Lopes (2002), ressaltou que o governo optou por organizar os territórios como partes integrantes da federação, tornando-as juridicamente iguais nas ligações da federação nascente, unidades que passaram a ser autônomas entre si dentro do pacto federativo na existência de um governo central.

O Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, definiu a primeira divisão do TFI, com quatro municípios para o território, Foz do Iguaçu, Clevelândia, Mangueirinha e Chapecó, o primeiro seria a Capital do território, na linha de fronteira com a Argentina e Paraguai como mostra o mapa (Oliveira, 2022, p. 117).

O decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, foi o mecanismo legal responsável por desmembrar o Paraná e Santa Catarina para dar origem ao Território Federativo do Iguaçu. O Estado do Paraná perdeu parte de sua área para a criação do Território Federal do Iguaçu, que ocupou as faixas do oeste e sudoeste. O Território Federal do Iguaçu foi extinto em 18 de setembro de 1946, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1946, encerrando assim a federação e retornando aos Estados do Paraná e de Santa Catarina à sua configuração original. Isso fez com que grande parte dessa região acabasse retornando à estagnação e ao esquecimento de outrora.

No ano de 1964 ocorreu o golpe que foi resultado de uma conspiração de grupos conservadores que se sentiam descontentes com as reformas de base propostas por Goulart. Com o apoio da maioria da elite brasileira, da ala conservadora da sociedade, os militares

deram um golpe de Estado no Brasil, em 31 de março de 1964, pondo fim à República populista (1946–1964) e iniciando a ditadura militar brasileira (1964– 1985).

Neste contexto tem-se a figura de Figueiredo no qual foi o último general presidente (1979-1985), encerrando o período da ditadura militar, que durou mais de duas décadas. O general acelerou o processo de liberdade política e, em seu período de governo aprovou a Lei da Anistia. Principalmente, este período revela não apenas a ampliação geográfica, mas também, o surgimento de novas entidades administrativas, transformando a vastidão do território.

O Brasil passou por vários projetos e tentativas de colonização, resultando em sua nova divisão territorial devido aos tratados. Inicialmente, tornou-se colônia e, mais tarde, ganhou independência com a ajuda da população, adquirindo, assim, soberania e autonomia administrativa, econômica, política e social, mas herdando uma grande dívida com a Inglaterra.

A ditadura militar, instaurada em 1964, foi responsável por uma forte censura e opressão aos direitos democráticos, visando à proteção dos interesses do Estado militarizado. O regime militar durou 21 anos (1964-1985), período em que muitos brasileiro foram exilados, a imprensa foi censurada, os direitos políticos foram cassados aos que eram oposição ao regime. Após a ditadura m ilitar houve a necessidade de organizar a sociedade brasileira, à medida que as classes trabalhadoras buscavam novas oportunidades, pois a modernidade representou uma nova organização no modo de produção.

Esse período foi marcado por um processo de abertura política, as regiões do Brasil são um agrupamento de estados, e não têm personalidade jurídica própria, nem autonomia política ou escolha de representantes. A divisão do território brasileiro por Estados permite compreender melhor esse território gigantesco.

O limite do território do atual Estado do Paraná, foi dividido em várias regiões, entre elas está a região Sudoeste do Paraná. Segundo Wachoeicz (1987), ficou evidente os impactos da migração nas mudanças sociais, culturais, econômicas e religiosas da região, impactando no processo de escolarização.

1.2. O Processo de Colonização da Região Sudoeste do Estado do Paraná

A região Sudoeste foi povoada a partir do Getúlio Vargas, que nesta ocasião criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, em 12/03/1943, que teria a função de lotear e organizar as terras da região Sudoeste, situada em faixa de fronteira: “a CANGO era um órgão federal e os lotes de terra eram distribuídos gratuitamente, o que era mais um fato

que favorecia a grande migração interna para a região” (Lazier, 1998, p. 38).

Sobre a questão da ocupação da região Sudoeste do Paraná temos alguns episódios históricos de notórios, bem como os fatores econômicos, erva-mate e a extração da madeira, cereais, criação de suínos soltos e pecuária, que se desenvolveu a partir da necessidade de abastecer o Sudeste brasileiro (Lazier, 1998).

O principal sustento da população paranaense era tirado da produção da erva-mate, da extração da madeira, e de pequenas plantações para subsistência. As indústrias que aqui se encontravam eram rústicas e serviam de base para produção da erva-mate e corte da madeira. Esse contexto só foi alterado com a instalação da produção de café e de grandes madeireiras em solo paranaense (Santi, 2021). Em acordo defendido pelo jurista Barão do Rio Branco, foi fruto de negociações sustentadas por documentações valiosas, especialmente no que tange aos limites entre Brasil e Argentina, culminando na cidade de Clevelândia. Entretanto, a Argentina desafiou as cláusulas do Tratado de Madri em 1810, durante seu processo de independência. Os desdobramentos desse desafio moldaram a Zona de Palmas ou das Missões, que experimentou um segundo povoamento entre os anos de 1810 e 1845, (Lopes, 2002).

O Sudoeste do Paraná teve sua colonização oficial atrelada à uma constante presença de militar por motivo de se tratar de uma região fronteiriça. De acordo com Mondardo (2010), as glebas da região Sudoeste do Estado do Paraná, começaram a ser ocupados no início do século XX, tinha como objetivos políticos e interesses econômicos, sendo mais intensa na região Sudoeste do Paraná.

Os agentes principais desta ocupação foram os descendentes de alemães, italianos e poloneses, entre as décadas de 1940 até 1970, vindo dos Estados vizinhos Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo Oliveira (2022), é importante ressaltar que o Paraná também expandiu suas bases de ensino com instalação da CANGO, as regiões do interior do Brasil, como o Sudoeste do Paraná, recebem recursos, mas por estar distante dos grandes centros os recursos demoravam para chegar.

Os migrantes vieram para a região Sudoeste do Paraná, devido a crise populacional e a falta de terras. O aumento da concentração de terras, nos Estados do Sul, impôs como alternativa a imigração para outras regiões. Conforme Pavelegini (2021), a vinda para o Sudoeste tinha um objetivo a ser alcançado, que era a tentativa de melhorar de vida, mas para isso enfrentaram vários desafios como a demora, a travessia de rios, o perigo das florestas, as construções de estradas, mas o principal era tomar posse das terras. Os colonos chegaram à nova terra cheio de vontade de trabalhar. A primeira leva de migrantes sulistas que se instalaram, em grande medida, em áreas rurais nas regiões Sudoeste do Paraná, foi formada

por pequenas propriedades rurais, lavoura de subsistência, em sua maioria. De acordo com Sbardelotto; Castanha (2018), os agricultores compravam pequenas propriedades de terras de companhias colonizadoras privadas. Estas companhias, além de venderem os lotes, atuavam como liderança político-administrativa dos núcleos coloniais, construindo infraestrutura de acesso e permanência dos colonos, incluindo estradas, casas, igrejas, comércio e escolas.

Devido à isto no dia 13 de outubro de 1943, o estado do Paraná firmou um convênio com seus municípios para expandir o ensino primário no Estado, no caso do Sudoeste os municípios eram Palmas e Clevelândia. O fato foi que naquele ano foi criado o TFI que abrangeu quase toda a região, sendo incorporado todo o território do município de Clevelândia e parte do município de Palmas, que se transformou no município de Manguairinha (Oliveira, 2002).

No início da década de 1940, a região Sudoeste, quase em sua totalidade, pertenceu ao TFI. Conforme já exposto no capítulo anterior, no ano de 1943 foi criado o TFI, que abrangeu a maior parte do atual território do Sudoeste do Paraná. No relatório do governo do TFI, assinado por Frederico Trotta, foram expostas as escolas existentes nos cinco municípios que compunham o TFI, em 1946 (Oliveira, 2022).

No Pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), durante as décadas de 1940 e 1950, a política econômica nacional buscou superar a característica de agroexportador e importador de bens duráveis e passou a incentivar a industrialização e intensa urbanização. A população urbanizada e assalariada seria um novo mercado consumidor de alimentos. Assim, tanto a expansão das fronteiras agrícolas era condição à ampliação de indústrias de processamento de alimentos, quanto o consumo de madeiras era necessário à construção de casas no Brasil e no exterior, para reconstrução dos países no pós-guerra (Padis, 1981).

Segundo Duarte (2003), a ocupação intensa da região Sudoeste do Paraná pelos colonos, foi resultado da expansão da fronteira agrícola, impulsionada pelo esgotamento das possibilidades de reprodução social dos colonos em suas regiões. Eles chegaram à região Sudoeste e foram ocupando o sertão coberto. Até o ano de 1950, existiam na região sudoeste do Estado do Paraná somente os municípios de Palmas, Clevelândia e Manguairinha. Após essa data surgiram outros municípios.

Em 14 de novembro, pela Lei nº 790, de 1951, foram emancipados os municípios de Barracão, Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antônio, todos desmembrados de Clevelândia. Mas a emancipação definitiva só teve vigência no final de 1952, quando os prefeitos eleitos assumiram o governo municipal. Em 1954, foram emancipados os municípios de Chopinzinho e Coronel Vivida, ambos desmembrados do município de Manguairinha.

Todos os municípios foram desmembrados do município de Clevelândia, no qual acarretou mudanças significativas na região Sudoeste do Paraná, influenciando a dinâmica regional, como também denotou uma explosão que contribuiu para a diversificação econômica e o estabelecimento de infraestruturas sociais, sendo este importante para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, pois contribui para a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos.

Chegou na região a companhia de colonizações imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), assim, detendo praticamente todo o Sudoeste do Estado do Paraná, instalou-se na região em 1951, iniciando a venda de terras aos colonos ali instalados e gerando um clima de inquietação social entre os moradores. Na qual apresentou-se como dona das terras, portanto, os colonos tinham que pagar pela sua propriedade. Já em setembro de 1951 houve uma primeira reação à situação de intranquilidade gerada pelos colonos, comerciantes e profissionais liberais, em assembleia geral, constituíram uma comissão permanente para a defesa de seus direitos em relação ao litígio em torno das terras. Porém, essa forma de resistência mostrou-se ineficaz, pois não gerou nenhuma providência contrária à CITLA. A atuação dessa empresa estava intrinsecamente relacionada à ligação que ela mantinha com o governador do Estado. Quando as terras foram tituladas, quem estava no poder era Lupion, algo que facilitou a comercialização das terras pela CITLA. Porém, entre 1951 e 1955 quem governou o estado foi Bento Munhoz da Rocha Neto, do PTB. A rivalidade política entre os dois partidos fez com que este governador se opusesse à CITLA, proibindo, “através do decreto nº 419, de 02 de junho de 1952, o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade, ‘Sisas’, de qualquer transação imobiliária nas glebas Missões e Chopim” (GOMES, 1987, p. 38).

Assim, houve um interregno nas atividades da CITLA, que só voltou a atuar na região em 1955, após a reeleição de Moysés Lupion. Um dos primeiros atos do governador no seu novo mandato foi revogar a ordem que proibia o recolhimento das Sisas. Assim, em 1956, a CITLA, juntamente com duas outras companhias, Comercial e Apucarana, que se tornaram suas concessionárias, teve livre caminho para atuar no Sudoeste paranaense, iniciando as medições de vários lotes da região. Além disso, muita propaganda era realizada a fim de convencer os posseiros e colonos a dirigirem-se aos escritórios das companhias para assinarem os contratos de compra e venda das terras. De acordo com Rego:

Ao colono eram oferecidas duas alternativas: ou adquiria as terras sob o preço que lhe era imposto, ou deveria abandonar a terra. A atividade das empresas imobiliárias consistia em forçar a comercialização ou efetivar a 'limpeza da terra'. Foram sendo assim forçadas, progressivamente as condições de resistência do colono. Na luta contra a ameaça expropriadora de suas condições de trabalho, o camponês é levado à luta pela garantia da posse e pela legalização da propriedade da terra (REGO,1985, p.208).

Conforme Lazier (2003), nos anos seguintes os conflitos foram se intensificando, ocasionando a Revolta dos Posseiros de 1957, dessa forma, em resposta a toda ação expropriadora das companhias de terra, somadas às frustradas buscas legais pela resolução do problema, os posseiros e colonos decidiram lutar à sua maneira. No lugar de ações pacíficas sem retorno prático foi instalado um processo de violência de ambos os lados. O primeiro confronto entre jagunços e posseiros aconteceu no dia 2 de agosto de 1957, no distrito de Verê, quando um grupo de colonos armados marchou em direção ao escritório da Companhia Comercial. Na ocasião vinha à frente um colono envolvendo em uma bandeira do Brasil que foi morto, ali mesmo, por jagunços, no qual correram vários episódios que contêm estupros, covardias e violências físicas são narrados por quem se dedica ao estudo da Revolta dos Posseiros. Estes lutaram e muitos foram mortos durante os conflitos e reivindicações por justiça social, lutaram pelos direitos às escrituras dos glebas, terminou com a vitória dos posseiros', que tiveram suas terras tituladas e regularizadas a partir de 1962.

Imagem 1. Momento em que os posseiros destruíram os papéis na sede da CITLA



Fonte: Arquivo pessoal de Avelino Cesca.

De acordo com Possamai (2007), os migrantes foram influenciados pelos próprios parentes e amigo que já haviam vindo para estas regiões, decorrente disto temos a história dos meus pais, Ernesto Sandri Cesca e Amada Casagrande Dalponte Cesca (*in memoriam*), que migraram do município de Paiol da Pedra do Estado de Santa Catarina no ano de 1959, para a comunidade de São Braz no município de Francisco Beltrão situado na região Sudoeste do Estado do Paraná, mediante convite do meu tio Avelino Cavazini (*in memoriam*), que já estava estabelecido nesta comunidade, já alguns anos, vieram em busca de terras férteis e uma vida promissora para seus filhos.

Meus pais, em decorrência dos conflitos que ocorria na região pela regularização das terras, a chamada Revolta dos Posseiros de 1957, permaneceram no Estado de Santa Catarina, até o fim do conflito. Em 1959, vieram de mudança e se estabeleceram definitivamente sua morada na comunidade da Linha São Brás, consolidando suas vidas como pequenos agricultores, permanecendo por quarenta anos. Meu pai mesmo não tendo estudado, foi o primeiro professor e catequista dos meus irmãos mais velhos, ainda não havia escolas próximo da comunidade de São Braz.

Duarte (2003), afirma que a ocupação intensiva da região Sudoeste do Estado do Paraná pelo colonos foi resultado da expansão da fronteira agrícola, impulsionando pelo esgotamento das possibilidades de reprodução social dos colonos nestes Estados. O avanço do capitalismo no campos, com o aumento da concentração de terras naqueles Estados, trouxe para os colonos como alternativa a imigração. Os movimentos sociais buscam não apenas ver o campo como lugar de sobrevivência, mas sim um lugar de viver com dignidade de quem tem a sua identidade cultural, onde as pessoas possam morar, trabalhar, estudar, como espaço de vida própria.

Poucos anos depois teve início o movimento campo-cidade, provocando a saída em massa da população do campo, com a implementação de indústrias e crescimento do comércio. Para Sbardelotto e Castanha (2018), período este em que os colonos perceberam a importância da escolarização a partir do momento em que as forças produtivas passaram a exigir novas relações de produção e a instrução representava as condições de acesso a melhores espaço nas novas relações sociais. Houve uma grande expansão da industrialização de bens de consumo nas décadas entre 1960 e 1980. A entrada do capital no campo provocou a modernização agrícola, isso se deve ao fato de que as máquinas e os defensivos agrícolas começaram a substituir o trabalho manual, alterando significativamente a dinâmica do trabalho na área agrícola.

Ao estudar a história da colonização regional, compreendemos como foi o processo de políticas públicas educacionais, pois foram vários os fatores que contribuíram para que as

escolas informais não existissem no Sudoeste do Paraná. Um dos principais fatores foi a dificuldade de acesso às localidades, que, em muitas oportunidades, ficaram esquecidas pelo poder público (Oliveira, 2022). Na época predominava uma nova ideologia política, a qual interferia no modo de vida da população, em específico nos conteúdos escolares e nas infraestrutura físicas. Segundo Duarte:

A concentração principal no terreno educacional, ancorada na configuração social de classe, diz respeito à possibilidade de acesso ao conhecimento que possibilitaria uma formação de homens total e omnilateralmente desenvolvidos. Na ótica do capital, este acesso será restrito aos que dirigirão a sociedade capitalista e a disputa – velada para os desavisados – perpassa a estruturação do ensino na medida que realiza a triagem dos que têm acesso ao conhecimento universalizante e dos que terão acesso ao ensino técnico para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho[...] (DUARTE, 2003, p. 28).

Este aumento populacional do Sudoeste do Paraná nas décadas de 1950 e 1960 acarretou na necessidade de implantação de uma infraestrutura mínima de um sistema viário, judicial, educacional, etc. A intensificação do trabalho com a terra gerou excedentes na produção agrícola e comercialização, elevando a renda monetária da população e da demanda por bens manufaturados. Isso provocou o aumento dos estabelecimentos comerciais, dinamizando os centros urbanos, liquidando com o isolamento social e econômico da região. Em contrapartida, esta modernização e dinamismo também geraram o enriquecimento gradativo dos grandes proprietários e atacadistas da região e a consequente proletarização do trabalhador agrícola e o empobrecimento dos pequenos produtores (Padis, 1981).

Esse período havia uma organização pela melhoria da agricultura, ou seja, o capitalismo entrou na agricultura de maneira dupla, resultando na perda de terras para muitos agricultores que tiveram que entregá-las, devido a inviabilidade que enfrentaram ao tentar adquirir os pacotes tecnológicos. Isso abriu espaço para grandes produtores que tinham condições financeiras, bem como os empréstimos, que foram favoráveis para a implementação de máquinas pesadas, equipamentos utilizados para mover solos e rochas, e para o plantio, atividades estas ligadas ao agronegócio. A introdução e disseminação de novas sementes e a vendas de maquinários foram práticas agrícola, que possibilitaram um vasto aumento na produção agrícola.

Este avanço ocorreu a partir da década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa, mas logo em seguida também no Brasil. As novas mudanças na Revolução Industrial deram origem a uma nova organização da produção, que acabaram interferindo na oferta de escolas

públicas no campo, provocando assim a saída do povo do campo para a cidade. De acordo com Riechert, Chichoski e Rech (2015), muitos agricultores venderam suas terras, muito aquém do real valor, com o intuito de uma vida melhor na cidade, aplicaram o dinheiro, mas com o tempo, devido à inflação, o dinheiro acabou se desvalorizando. Houve o acúmulo de capital no campo, com isso as cidades receberam esses colonos provocando um aumento da população nas áreas urbanas. As consequências disso, foi que o Estado ficou incapaz de organizar as sociedades, pois não tinha capacidade de implementar novos projetos de bem-estar social, visando serviços públicos de qualidade.

A presença crucial do capital financeiro no campo, alterou as questões econômicas, políticas, sociais e suas relações com a educação, impondo um rigoroso processo de fechamento das escolas rurais, dificultando ainda mais o acesso a educação para os filhos de agricultores. Esse foi/é um reflexo da organização linear da produção no sistema capitalista, que se opôs às forças intelectuais do processo de produção como propriedade alheia aos produtores que realizavam o trabalho manual, no qual resultou na concentração da propriedade privada e centralização da riquezas na região Sudoeste do Paraná.

A década de 1980, foi um período, marcante na história do século XX, especialmente no que diz respeito aos acontecimentos políticos e sociais, eventualmente considerado como o fim da idade industrial e o início da idade da informação. No Brasil ficou conhecida como a década perdida do ponto de vista econômico, de crescimento e desenvolvimento. Todavia, foi um período de mudanças significativas e novos ordenamentos no quadro político de nossa sociedade com o fortalecimento dos movimentos sociais e das liberdades democráticas. (Ribeiro, 2021).

Segundo Gramsci (2004), é fundamental formarmos cidadãos com habilidades diversas para o trabalho reflexivo, problematizador e indagador das questões socioeconômicas, capaz de entender as influências dos setores privados interligados com o poder público e religioso, hegemonizando as políticas. Os capitalistas hierarquizam a formação do homem coletivo, transformando-os em “homens de massa” que expressam o conformismo com as determinações exteriores. Denota-se que uma ideologia se sobrepõe às outras, devido às ferramentas de coerção e subversão do real que a determina. Diante do exposto temos a organização de educação formal nas escolas jesuíticas, na qual baseava-se em valores cristãos e no ensino da língua. Anos depois foi criada as Aulas Régias, pelo Marquês de Pombal, sendo esta a primeira sistematização do ensino público e laico no Brasil.

Esta ausência do poder público também levou as colônias de migrantes do Oeste e Sudoeste do Paraná a se organizarem e viabilizarem com autonomia a sua infraestrutura e suas

escolas. Porém, não era este o único motivo: havia dificuldade de assumir a identidade brasileira entre os colonos descendentes de imigrantes europeus, muitos dos quais se sentiam estrangeiros, conforme Oliveira:

A educação oferecida ao povo paranaense ainda seguia o Código de Ensino criado pelo Decreto nº17 de 1917, e era pequeno o percentual da população público-alvo que tinha acesso à educação. Em 1932 foi promulgado o Regimento Interno das escolas isoladas e dos Grupos Escolares, pelos Decretos Estaduais nº1873 e nº1874, de 29 de julho, que visava organizar internamente o funcionamento das escolas (OLIVEIRA, 2022, p. 159).

A expansão das escolas públicas na região Sudoeste intensificou-se já na segunda metade da década de 1940, com o TFI que buscou expandir o ensino escolar em seu Território e no caso de Francisco Beltrão e arredores, com a CANGO, que contribuiu para a construção de várias escolas primárias, além disso, a partir de 1948 várias leis municipais foram publicadas determinando a construção de novas escolas primárias na região, vale ressaltar que o Estado também contribuiu para a oferta do ensino primário na região toda, nada reivindicavam do poder público (Oliveira, 2022).

Não era interesse dos colonos a interferência e direcionamento da educação escolar pelo estado: O Estado pretendia que a educação desempenhasse o papel de instrumento de nacionalização e homogeneização da população paranaense pela eliminação da heterogeneidade de línguas.

Tanto a nível nacional, como a nível estadual as duas filosofias pedagógicas que predominavam eram a Tradicional e a pedagogia Nova, como já enfatizamos no primeiro capítulo. No Sudoeste do Paraná, a predominância da pedagogia Tradicional era bem mais forte, isso porque, a Igreja Católica, defensora de tal pedagogia, tinha grande força na região. Se a nível nacional e estadual, a Pedagogia Nova avançou na década de 1940 e acabou por tomar a hegemonia, a nível regional isso levou mais tempo (Oliveira, 2022).

No Sudoeste do Paraná a educação escolar só passou a ocorrer de forma objetiva a partir do início da década de 1930 a 1950. Muita crianças não tiveram acesso à educação, neste período tanto a nível nacional, quanto a nível estadual e regional, o ensino primário teve uma nova atenção, com influência do pensamento escolanovista que incluía “a difusão de novas doutrinas pedagógicas”, além de “atendimento médico e dentário, a ampliação do plano de educação física, a criação de parques infantis” e a previsão no planejamento para a construção de novas edificações escolares (OLIVEIRA, 2022, p.160).

Havia entre os migrantes o entendimento da importância da educação como via de

inclusão social, política, econômica e cultural. Portanto, o apreço pela escola gerou a convicção da necessidade de viabilizar a escolarização dos seus filhos na própria colônia. Ao criar suas primeiras escolas, os colonos escolhiam um professor membro do próprio grupo colonial que definia, juntamente com a comunidade, os conteúdos que deveriam ser ensinados, ou seja, o currículo escolar: “A escola era realmente deles e produzia conhecimentos de seu interesse e na sua ótica de leitura, percepção e interpretação de mundo, isto é, uma escola a serviço do grupo colonial e de sua cultura” (EMER, 1991, p. 244). As escolas dos colonos começa com a “Escarização Particular Domiciliar”, que era um tipo de instrução sem instituição escolar. Esta modalidade era caracterizada pela informalidade e ausência de regulamentação oficial, mas com regularidade e adoção de uma sequência de conteúdos considerados importantes. Nesta modalidade, as crianças e adolescentes em faixa etária de escolarização eram ensinados por um professor membro do grupo colonial, com condições e disposição de ensinar, sem necessariamente possuir formação.

O ensino era ministrado geralmente no idioma de origem dos membros da comunidade, descendentes de imigrantes europeus: “Simplesmente, algumas crianças reuniam-se ao redor da mesa de refeições de uma residência para aprender a ler, escrever e calcular – currículo e objetivos educacionais estabelecidos pelos pais” (EMER, 1991, p. 214-215).

Entretanto, o autor ressaltou que este ensino tinha regularidade e sequência de estudos, diferentemente da simples instrução oferecida pelos pais que, esporadicamente, ensinavam seus filhos a ler, escrever e contar. A outra modalidade da classificação definida por Emer (1991) é a “Casa Escolar Particular”, construída e mantida pelo grupo social pioneiro.

Conforme Emer (1991) estas duas primeiras modalidades entraram em crise antes do final da década de 1950, devido a dificuldade do núcleo colonial em encontrar professores que atendessem às exigências legais e à abertura gradual das novas gerações de colonos às influências externas ao núcleo colonial. A terceira modalidade foi a “Casa Escolar Pública”, a qual inaugurou a presença do poder público na educação do núcleo colonial. Esta era criada por ato oficial do estado ou município, que a construía ou apenas assumia o pagamento dos professores. Da Casa Escolar, agora oficial e reconhecida pelo poder público, passou-se a exigir o ensino da língua portuguesa.

Segundo Emer (1991), esta modalidade de escola ganhou destaque quando o “Certificado de Escolarização” tornou-se importante para os alunos. A necessidade de tal reconhecimento de escolarização significou que os habitantes da colônia começaram a buscar a inserção em um espaço social ampliado para além do núcleo colonial. A última modalidade foi o “Grupo Escolar Público”, construído em núcleos coloniais mais desenvolvidos e

amplamente inseridos na dinâmica regional e estadual, ou seja, nas cidades e vilas. Para Emer (1991), enquanto nas modalidades educacionais anteriores a preocupação era o ensino do “ler, escrever e contar”, no Grupo Escolar havia a necessidade de “passar” para a “série” seguinte.

1.3 As Políticas de Desenvolvimento Local e a Organização de Grupos Sociais

A Política de Desenvolvimento local teria que ter como finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais na sociedade amperense, e como resultados esperados o crescimento econômico sustentável, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população. De acordo com Marx e Engles (1998), a produção da consciência está diretamente entrelaçada nas atividades materiais, por isso as ideias, pensamentos e representações, que os homens produzem na consciência, jamais pode ser outra, se não aquela diretamente relacionada a vida real.

A pedagogia dos movimentos sociais alicerça o processo de constituição e reforça uma visão de mundo na perspectiva da vida. Desde a década de 1950, os movimentos vêm se organizando como mobilizações pelo empoderamento do povo como paradigma pedagógico na luta pelos bens de serviços públicos. Frigotto (2002), defendeu que a luta e a organização são fundamentais para mudar a realidade, e que os movimentos sociais são importantes para enfrentar a injustiça, a exploração e a desigualdade.

Esse período foi marcado por um processo de abertura política, que teve início em 1974. Fatores que contribuíram para o fim da ditadura: Greves operárias no ABC Paulista, entre 1978 e 1980, movimento das Diretas Já, em 1983, retorno de exilados políticos ao Brasil, anistia aos presos políticos e exilados, em 1979, formação de novos partidos políticos, enfraquecimento do regime devido à economia ruim, eleição de Tancredo Neves, no qual foi o candidato da oposição, derrotando Paulo Maluf, o candidato dos militares.

Nas organizações dos movimentos populares e nas práticas vividas pelos sujeitos, tendo como pano de fundo os interesses dos capitalistas. Arroyo (1999), afirmou que entre educação, trabalho e exclusão social têm dois olhares. No primeiro estão os excluídos oprimidos, para os quais foram/são negados seus direitos de uma política pública de qualidade. No segundo vemos as múltiplas mobilizações e lutas por direitos humanos, como processo de ação e manifestações coletivas. O que indicamos é que há uma política fiscal predatória, assentada em impostos regressivos, como mostrou Oliveira (2005), ao destacar a tentativa do capital de eliminar o sujeito, mediante o ideário neoliberal e da globalização, defendendo o consenso de que somos uma Nação e não um conglomerado de consumidores.

A passagem da produção artesanal para a produção industrial que ganhou impulso a

partir da década de 1930, começou a ganhar força na região de Ampére a partir do início da década de 1970. Ao buscarmos investigações sobre a política de industrialização indagamos que esta foi desenvolvida para os diferentes setores da sociedade amparense. A ideia de desenvolvimento permeou desde o início de sua emancipação. O projeto foi bem sucedido gerando prosperidade e emprego para a população local. Por isso, compreender com criticidade as contradições desse movimento histórico e fomentar o debate tornou-se uma ação necessária que contribuí com a compreensão das relações indissociáveis entre o Estado e a sociedade no acesso à cidadania.

Nos anos 1970 se intensificou a ideia de uma opção industrial para o município, buscando modernos processos de produção, destinada a um mundo globalizado e de espírito empreendedor e cooperativo. Ampére passou a ser a cidade do emprego, da renda e de um povo diferenciado. A educação foi direcionada para as políticas de qualificação de mão de obra, treinamento em gestão, empreendedorismo, envolvimento comunitário e pensamento empreendedor. Todavia, o perfil industrial do município só se concretizou a partir de meados da década de 1980.

Em 1982, tivemos a aprovação da Lei 07/82, que estimulou a instalação de indústrias com 10 anos de isenção de impostos. Desta forma fortaleceu-se a ideologia das classes dominantes, favorecidas pelos incentivos municipais com estrutura física, ou apoio fiscal. As políticas públicas de desenvolvimento no cenário do município de Ampére e nos municípios da região Sudoeste do Paraná foram ampliadas, privilegiamos os investimentos para beneficiar as iniciativas privadas, em detrimento das públicas.

Nesse cenário, a escola perdeu a sua autonomia, ficando dependência do sistema econômico e se dividiu em escola profissional, destinada a instrumentalização dos trabalhadores para a produção, voltada aos interesses do capital e escola clássica destinada às classes dominantes, para a formação das elites intelectuais, voltadas a gerir os interesses do capital (Gramsci, 2001).

Como o capitalismo é um sistema contraditório, segundo Duarte (2003), no início da década de 1970, também teve início a crítica contra a destruição dos recursos naturais e a exploração dos povos do campo. Na época também começaram as críticas sobre a forma de atuação dos sindicatos rurais, que ainda estava mais voltadas ao assistencialismo sindical, como médico e dentistas. O sindicato dos trabalhadores rurais no município de Ampére foi fundado no dia 11 de abril de 1964. Anos depois, o sindicato passou a ser um agente de luta pelo fortalecimento dos trabalhadores, para formar cidadãos conscientes e críticos.

Segundo Padis (1981), entre os anos de 1960 e 1980, na Região Sudoeste do Paraná,

houve uma entrada de capital no campo por meio da modernização agrícola, financiada pelo poder público. O capital possibilitou o processo de implantação de novas técnicas, crédito subsidiado, principalmente para a compra de fertilizantes e máquinas, crédito rural fácil. Essa política para o campo deu início ao processo de concentração da terra e do capital no campo.

Arroyo (2003) nos revela que na década de 1970 e 1980 os movimentos sociais constituíram-se como uma grande influência para a formação da consciência popular, como um mecanismo indispensável de reversão das desigualdades sociais. O processo educativos de lutas passaram pelo conjunto de experiências, de vivências que o ser humano teve ao longo de sua vida. Neste sentido, Arroyo (1999), nos mostra também que é a experiência que nos marca, ou seja, é a experiência do trabalho, da produção, que nos produz como pessoas. Os sujeitos não produzem apenas alimentos, roupas, mas se produzem no processo de produção, construindo-se assim sujeitos culturais.

Por outro lado, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), sediada em Francisco Beltrão, mas com a participação de agricultores de toda a região, e os movimentos sociais desenvolveu um trabalho de conscientização dos agricultores sobre o crédito e as políticas agrícolas oficiais (representadas pelos bancos). Além disso surgiram outras organizações dos agricultores, como o Movimento dos Agricultores do Sudoeste (MASTES) que iniciaram grandes mobilizações (atos públicos e passeatas), seguidos de ocupações, acampamentos e bloqueios para sensibilizar as autoridades sobre as questões dos direitos dos trabalhadores rurais.

Nessa época muitos agricultores fizeram parte de mobilização que ocorreram em vários locais, com destaque para o da comunidade do Rio Verde, no município de Marmeleiro, onde foi bloqueada a BR, tendo como exigência melhores preços dos suínos, acesso ao crédito que beneficiasse os agricultores e com juros mais acessíveis. De acordo com alguns depoimentos, as autoridades municipais mandaram os policiais e o corpo de bombeiro passarem por cima dos manifestantes. A grande sorte foi que havia alguns políticos que estavam a favor deste manifesto e impediram este massacre.

De acordo com a Revista Cambota, outubro de (2006), na medida em que as lutas tomaram corpo e foram sendo assumidas pelos agricultores, eles foram motivados e apoiados no sentido de se constituírem em movimentos e organizações populares autônomas. Com isso, no anos 1980, a ASSESOAR deixou de ser a única organização de agricultores autônomos na região Sudoeste do Paraná. Este período foi também de grande tensão com a Igreja e o Estado. O Estado queria cessar as organizações, que reivindicavam a construção de estradas para o transportar os produtos agrícolas, escolas comunitárias, instalação de postos de

saúde, melhores preços para os suínos, abrangendo as regiões sul do Brasil. Como MASTES e pastorais, realizam lutas históricas como dos suinocultores (1980), da saúde (1984/1985), das políticas agrícolas (1987), Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB), (1985), e da reforma agrária a partir de 1984, com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (MST), que lutaram pela efetivação de projetos de desenvolvimento não fragmentados. Conforme Possamai (2007), os grupos sociais populares atuavam de forma autônoma e, frequentemente, organizavam-se em torno de questões específicas.

Ao analisar o contexto histórico o surgimento dos movimentos, percebe-se que o campo é um espaço social contraditório, traçado pelos embates e pelos conflitos, onde a modernização, ao mesmo tempo gerou a saída do campo e a subordinação do trabalhador ao capital, mas ao mesmo tempo criou as condições para o surgimento e o fortalecimento das organizações dos agricultores. Muitas delas se voltaram para a problemática das escolas rurais e desencadearam um movimento em defesa da educação do/no campo.

Feito esses apontamentos de forma mais geral, passamos agora a tratar de forma mais específica do caso de Ampére.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR ENTRE OS ANOS DE 1950-1964

Discutir os eventos históricos da colonização da Vila de Ampére situada na região Sudoeste do Paraná, subentende-se que nesta região, já havia sido habitada pelos povos indígenas e caboclos. A sua ocupação, de forma mais efetiva, ocorreu decorrente das políticas do então presidente Getúlio Vargas, com sua política da “Marcha para Oeste”, visando controlar as fronteiras, no caso especial, com a Argentina.

Oliveira (2022), ressalta que o setor econômico era movido, basicamente pelo extrativismo, erva mate e madeira e pela agricultura, principalmente a produção de café, no entanto, acompanhando o desenvolvimento nacional, acelerando seu desenvolvimento, a partir da instalação da indústria madeireira. Os conflitos na região Sudoeste travaram-se entre os posseiros, as madeiras e as companhias imobiliárias, sendo que estas empresas tinham como objetivo o acúmulo de capital.

Conforme Oliveira (2022), o Paraná também expandiu suas bases de ensino, neste sentido, até as regiões do interior, como o Sudoeste do Paraná. Esta região foi marcada pelos impactos da destruição ambiental e a desconstrução cultural, conflitos violentos com imposição de sistemas sociais e econômicos em substituição as práticas de subsistência. Oliveira ressalta que:

Os pensamentos que permearam o setor educativo a nível nacional foram variados, os conflitos de ideias estiveram presentes e os interesses, defendidos por intelectuais de diferentes grupos existentes foram explicitados e este processo, de certa forma, influenciou no desenvolvimento de políticas educacionais no Brasil. No Paraná também ocorreu conflitos de ideias sobre a educação, mas em proporções mais reduzidas. Os estudos mostram que representantes da Igreja Católica e defensores da pedagogia Nova foram os principais elementos envolvidos neste processo (OLIVEIRA, 2022, p. 27).

Nos anos de 1950, a Vila de Ampére ainda estava em processo de acomodação, devido a chegada dos primeiros pioneiros em 1948. Com a emancipação dos municípios ficou vinculado politicamente a Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, a partir de 1952. Os novos habitantes que chegavam foram formando diversas vilas e comunidades rurais, e criando escolas.

O acesso aos recursos da saúde e da educação eram precários, bem como, os meios

para suas subsistência. As famílias que chegaram à Vila de Ampére tinham a preocupação em relação a educação, pois vinham de outras regiões onde já existia escolas. A educação foi sendo organizada pelos núcleos familiares as estruturas eram rudimentares ou até mesmo organizadas em casas cedidas pelos próprios professores, sendo estes membros das comunidades.

Com a necessidade de administrar o território da região Sudoeste do Paraná houve a divisão por municípios e alguns em Distritos Administrativos. Sendo assim, a Vila de Ampére foi elevada à Distrito Administrativo de Santo Antônio do Sudoestes, segundo alguns pioneiros. Mas em 30 de dezembro de 1957 foi criado o Distrito Administrativo pela Lei Estadual n.º 3.511, no município de Capanema (Reichert, 2020).

Em 11 de abril de 1961, o Distrito Administrativo de Ampére foi elevado à município, através da Lei Estadual n.º 4.348, sancionada pelo governador Ney Braga, sendo desmembrado dos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema. A sua emancipação abrangia os atuais municípios de Realeza e Santa Isabel do Oeste, estes foram elevados à Distritos Administrativos de Ampére e, posteriormente, emancipados. Nos primeiros dias da administração de Ampére não foi possível resolver os problemas com os setor da educação, saúde e agricultura. Mas aos poucos, o município foi tendo sua autonomia política, passando a resolver os vários problemas que se apresentavam.

Desde então as lutas coletivas da população amperense foram se organizando para a obtenção das escolas, pois a educação era considerada uma estratégica para promover o desenvolvimento econômico, como via de mão dupla intelectual e manual. Ao analisar as estratégias sobre a educação da Vila de Ampére, verificamos que foram constituídas várias escolas rurais e feito os investimentos em escolas urbanas.

2.1. A formação da Vila de Ampére e a História das Primeiras Famílias

A ocupação da área territorial da Vila de Ampére, teve iniciou em meados da década de 1940, a política da Marcha para Oeste tinha como estratégia interna, delimitar significativamente os espaços territoriais, sem a presença de conflitos violentos. Neste período os objetivos eram proteger os recursos econômicos naturais como a erva-mate e a madeira. Reichert, Chichoski e Rech (2015), destacaram a importância do território de Ampére, por se tratar de uma região fronteira conflituosa com a República Argentina, que passou por várias colonizações, bem como a presença dos militares, espaço de lutas por demarcações de terras e poder.

Por isso, compreender com criticidade as contradições desse movimento histórico e

fomentar o debate tornou-se uma ação necessária que contribuir com a compreensão das relações indissociáveis entre o Estado e a sociedade no acesso à cidadania. Os migrantes que vieram sabiam apenas superficialmente que o governo estava distribuindo terras e dando garantias de disponibilidades dos meios necessários para à formação de núcleos populacionais.

A colonização da Vila de Ampére deu-se a partir de movimentos migratórios gaúcho e catarinense, bem como do interior do Estado do Paraná, principalmente dos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco.

Os primeiros pioneiros da Vila de Ampére chegaram na década de 1940, foram se organizando e contando com sua própria sorte. Segundo Riechert (2020), João Ponciano de Almeida chegou em 1946, já em 1949, chegaram os moradores José Soranzo, Adriano Nonato, Florindo Santiago de Miranda, Eduardo Stoki, Família Bialeski, Antenor e Agenor Fagundes, Antônio Pereira da Conceição, Angelino Veiga de Freitas, Família Lérias, Família Telheiro, Família Furlan. Entre os anos de 1946 e 1949, instalaram-se nas comunidades do Rio Cotegije, Km 50, Km 55, Linha Furlan e redondezas, os familiares de João Soranzo e filhos, Eduardo Padilha De Witt, Antoninho Pereira da Conceição, Jovenal de Campos, Franklin Alves Dias, professor Leopoldo de Witt. Em 1950, formaram-se outras comunidades da Vila de Ampére, como Linha Uassari, Fonte Bela, Alto Alegre, Santa Rita, Barra do Ampére, fixando as famílias de Pedro Furlan, José Clemente da Cunha, Antônio Gritti, Libório Antunes, a família Vieira. Por volta de 1951, Albino Beal, Raulino Buchmaier, Ataliba dos Santos, Bento da Silva Castanha, professora Clara Dias (catequista do Km 55). Os familiares de Tacilino Lounay, José Ortiz, Velho Matt, Paulo Masoranzo, Dinarte Castanha chegaram entre 1953 e 1954. Depois se estabeleceram as famílias Nascimento, Aurélio Martins, Arcelino Potrick e Aparício Valê, Francisco de Oliveira e Albino, estes doaram o terreno para a construção da Capela e Fátima de Oliveira que doou a imagem de Nossa Senhora de Fátima para a Capela do Km 50.

Na década de 1960 meu avô Urbano Cesca (*in memoriam*) e sua família fez o trajeto do município de Paio da Pedra para o município de São Lorenzo do Oeste, Estado de Santa Catarina para o município de Francisco Beltrão. Após seguiram para a comunidade de Linha Frâncio no Distrito Administrativo de Ampére, onde estabeleceram sua morada. Vieram com meus avôs os três filhos, Tiezer Sandri Ciesca, Ernesto Sandri Cesca, Amabili Sandri Cesca, Maria Sandri Cesca. Meu pai Ernesto Sandri Cesca (*in memoriam*) que é o segundo filho do primeiro casamento, já havia estabelecido residência no comunidade de São Brás, município de Francisco Beltrão, no ano de 1959. Minha avô Amabele Sandri Cesca, já havia falecido ainda no município de Paiol da Pedra/SC. Decorrente disto, meu avô casou-se novamente e teve ajuda de sua nova esposa para cuidar de seus três filhos pequenos e com ela teve mais seis

filhos, Albino Cesca, Terezinha Cesca, Jandira Cesca, Ivo Cesca, Ângelo Cesca e Nilde Cesca. Os filhos primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo e oito já são falecidos. Neste local constituíram suas histórias e viveram economicamente e socialmente como pequenos agricultores, até os últimos dias de suas vidas. Sua mudança foi feita de carroça e cargueiros, tinham como principal preocupação, o espaço, para caber toda a mudança e os mantimentos que foram trazidos, bem como chegar ao destino sem ter estragado. Ficavam dias nos picadões, muitas vezes os animais morriam no caminho, tinham que comprar outro, inúmeras vezes tiveram que fazer o trajeto a pé, dormiram no caminho. Os familiares que ficavam se preocupavam, mas não tinham como se comunicar, era só esperar. Sobre isso, lembro que nos passávamos noites de filó com meu avó, e ele contava sobre sua primeira mudança de carroça e cargueiro do município de Passo Fundo no Estado do Rio Grande do Sul para o município de Paiol da Pedra, ainda quando era jovem. No momento em que chegaram se depararam com a falta de infraestruturas, sem apoio das políticas públicas de bem estar social, sendo o mais difícil estar longe dos grandes pólos regionais, foram se apoiando entre os grupos sociais e se organizando conforme era possível.

Sua primeira moradia foi construída com madeiras rústicas e chão batido. Ivo Cesca, neto de Urbano Cesca (2024), lembra ainda hoje das dificuldades para construir as casas, não tinha tábuas, pregos, tijolos. Os pioneiros construíram as casas com madeiras lascada, conforme foram progredindo economicamente, novas moradias foram sendo construídas.

Estes migrantes tinham um espírito de heróis que adentraram pelo interior do Brasil, Cesca e Castanha (2024), relatavam que as dificuldades enfrentadas eram tantas, pois para obter os mantimentos essenciais e sementes para o plantio de sua subsistência, bem como, para tratar da saúde, a população da Vila de Ampére precisava se deslocar para os municípios vizinhos.

Segundo Pavelegini (2021), nos primeiros momentos, a comunidade amperense contava com os conhecimentos da medicina natural, utilizavam métodos como chás e benzimentos, adquiridos dos indígenas, negros africanos e dos migrantes mais velhos. Nessa época, falava-se de várias curandeiras, benzedeadas, que influenciavam na cura ou intervalo temporário dos problemas. Neste período, o acesso entre as regiões era feito por um picadão, que ligava as cidades de Pato Branco a Santo Antônio do Sudoeste, pois por muitos anos não teve estradas e nem máquinas para construir. Os próprios colonos construíram os caminhos manualmente com ferramentas rudimentares, trajetos longos de estradas de terra batida.

De acordo com Ivo Ciesca, um dos pioneiro de Ampére, as estradas foram organizadas somente depois da Revolta dos posseiros em 1957, que passou o trator pelo lado então

compreendido como município de Santa Isabel do Oeste abrindo caminhos mais diretos, o que provocou motim dos colonos, devido as estradas estarem muito longe de suas moradias. Em casos de emergência, a alternativa era enviar recados por rádio amador da polícia.

Conforme Pavelegini L. (2021), alguns dos migrantes que chegaram na Vila de Ampére já tinham um poder aquisitivo maior, foram se organizando e constituindo seus comércios. No ano de 1951, tinha o “boteco dos Fagundes,” dirigido por Antenor e Angenor Fagundes, este foi o primeiro e único comércio da época. Em 1956, a família Santolin instalou o segundo estabelecimento comercial, localizado na atual Avenida XV de Novembro. Segundo Pavelegini (2021), seu pai Ângelo da Costa construiu um imóvel, de dois andares em madeira, localizado no atual Bairro Nossa Senhora das Graças, era hotel e restaurante, mais tarde instalou-se neste local a primeira rodoviária. Conforme Popiolex (2022), em 1958, a família De Toni gerenciou o terceiro comércio que era chamado de irmãos De Toni e Companhia Limitada, compra de cereais e suínos, secos e molhados, açúcar, café, erva-mate e o querosene.

A relação entre os cenários de povoamento e as políticas públicas sociais no período da Vila de Ampére concernia, devido as novas formas de organicidade das políticas nacionais Estaduais e regionais. As mudanças ocorriam devido ao acúmulo do capital e o sistema produtor de mercadoria da época, neste período houve a necessidade da divisão territorial da região Sudoeste do Estado do Paraná, entre eles estavam os municípios de Barracão, Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste.

De acordo com Reichert I. (2021), no primeiro momento a organização das comunidades amperense, se deu através dos municípios vizinhos, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema. A Vila de Ampére foi elevada a Distrito Administrativo de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, decorrente disto sofria grandes influências por estar vinculado politicamente, isso teve implicações na história da escolarização rural, que teve que ser construída pelas comunidades. De acordo com Saviani (1989), como isto é necessário manter-se atento as lutas de forças que se estabeleceram entre dominantes e dominados, necessitando um olhar crítico para as relações políticas e econômicas que forjaram o cenário da implementação escolares.

Segundo Reichert (2020), há indícios da aprovação da Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, que tornou a Vila de Ampére distrito do município de Santo Antônio do Sudoeste. Conforme informação fornecida por um funcionário da Câmara de Vereadores municipal de Ampére/PR, essa informação, no entanto, não pôde ser comprovada, pois a referida Lei não consta nos arquivos da Câmara e no Executivo municipal, decorrente disto,

destaca-se a complexidade na compreensão precisa desse período histórico. Cesca e Castanha (2024), afirmam que Ampére fez parte do território de Santo Antônio do Sudoeste, visto que este município ficava mais próximo, facilitando a vida dos pioneiros, pois dependiam de cartório e do banco, bem como efetuavam os pagamentos dos impostos e as taxas referente a educação. De acordo com Pavelegini (2021), neste período os professores também faziam seus cadastramentos no município de Santo Antônio do Sudoeste, mas recebiam seus salários no município de Capanema.

Quanto ao Distrito Administrativo de Ampére pertencer ao município de Capanema, tem-se a comprovação pela Lei Estadual n.º 3.511 de 30 de dezembro de 1957, que criou o Distrito Administrativo de Ampére. Todavia, não foram encontrados registros dos tributos pagos pelos contribuintes amperenses para o município de Capanema, essa fase transitória revela a intrincada jornada de Ampére até sua autonomia política.

De acordo com Ivo Ciesca, o Distrito Administrativo de Ampére era composto por três distritos: Ampére (sede), São Pedro e São Salvador, na qual teve seu primeiro subprefeito Pedro Pastório, que administrou o território entre os anos de 1957 e 1961, sendo natural de Santo Antônio do Sudoeste. A subprefeitura tinha a sede no subtérrio do prédio onde estava estalado o hospital do médico Miguel Tartarella. Neste período os irmãos Antenor e Angenor Fagundes assumiram o cargo de subdelegado e inspetor, Luiz José da Silva e Albino Maronezi se elegeram vereadores do município de Santo Antônio do Sudoeste, mas eram moradores do Distrito Administrativo de Ampére, que apresentaram domínio político e iniciaram o processo de emancipação de Ampére (Reichert, 2020).

Isso comprova que a população amperense tinha dependência maior do município de Santo Antônio do Sudoeste, mesmo sendo elevado a Distrito Administrativo do município de Capanema. Reichert I. (2021), a exemplo disto foi no ano de 1960, quando houve as eleições neste município, alguns moradores do Distrito Administrativo de Ampére participaram da votação. Na segunda eleição municipal os moradores do Distrito Administrativo de Ampére o Sr. Luiz José da Silva e Albino Maronezi, se elegeram vereadores para o município de Santo Antônio do Sudoeste, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB.

Durante a ocupação e desenvolvimento de Ampére, o distrito foi se organizando conforme as políticas ideológicas dominantes. Segundo Reichert, I. (2021), foram indicadas as lideranças locais, para os cargo de confiança. João Ortis foi indicado para o cargo de Inspetor, pois era considerado maior autoridade, desde 1949. Após a criação do Distrito Administrativo de Ampére, a região teve um incentivo e novos comércios começaram a ser instalados, bem como os serviços públicos, na década de 1960, Albino Maronezi adquiriu o

estabelecimento, continuou com os serviços e acrescentou as funções de correio e de farmácia.

O Distrito Administrativo de Ampére foi tendo independência política a partir do primeiro subprefeito Pedro Pastório, como ele morava no município de Santo Antônio do Sudoeste, tinha influência sobre as políticas que eram direcionadas para a então Distrito Administrativo de Ampére. De acordo com o depoimento dos professores daquela época, Reichert I. (2021), Reichert T. (2021), Pavelegini (2021) e Zucheli (2024), enfrentavam grandes desafio no momento em que se deslocavam para os municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, para realizar os cadastro e receber seus salários, enfrentando todas as dificuldades, condições de contrariedade possíveis. Os recursos eram repassados pelo Estado para os municípios. uitos professores recebiam direto do Estado do Paraná, pois não tinham professores municipal naquele período, mas grande parte, eram mantidas pelos moradores das comunidades, ainda no final da década de 1950 e pelo menos até a primeira metade da década de 1970, as famílias pagavam para que seus filhos pudessem estudar nas escolas públicas, conforme recibo 4.714 da tesouraria da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste.

Imagem 2. Tributos (taxa escolar) pagos a favor da Prefeitura de Santo Antônio do Sudoeste, exercício 1959

Prefeitura Municipal de Santo Antonio
ESTADO DO PARANA

FICHA E LANÇAMENTO DE IMPOSTOS Nº 2252

Exercício de 19 61

O Snr Angelo Domingo de Santo
Residente S. Antonio Ampere estabelecido com 25 centenas
de Terras no lugar Pinha, Bom Princípio

Fica lançado para pagamento no corrente exercício nesta Prefeitura Municipal, ou em suas Agências Arrecadoras nas Sésedes dos Distritos, as importâncias correspondentes aos impostos abaixo mencionados:

TRIBUTOS	Referências	Importâncias de Lançamento
1 <u>Taxa Habitacional</u>	<u>Lei 14-61</u>	<u>325,00</u>
2 <u>Imp. Melhoramento S. Rurais</u>		<u>500,00</u>
3 <u>Taxa Escolar</u>		<u>100,00</u>
4 <u>Taxa Assistência Social</u>		<u>50,00</u>
5		
6		
7		
8		
Soma Total Cr\$		<u>975,00</u>
A PAGAR		
Total do lançamento do 1.º Semestre		Cr\$ <u>0,00</u>
Total do lançamento do 2.º Semestre		Cr\$ <u>100,00</u>
Total Geral		Cr\$ <u>1.025,00</u>

OBSERVAÇÕES

Os impostos e taxas constantes da presente ficha de lançamento, devem ser pagas em duas prestações semestres, sendo a primeira até 30 de Março, e a segunda até 30 de Setembro do Corrente exercício.
Ficarão sujeitos a multas e demais penalidades regulamentares, os contribuintes que deixarem de efetuar o pagamento dentro dos prazos acima mencionados.

Santo Antonio, 8 de Fevereiro de 19 61
[Assinatura]
Lancador

Fonte: Arquivo pessoal de Inácio Reichert.

Mas, conforme os depoimentos colhidos, naquele tempo os pais pagava uma taxa escolar para que seus filhos pudessem estudar. O cidadão pagava impostos e taxas para educação.

2.2. A Emancipação Política do Município de Ampére, sua organização e desenvolvimento

Foi emblemática a emancipação do Distrito Administrativo de Ampére, devido à organização das forças políticas regionais que manifestaram e reivindicaram a necessidade da divisão administrativa regional. De acordo com Reichert (2020), o município de Ampére foi criado pela Lei Estadual nº. 4.348, de 11 de abril de 1961, assinada pelo então governador Ney Braga. A sua instalação oficial ocorreu em 28 de novembro de 1961, desmembrado dos

territórios dos municípios de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste.

O território de Ampére compreendia também os atuais municípios de Realeza e Santa Izabel do Oeste. Em 1961, ano da emancipação, a população aproximada de Ampére era de 7.450 habitantes, incluindo a população de Realeza e de Santa Izabel do Oeste, no qual foram emancipados pouco tempo depois. De acordo com Chichoski; Rech; Reichert (2015), percebe-se que a criação de novas municipalidades ocorreu de maneira semelhante em vários municípios do Brasil e encontra-se atrelada a diversos aspectos, como a busca pela autonomia municipal da localidade, políticos, econômicos e jurídicos.

Os registros formais na Ata n°. 02 da Câmara Municipal de Vereadores, do dia 11 de dezembro de 1961, contém os primeiros Projetos de Leis Municipais, aprovados em 15 de dezembro de 1961.

Iniciou-se a organização do então município de Ampére, as lideranças locais começaram a pensar o cargo de prefeito, de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), havia três candidatos que disputaram o cargo de Prefeito Municipal: Augustinho Gnoato (PTB), Lino Rochemback (UDN – União Democrática Nacional) e Albino Ranzolin (PDC – Partido Democrata Cristão) (TRE-PR, 1961). O candidato eleito como o primeiro Prefeito do município de Ampére foi Augustinho Gnoato, que administrou entre 1961-1964. Os candidatos eleitos compareceram na segunda Igreja, no dia 28 de novembro de 1961, para instalar o município. No mesmo dia, ocorreu a primeira sessão da Câmara de Vereadores, localizada no primeiro andar do prédio de madeira onde meu pai morava (Pavelegini, 2021).

De acordo como Popiolex (2022), o novo município organizou-se no primeiro momento para constituir a nova sede municipal, mediante uma consulta pública com a comunidade amperense, sobre onde seria melhor e mais centralizada. O local sugerido foi na linha Sarandi (hoje pertencente ao município de Santa Izabel do Oeste), devido à sua localização central. Todavia, o local foi indeferido e muitas reuniões foram realizadas para discutir o local de instalação, sendo definido em Ampére.

Como a população do município de Ampére ainda estava se organizando neste período, ainda não tinha sido constituído o cartório. Por isso, as dependências eram grandes dos municípios vizinhos, principalmente de Francisco Beltrão, decorria de uma grande demanda, pois somente em Francisco Beltrão havia contador. Posteriormente, no ano de 1963/1964, foi instalado o primeiro cartório e escritório de contabilidade de Flávio José Penso (*in memoriam*) no município de Ampére. O cartório foi dirigido por João Maria Lérias, ao qual não se adaptou, tanto que no ano seguinte foi vendido para a família Kessler.

O município de Ampére era constituído por uma grande extensão territorial, houve uma preocupação do prefeito e os vereadores eleitos em agilizar a administração do território, devido sua extensão. Foi registrado na ata de n.º 16, de 05 de março de 1962, a intenção de criar novos Distritos, para facilitar assim o processo administrativo do município. Foi então criado por meio das Leis Municipais n.º 17, 18, 19 e 20, de 07 de março de 1962, os distritos de Sarandí, Realeza, Santa Izabel do Oeste e de Marmelândia, no qual foram elevados a categoria de Distritos Administrativos do município de Ampére. Houve a necessidade de uma nova organicidade social, bem como um novo evento cultural, devido às mudanças na divisão administrativa.

Identificamos várias iniciativas que comprovam a ação do poder público municipal ao consultar a legislação municipal, disponível no arquivo da prefeitura mediante a aprovação das Leis pelo poder Executivo e Legislativo. Por exemplo: a Lei Municipal de n.º 6, de 15 de dezembro de 1961, foi organizado os serviços públicos municipais, criados vários cargos públicos, entre eles os de professores, e incentivos para à implementação da indústria.

A prefeitura em seu primeiro momento, estava instalada em uma casa de madeira de dois andares, que tinha sido construída pelo pioneiro Ângelo da Costa, neste mesmo local foi organizados um espaço físico na parte de cima, para o funcionamento da escola. De acordo com Reichert (2020), o professor Demétrio Fiorelli lecionou na casa de Ângelo De Costa e na sala do cinema é em uma escolinha de madeira onde hoje é o Colégio Estadual Cecília Meireles, sem nunca ter recebido remuneração em dinheiro, apenas em vales, que trocava por mantimentos na Comercial Santolim.

Comparamos esse material de pesquisa do século passado com as pesquisas e estudos do século 20, e encontramos o mesmo quadro na educação de ontem e de hoje: prédios improvisados, condições insalubres para o exercício docente, carência de professores, muitos alunos por sala, baixos salários. Hoje, os sujeitos são outros, mas os nós do tempo persistem.

A história nos mostra que o Brasil sempre pagou mal aos seus professores. A primeira Lei Geral do Ensino, decretada por D. Pedro I em 1827, estabelecia que os professores deveriam receber, como salário, 25 mil-réis mensais, o que corresponde, em valores atuais, algo em torno de 930 reais. O professor ganhava, naquela época, um terço do que ganhava um feitor de escravos, o educador brasileiro é desvalorizado desde o império site do APEOC (2011).

Imagem 3. Casa de madeira de dois andares onde estava instalada a prefeitura em 1961



Fonte: Arquivo pessoal de Lucia Cesca.

Em síntese, no atual contexto do financiamento da educação brasileira, os municípios, responsáveis pelo atendimento à educação, dispõem, basicamente, de recursos financeiros gerados pela vinculação da sua receita de impostos e transferências e pelo salário-educação, ou seja, na década de 1960 foi um período marcante para a educação brasileira, a educação era vista como um instrumento de mobilidade social, foi implantado o tecnicismo como pedagogia oficial, neste período foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, sendo publicada em 20 de dezembro de 1961, pelo presidente João Goulart. A lei foi sancionada como a nº 4.024. O ensino primário, que deveria ter no mínimo quatro séries, ensino religioso facultativo, obrigatória a formação mínima exigida para professores, criou o Conselho Federal de Educação o qual descentralização do ensino, dando aos governos estaduais o poder de legislar e organizar o seu sistema de ensino.

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social. *Parágrafo único.* Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

De acordo com Ivo Cesca a autonomia política e financeira de Ampére, não foi imediata, pois os tributos da educação conforme recibo em valores não inferiores aos que já

pagavam para Santo Antônio do Sudoeste, porém a justificativa seria para criar novas escolas ou reformar as existentes. No ano seguinte da emancipação de Ampére, a população se deparou com a obrigação de arcar com o dobro dos custos pagos no ano anterior, sem experimentar melhorias substanciais nas condições de acolhida e acomodação das crianças no que chamamos de escola.

Imagem 4. Tributo sobre a taxa escolar no Município de Ampére em 1962

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÈRE		RUBRICAS	CR\$
Estado do Paraná		Imp. Territorial Urbano.....	
DIRETORIA DA RECEITA		Imposto Territorial Rural.....	1 800 00
TESOURARIA		Imp. predial Urbano.....	
Nº 1525 TALÃO		Imp. s/ Ind. e Profissões.....	
Recebi do(s) Sr(s) <i>Angelo dos Santos</i>		Alvarás de Licença.....	
a quantia de <i>Dois mil cento e doze</i>		Renovação de Licença.....	
<i>Rea. Eugenio</i>		Imp. Registro de Veículos....	
proveniente da arrecadação à margem descrita, sobre		Im. s/ Publicidades.....	
<i>Imp. Territorial Rural do Alguém</i>		Licenças Diversas.....	
<i>Taxa Escolar, Assistência</i>		Imp. de selo.....	
<i>Sociedade Hospitalar</i>		Imp. s/ Jogos e Diversões....	
Referente ao <i>Exercício de 1962</i>		Taxa Limpeza pública.....	
<i>Ampère 14 de Dezembro de 1962</i>		Aferição de pesos e Medidas..	
<i>Antônio J. J. de</i>		Limpeza Públ. e Particular...	
TESOUREIRO		Taxa de Calço. e s/ Cons....	
TESOURARIA		Taxa de Guias sem Passeios..	
		Taxa Hospitalar.....	90 00
		Taxa Assistência Social.....	100 00
		Dívida Ativa.....	
		Indenizações e Pest. Div.....	
		Fiscalizações de contratos....	
		Multas em Geral.....	
		Eventuais.....	
		Vendas de Placas.....	
		Renda da Fábrica de Tubos...	
		Taxa Expediente.....	
		Exportação para fora do Município conf. laudo n.º.....	
		Taxa Escolar.....	200 00
		Taxa Rodoviária.....	
		Renda Cemitério.....	
		SOMA TOTAL.....	2 190 00

Fonte: Arquivo pessoal de Inácio Reichert.

Novos municípios foram surgindo no Sudoeste do Paraná. O crescimento da economia a pecuária e a madeira foram as atividades mais dinâmicas da região, e o aumento da renda da população levaram à formação de núcleos urbanos e ao surgimento de novas cidades, bem como a modernidade no processo de produção juntamente com o avanço do capital. Este crescimento atraiu novos capitais para a região, propriedades agrícolas se formaram, principalmente, em áreas ainda não ocupadas. Diante do exposto temos a concentração da

população rural que migrou para os centros urbanos, o que levou ao crescimento da população urbana.

Decorrente disto o território de Ampére passou por mais um processo de reorganização no período curto de três anos, quando o Distrito de Realeza foi elevado a categoria de município. A emancipação política ocorreu no dia 24 de junho de 1963, sancionada pela Lei Estadual de nº. 4.728, desmembrado do município de Ampére. Sua instalação oficial aconteceu no dia 12 de novembro do mesmo ano, após eleição e posse do prefeito. Seu desenvolvimento acelerou após a instalação da Indústria Madeireira Cazelani que em sociedade com Romano Zanchet e Ângelo Camilotti, instalou a Madeireira Indústrias Cazaca Ltda.

Inicialmente, o território de Santa Izabel do Oeste pertencia ao município de Capanema e em 1961 com a emancipação de Ampére, a população izabelense passou a lutar pela própria emancipação. O evento ocorreu em 14 de dezembro de 1963, pela Lei Estadual de nº. 4.778, mas a posse do primeiro prefeito só ocorreu em 1964, sendo também desmembrado dos municípios de Ampére e Realeza (Carlet, et al, 2021). Art. 2º O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados e suprimidos por Lei Municipal observada a Legislação Estadual.

O município de Ampére esteve presente em alguns momentos nas questões econômicas, dessas novas sedes municipais, os Impostos pagos pelos contribuintes amperense foram transferidos para o município de Santa Izabel do Oeste, conforme a Lei Municipal de nº.96/64, (Prefeitura Municipal de Ampére).

O território de Ampére revela as contradições: forças (econômicas, políticas, ideológicas) que estava sendo direcionadas como regramentos, imposições e dinâmicas contra os disciplinamentos e as respectivas des-re-territorializações.

O mapa abaixo relata as divisões administrativas do município de Ampére após a emancipação dos municípios de Santa Izabel do Oeste e Realeza. Assim ficaram divididos as comunidades:

debate crucial sobre a imperativa adaptação do sistema educacional para atender ao crescimento demográfico acelerado da região. A conexão entre a atividade rural e as práticas de beneficiamento de produtos delineou uma estrutura que retardou o avanço do processo de industrialização dentro do recorte temporal.

No decorrer dos anos, novos municípios foram sendo criados, fazendo com que o município de Ampére tivesse suas fronteiras aumentadas. Vejamos no mapa que segue.

Mapa 2. Municípios de limítrofes com Ampére a partir de 1993



Fonte: Arquivo www.amp.gov.pr 2024.

Ao observar o mapa conseguimos identificar a extensão territorial que havia no período em que os municípios de Realeza e Santa Izabel do Oeste pertenceram ao município de Ampére, bem como sua nova configuração territorial, a partir de 1964. Conforme Ivo Ciesca o município de Ampére era basicamente agrícola o comércio era incipiente. O desenvolvimento do município começou a ocorrer de forma mais ordenada, após o segundo mandato, no qual foi se organizando conforme a renda per capita do período em si, e tornando possível a viabilização dos tributos arrecadados, as taxas escolares dos pais elaborando projetos que viabilizassem recursos via nacional e estadual. O interior do município de Ampére era composto por diversas comunidades de pequenos produtores. Em relação a criação de animais, destacava-se a produção de suínos, bovinos leite e corte, aves e grãos. O

cenário de município foi mudando conforme os investimentos direcionados pelo poder público e o modo de produção da época.

O ciclo da madeira na região perdurou até o início da década 1970, quando os interesses se voltaram para a agricultura, sendo que o milho, feijão e trigo foram os primeiros produtos a serem cultivados e consumidos pelas próprias famílias das comunidades, bem como a criação de suínos. Ângelo Cesca, ressaltou que com a valorização da soja e o incentivo dos agentes financeiros, muitos pequenos agricultores compraram os maquinários, entre estes alguns não conseguiram pagá-los, com isso, os agricultores com maior poder aquisitivo compraram estas propriedades.

O meio urbano, ficou composto por uma grande população, estes compraram casas prontas, outros construíram na cidade, passaram a viver com o restante dos recursos que sobraram, mas quando perceberam o dinheiro havia desvalorizado e não era possível comprar mais nada. De acordo com Ivo Cesca esta nova organização da população amparense, desencadeou na mão de obra de boias frias, devido a produtividade em grande escala da soja e do feijão. Os famosos gatos, contratavam a mão de obra. Com isso, o poder público preocupava-se no investimento de novas empresas para que esta classe social tivesse emprego.

A indústria ganhou destaque na cidade, empregando um número significativo de trabalhadores, sendo responsável pelo reconhecimento de Ampére como cidade industrial dentro da região Sudoeste e mesmo em nível estadual e nacional.

Decorrentes disso ocorreram inúmeras mudanças e avanços, mas também os retrocessos nos setores da educação, saúde e agricultura.

2.3. A Educação em Ampére de 1954 a 1964

Ao remetermos às memórias e fontes do passado, evidenciamos não apenas a lógica educacional, mas também, os meandros dessa história e suas implicações no papel social da educação. Como vimos, no início da década de 1950, já havia várias famílias instaladas no território do atual município de Ampére. Pouco a pouco, a comunidade amparense foi crescendo o que levou a preocupação das famílias sobre a educação. Isso denotava que as famílias que chegaram de outras regiões tinham o conhecimento da importância da escola para que seus filhos pudessem, pelo menos aprender a ler e escrever seu próprio nome. Esta preocupação fez com que os núcleos familiares se organizassem para constituir espaços escolares improvisados, antes de contar com o apoio do poder público.

As primeiras iniciativas de escolarização, realizada pelos próprios colonos, objetivavam ensino da escrita, leitura e alguns cálculos mais simples, era um modelo de escola “sem nenhum ato oficial, sem nenhuma regulamentação. Simplesmente, algumas crianças reuniam-se numa residência para aprender a ler, escrever e calcular” (EMER, 1991, p. 215).

Nessa modalidade, o professor era escolhido entre alguém da família ou da comunidade com um pouco de conhecimento, que pudesse transmiti-lo e tivesse disponibilidade para ensinar, (Oliveira, 2022). Essas escolas funcionavam na informalidade, sendo mantida pelos próprios colonos. Na década de 1950, o professor Leopoldo de Witt ministrava aulas em sua própria casa, situada na Linha Furlan, sendo remunerado com mantimentos provenientes das famílias e comunidade (Reichert I; Reichert T, 2021).

Os primeiros registros da escolarização, na região que viria a se constituir no município de Ampére, remontam ao início da década de 1950. Segundo Riechert I. (2021), Riechert T. (2021), Pavelegini (2021) e Zucheli (2024), as primeiras escolas eram feitas com estruturas simples, assemelhando-se a cercadinhos, ou até mesmo nas casas cedidas pelos professores. Conforme Pavelegini (2021), no início do processo educativo no Distrito Administrativo de Ampére, inúmeras vezes as aulas ocorreram sob a sombra das árvores, como mostra o registro da imagem abaixo, onde o professor Clemente Geodócio, estava dando aula na comunidade de Fonte Bela, ao ar livre devido à falta de sala de aula.

Imagem 5. Professor Clemente Geodócio, da comunidade de Fonte Bela ensinando as crianças ao ar livre



Fonte: Arquivo pessoal de Mariazinha Cesca.

O ensino era ministrado por um único professor, na qual dava aula para todas as

crianças, independente do nível de conhecimento da leitura, da escrita ou aritmética. Conforme Pavelegini (2021), envolviam-se nesse processo membros de cada comunidade ou grupos familiares, que se organizavam para construir e mantinham o funcionamento das escolas, situação que perdurou até a emancipação política de Ampére. A sorte dos professores daquela época era que recebiam apoio das comunidades, que se preocupava com eles, fazendo-lhe a roça em mutirão, pois o professor não teria tempo para isso, o que completava seu ganho para sobrevivência.

O início do processo de educação no município de Ampére teve a solidariedade das famílias, que criaram as condições, investindo seus poucos recursos financeiros para montar escolas e pagar os professores.

A conquista da educação escolar pública representou um desafio, não plenamente superado até meados do século XX (Teixeira, 1997). Na região de Ampére no início da década de 1950, foram os núcleos familiares que criaram, as primeiras instituições escolares. Período este em que o poder público deixou a responsabilidade da educação escolar para as famílias, produzindo duas formas de ensino equivalentes, porém diferenciadas. As famílias providas de uma melhor remuneração, pagavam professores particulares, ou até mesmo mandavam seus filhos estudar em outras regiões, sendo preparados para exercer funções diferenciadas no meio social, de características mais intelectuais e comerciais. Já os filhos da classe trabalhadora, aprendiam o mínimo necessário e recebiam uma qualificação para o trabalho, tendo assim uma formação prática, ficando abaixo na hierarquia do trabalho, ou seja, as empresas não precisam que os seus funcionários estudem, elas mesmas proporcionam os cursos específicos para cada setor.

Em depoimento, a professora Zucheli (2024), mencionou que lecionou em uma escolinha de madeira, onde hoje tem a serraria do Simioneto, e que também lecionou ali a professora Osvaldina Duarte Fagundes. Antes de dar aula nessa escola, a professora Osvaldina Duarte Fagundes ministrava aulas em sua própria casa. Os pioneiros da educação municipal de Ampére, começaram a lecionar muito cedo, muitos eram menores de idade. Pavelegini (2021), nos seus depoimentos, relatou que começou a lecionar com apenas 15 anos de idade, na sala organizada na casa de seu pai Ângelo de Costa. Em outro momento Pavelegine (2021), lecionou em uma escola construída pelo seu pai, mas ela ajudou na construção.

Confore relatou Pavelegini (2021), ela era responsável pela limpeza e pela alimentação dos alunos. Eles traziam os alimentos e ela preparava, mas como a escola não tinha água encanada, precisavam buscar em um poço distante. Os alunos tinham como tarefa, estudar e ajudar na limpeza da escola. Sob esse viés, os documentos e registros das imagens materializam aspectos significativos da história educacional de Ampére, oferecendo um olhar

sobre as condições iniciais das primeiras escolas. A utilização das casas cedidas por pioneiros como espaço educacional, demonstram as limitações de recursos da época, bem como as que foram construídas neste período, como demonstrado mais a diante.

Imagem 6. A professora Lurde de Costa Pavelegini



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

As primeiras casas escolares rurais isoladas na Vila de Ampére, foram construídas com tábuas lascadas pelas próprias comunidades, marcando o início de muitas lutas para seus filhos ter acesso a educação. Observamos que não havia nenhuma regulamentação para esta forma de escolarização, bastava a localidade possuir uma pessoa disponível e com um pouco de conhecimento para ser professor. Os pais apontavam quais conteúdos seus filhos precisavam aprender. O objetivo era que aprendessem a ler, escrever e calcular.

A partir de algum tempo, foi necessário um olhar mais atendo para a organização da educação, neste período muitas escolas rurais foram construídas e dotadas de materiais específicos para o ensino da matemática e alfabetização. A grande preocupação era com o sucesso dos seus filhos no trabalho. Quanto à formação dos professores, a grande maioria não tinham a formação mínima exigida na legislação nacional.¹

¹ Segundo Bellito e Castanha (2016), a primeira Escola Normal que entrou em funcionamento mais próxima da Vila Ampére foi a de Francisco Beltrão em 1959. Conforme indicou Dagostin, (2024), a Escola Normal de Capaneme iniciou suas atividades em agosto de 1960. Mas devido as dificuldades de locomoção não era possível

De acordo com Reichert T. (2021), em 1957 foi construída a primeira capela no atual Bairro de Santa Terezinha, mas com a falta de infraestrutura escolar, servia também como escola. A professora Osvaldina Duarte Fagundes lecionou nesta igrejinha também. Tempo depois, foi construída uma outra que estava localizada onde hoje é o Bairro Nossa Senhora das Graças. Também foi organizado duas salas, no barracão da Igreja, onde hoje é a praça central Antônio Frâncio.

Ao longo da história brasileira, a Igreja esteve envolvida na educação, com a criação de escolas e universidades, e na assistência social, principalmente com as comunidade mais vulneráveis. Na verdade, para implantar o seu domínio, a religião explora as fragilidades humanas e cultiva a docilidade dos seus seguidores, pois deveria fortalecer as reivindicações populares com a luta e a organização política que promovem o protagonismo e o autogoverno dos seus associados (Gramsci, 2001).

Imagem 7. A primeira Igreja construída em Ampére, que serviu como escola



Fonte: Arquivo pessoal da Ivo Cesca

A edificação da capela não só desempenhou um papel fundamental na vida religiosa da comunidade, mas também desencadeou transformações significativas, contribuindo para a própria consolidação da Distrito Administrativo de Ampére. Tratava-se de uma educação tipicamente familiar. Os primeiros espaços escolares eram rudimentar, recebendo pouca atenção

a frequência diárias nessas instituições.

das políticas públicas municipais. Conforme Oliveira (2022), no que se refere ao setor educacional, houve muita complexidade sobre a organização das instituições informais e formais, bem como suas inter-relações culturais ao longo do tempo.

Neste contexto houve a construção de várias escolas rurais isoladas nas comunidades rurais do Distrito Administrativo de Ampére, em específico no final da década de 1950 e o início da década de 1960, mas muita foram a própria população que constuíram. Naquele período, a população amperense se organizou, construiu e reivindicou a construção de várias outras escolas rurais. Os espaços onde foram construídas as escolas eram sempre na região central das comunidades, sendo os terrenos cedidos por proprietários que residiam na comunidade.

Na época, o orçamento destinado à educação ainda era baixo, pois a arrecadação de impostos era limitada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 previa que 12% do orçamento da União e 20% dos estados e municípios para o investimento em educação.² Mas na época esse montante era insuficiente, pois quase tudo estava para ser construir.

Logo após a emancipação, o município de Ampére passou a legislar sobre educação. O Executivo municipal organizou o serviço de educação da seguinte forma: “compete realizar o curso primário na área rural e promover quando possível serviços de natureza cultural, bibliotecas e conferências” (Prefeitura Municipal, Lei nº 6 de 1961). A Lei deixou explícito que cabia ao município cuidar das escolas no meio rural, visto que na época, conforme estabelecia a Constituição Estadual, cabia ao Estado cuidar das escolas nas áreas urbanas. No mesmo dia 15 foi aprovada a Lei de nº 7, que criou o quadro do magistério público municipal e fixou o padrão de vencimento dos professores.

A Lei criou três níveis para os cargos de professores, o padrão A, B e C. Para o padrão A foram criadas 30 vagas, com um salário de 3.000,00 cruzeiros. Para o padrão B, foram 15 vagas e o salário de 4.000,00. Já para o padrão C, foram 5 vagas, com o salário de 5.000,00. A Lei criou também a função de orientador do ensino municipal com o salário do padrão C. O ingresso na carreira se dava pelo padrão A, mas possibilitava ingressar no padrão B, via concurso, caso tivesse aprovação com distinção e fosse de interesse do prefeito. A Lei autorizou a contratação de até dez professores por ano, com vencimento do padrão A. Como vimos, a Lei nº.7 criou 50 vagas, que deveriam ser preenchidas conforme a necessidade (Prefeitura Municipal de Ampére, Lei nº.7 de 1961). Isso evidenciou que a necessidade de

² A atual LDBEN, Lei n. 9394/96, garante que a União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

escolarização era real, demonstrando que o novo município assumiu a questão educacional.

A grande maioria dos professores contratados não tinham a formação para o exercício da docência, pois era muito difícil frequentar as escolas normais. As escolas mais próximas estavam em Francisco Beltrão, criada em 1959 e em Capanema, criada em 1960. Como na época não havia as facilidades de transporte, não era possível o deslocamento diário para irem até as escolas normais. Outra medida que evidencia a preocupação com o ensino primário foi a aprovação da Lei nº 15, de 07 de fevereiro de 1962, que autorizou o município a aplicar 20% da arrecadação de impostos no ensino, para atender ao disposto no artigo 169 da Constituição Federal (Prefeitura Municipal de Ampére, Lei nº. 15, de 1962).

A partir do levantamento da legislação, organizamos quadros com as instituições escolares criadas, construídas ou reformadas entre 1961 e 1963 em Ampére.

Quadro 1. Escolas criadas, construídas ou reformadas no Município de Ampére nos anos de 1962-1963, identificadas na legislação municipal

LOCALIDADE	LEI/DATA	OBSERVAÇÃO
Fonte Bela	Lei n. 24 de 10/05/1962	Cria uma casa escola
Linha São José	Lei n. 25 de 09/05/1962	Cria uma casa Escolar
KM 55	Lei n. 32 de 10/06/1962	Construção de Escola
Linha Bonita	Lei n. 32 de 10/06/1962	Construção de Escola
Linha Santa Rita	Lei n. 32 de 10/06/1962	Construção de Escola
Alto Alegre do Surubi	Lei n. 37 de 08/07/1962	Construção de Escola
Linha São Salvador	Lei n. 36 de 08/07/1962	Desdobra em dois turnos
Linha Bom Princípio	Lei n. 42 de 07/08/1962	Construção de Escola
Linha Furlan	Lei n. 42 de 07/08/1962	Construção de Escola
Linha Salto Ampére	Lei n. 58 de 03/12/1962	Construção de Escola
Linha São Paulo da Cruz	Lei n. 60 de 08/01/1963	Cria uma casa Escolar

Fonte: Leis municipais. Dados organizados pela autora.

No levantamento da legislação municipal de Ampére, também identificamos escolas criadas, construídas ou reformadas no atual Município de Realeza, nos anos de 1962- 1963, e organizamos o quadro abaixo.

Quadro 2. Escolas criadas, construídas ou reformadas no atual Município de Realeza, nos anos de 1962 a 1963, identificadas na legislação municipal de Ampére

LOCALIDADE	LEI/DATA	OBSERVAÇÃO
Linha Marmelândia	Lei n. 32 de 10/06/1962	Construção de Escola
Linha João Chudino	Lei n. 35 de 08/07/1962	Construção de Escola
Linha Ouro Novo	Lei n. 35 de 08/07/1962	Construção de Escola
Linha Cândido Cardoso	Lei n. 66 de 10/04/1963	Construção de Escola
Linha Progresso	Lei n. 77 de 09/07/1963	Construção de Escola

Fonte: Leis Municipais. Dados organizados pela autora.

Também localizamos escolas criadas, construídas ou reformadas no atual Município de Santa Izabel do Oeste, nos anos de 1962 na legislação municipal de Ampére. Destacamos que no levantamento da documentação, não conseguimos identificar quantas escolas já eram mantidas pelos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, que foram repassadas para o município de Ampére.

Quadro 3. Escolas criadas, construídas ou reformadas no atual Município de Santa Izabel do Oeste, nos anos de 1962, identificadas na legislação municipal de Ampére

LOCALIDADE	LEI/DATA	OBSERVAÇÃO
Linha Jacutinga	Lei n. 26 de 10/05/1962	Cria uma casa Escolar
Rio da Prata	Lei n. 32 de 10/06/1962	Construção de Escola
Linha Anta Gorda	Lei n. 43 de 07/08/1962	Construção de Escola
Linha Água Branca	Lei n. 44 de 06/10/1962	Pagamento da madeira

Fonte: Leis municipais. Dados organizados pela autora.

Ao observarmos os quadros 1, 2 e 3 verificamos que foram 20 escolas que receberam recursos do município, sendo 17 em 1962 e 3 em 1963. Das 20 escolas, apenas 4 aparecem como criadas. Isso significa que o município assumiu as escolas que já eram mantidas pelos moradores das vilas ou comunidades. Na da Linha São Salvador foi criada mais uma escola, passando a funcionar de manhã e a tarde. As demais foram construídas ou reformadas, provavelmente tudo de madeira, pois as leis consultadas não se referem a alvenaria. Isso nos permite concluir que a grande maioria dessas escolas já estavam em funcionamento de forma provisória e informal, sendo mantidas pela população local.

Não conseguimos localizar o documento que estava registrado todas as escolas existentes entre 1962 e 1964, mas certamente havia mais do que essas 20 escolas, pois na época já havia algumas outras comunidades bem estruturadas, e certamente também contavam com escolas, mas que não constam da lista presentes nos quadros 1, 2 e 3. Possivelmente, eram

escolas que foram construídas com uma melhor qualidade, não sendo necessário reformá-las naquele período.

Visando regularizar as escolas já instaladas e as que fossem criadas, o município aprovou a Lei nº. 64, de 14 de março de 1963, que delimitou o perímetro para a construção de escolas municipais, ou seja, 2500m². Assim, o proprietário do terreno onde estivesse construída a escola ou fosse construída posteriormente, tinha que doar o terreno ao município, se constituindo em propriedade pública, com fins exclusivos para a escola (Prefeitura de Ampére, Lei nº. 64, de 1963).

Essa situação evidenciava a necessidade urgente de uma abordagem mais estruturada e inclusiva para a educação. Devido a emancipação de Ampére e suas configurações houve a necessidade de adequar a educação nacional. Para isto organizamos, um quadro onde representa todas as escolas que estavam em funcionamento durante o período proposto.

Frente a demanda de trabalho, pela Lei n.º 72, de 10 de maio de 1963, foi autorizado o poder público a aumentar o salário do orientador do ensino municipal (Prefeitura de Ampére, Lei n. 72, de 1963). Os dados revelam que a demanda por ensino cresceu, levando o município a abrir novas escolas, contratar mais professores, isso implicou no aumento das despesas com a educação. Visando garantir os recursos foi aprovada a Lei nº. 85, de 11 de setembro de 1963, que instituiu a taxa para fins educativos. Conforme previa o artigo 2º, “todo o habitante do município (pai de família) que não for contribuinte de qualquer dos impostos municipais pagará a taxa para fins educativos na importância fixa de 300,00 trezentos cruzeiros anuais, e por família” (Prefeitura de Ampére, Lei nº. 85, de 1963).

Como indicado anteriormente, pela Lei nº. 6 de 1961, cabia ao município cuidar da educação primária na zona rural, mas como o Estado não respondia na velocidade da demanda de crescimento da cidade de Ampére, o município precisou também auxiliar na organização das escolas urbanas. No início de 1962, com a autonomia municipal, a discussão sobre a criação de uma escola pública em Ampére ganhou destaque. Possivelmente nesse contexto, foi construída a escolinha de madeira no ponto alto da cidade, próxima à Igreja, em frente à atual Praça Antônio Frâncio, onde atualmente está localizado o Colégio Estadual Cecília Meireles. Inaugurada com duas salas de aula, a escola teve José Clemente da Cunha como professor, atendendo duas turmas de alunos.

Este período, que se estendeu de 1950 a 1964, testemunhou a edificação de múltiplas escolas dispersas pelas comunidades rurais, desempenhando um papel crucial na tecedura do panorama educacional local. Por conseguinte, a partir dos anos 1950, o Estado assumiu empreendimentos, como a aberturas de rodovias, geração de energia, crédito agrícola e

agroindústria, entre outros, possibilitando à iniciativa privada expandir seus negócios.

Uma evidência dessa relação foi a Lei municipal nº 107, de 18 de outubro de 1964, que criou uma verba suplementar de 35 mil cruzeiros para a associação do município junto à Escola Prática de Agricultura de Francisco Beltrão – PR (Prefeitura Municipal de Ampére, Lei 107, de 1.964).

Com base na data de criação, indicada na oficialização das escolas, organizamos o quadro 4 com as escolas que foram criadas entre 1954 e 1964 e estavam em funcionamento no ano de 1964 (Prefeitura de Ampére, Lei nº 249, de 31 de agosto de 1.981). O reconhecimento da data de fundação das escolas foi definido, com base na data que as escolas foram assumidas oficialmente pelos municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Capanema e Ampére.

Quadro 4. Instituições escolares em funcionamento no período de 1954 a 1964, no município de Ampére, segundo a Lei nº. 249, de 1981

Nome da Escola	Localidade	Data de Criação
Escola Rural São Sebastião	Linha Furlan	15/02/1955
Escola Rural Trindade	Linha Santa Rita	15/02/1955
Escola Rural Amaguri Vespucio	Linha Joá	15/02/1956
Escola Rural São Luís	Linha Água Doce	15/02/1958
Escola Rural Fernão Dias	Linha Santa Apolônia	15/02/1958
Escola Gonçalves Dias	Linha Km 50	15/02/1961
Escola Presidente Kennedy	Linha Goularte	15/02/1962
Escola São José	Linha São José	09/05/1962
Linha Fonte Bela	Linha Fonte Bela	10/05/1962
Escola Nossa Senhora de Fátima	KM 55	10/06/1962
Escola Duque de Caxias	Linha Bonita	10/06/1962
Escola Tiradentes	Linha Santa Rita	10/06/1962
Escola Dom Aquino Correia	Alto Alegre do Surubi	08/07/1962
Escola Arnaldo Busato	Linha São Salvador	08/07/1962
Escola Santo Antônio	Linha Bom Princípio	07/08/1962
Escola São Sebastião	Linha Furlan	07/08/1962
Escola Cristo Rei,	Linha Salto Ampére	03/12/1962
Linha Salto Ampére	Linha Salto Ampére	03/12/1962
Linha São Paulo da Cruz	Linha São Paulo da Cruz	08/01/1963
Escola Linha São Paulo	Linha São Paulo	08/01/1963
Escola Dom João VI	Linha Água Boa Vista	15/02/1963
Escola Dom Aquino Correia	Linha Alto Alegre	15/02/1963
Escola Nossa Senhora da Salete	Linha Vargem Bonita	15/02/1964
Escola São Francisco de Assis	Linha Santa Fé	15/02/1964
Escola Nossa Senhora Auxiliadora	Linha Mamédio	15/02/1964

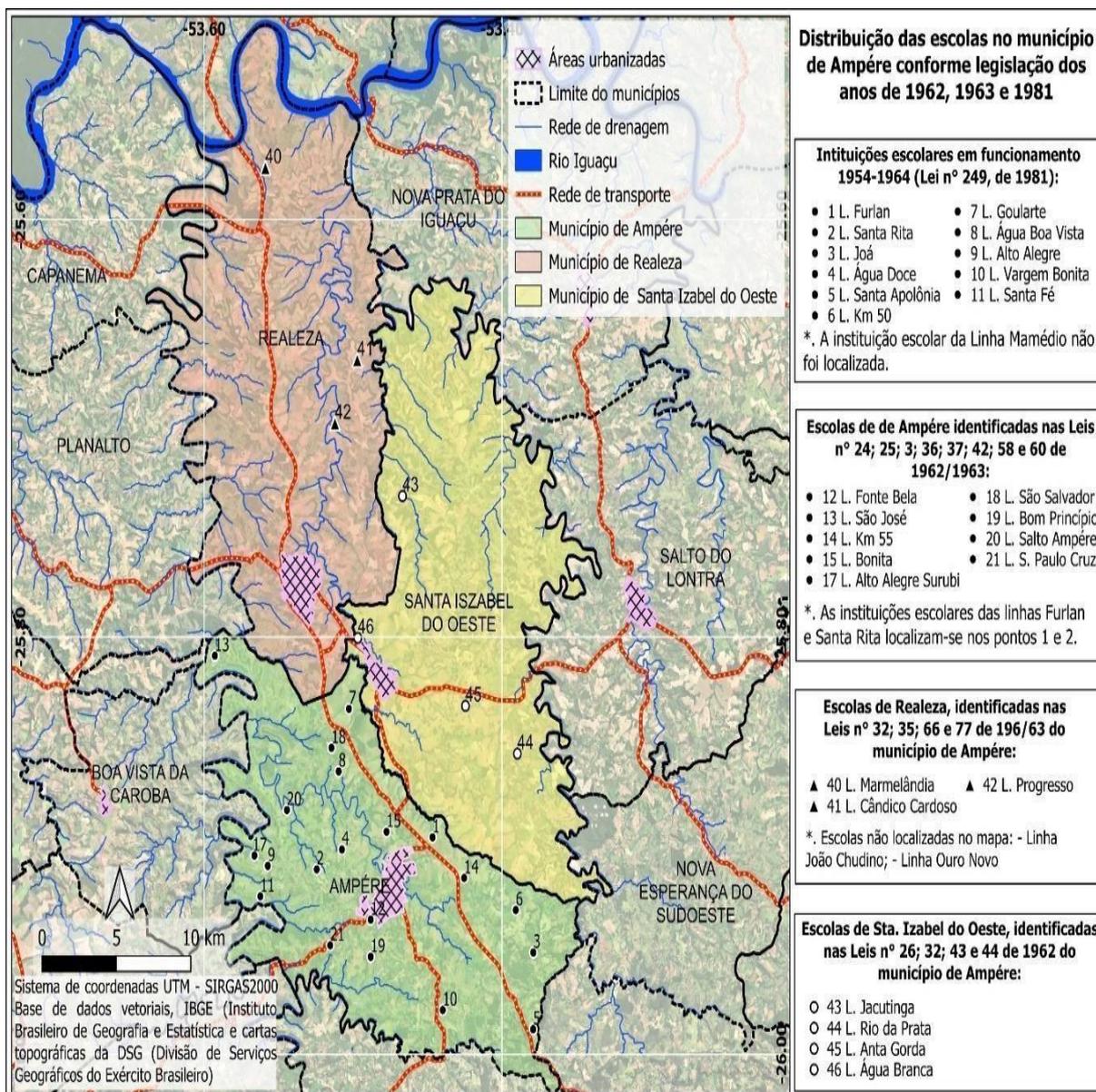
Fonte: Lei nº. 249, de 31 de agosto de 1.981. Dados organizado pela autora.

Além dessas escolas temos que incluir as que estavam nos territórios de Realeza e Santa Izabel, que à época pertenciam para Ampére. Possivelmente, em 1964 ainda haviam várias escolas funcionando informalmente, mantidas pelas próprias comunidades.

Mesmo após a emancipação do município de Ampére, as escolas existentes eram, em sua maioria, rudimentares e muitas vezes organizadas em espaços inadequados. Os professores que não tinham formação, por isso, as religiosas instaladas em Ampére auxiliavam na parte pedagógica, refletindo uma realidade em que o conhecimento formal era escasso e a formação docente carecia de suporte institucional.

Para visualizar melhor a localização das escolas no interior do município, organizamos um mapa com as escolas em funcionamento em 1964.

Mapa 3. Distribuição das escolas do município de Ampére em 1962, 1963, incluindo os municípios de Realeza e Santa Izabel até 1964



Fonte: Leis municipais. Mapa elaborado por Fabíola Dias.

A análise do mapa revela não apenas a localização geográfica das escolas, mas também as condições socioeconômicas e políticas da época. Ao observar o mapa, notamos que as escolas estavam distribuídas em várias localidades da zona rural, refletindo a preocupação legislativa em garantir acesso à educação para diferentes segmentos da população.

As escolas em funcionamento entre 1954 e 1964, identificadas na Legislação municipal estavam espalhadas pelo território, com algumas localizadas em áreas mais remotas, indicando um esforço para alcançar comunidades mais distantes. A legislação específica de

1962 e 1963 também mapeia escolas em diferentes pontos, revelando uma expansão da rede educacional em resposta às necessidades crescentes da população.

A partir dessa representação espacial, é possível refletir sobre o contexto histórico e as políticas públicas de educação, pois percebe-se um esforço contínuo para expandir a infraestrutura educacional, apesar dos desafios logísticos e geográficos que devem ser considerados. A divisão dos municípios e a criação de novas escolas, conforme impunham as novas legislações, demonstraram uma adaptação às mudanças demográficas e às necessidades emergentes da população.

Ao analisar as estratégias sobre a educação desde os primeiros dias da Vila de Ampére, subentende-se que o poder público não assumiu como prioridade a problemática educacional, relegando a população amperense, um ensino de baixa qualidade, fazendo com que aqueles que faziam parte do processo não conseguiram absorver os conteúdos e transformar o meio onde viviam em um local com igualdade de oportunidades.

A falta de investimentos públicos manteve a educação na dependência da iniciativa das comunidades e da igreja local. Segundo Teixeira (1997), o que se constituiu em barreiras pela democratização do acesso ao ensino na época, situação que perdurou por muitos anos, especialmente no meio rural, em face da defasagem do sistema educativo público brasileiro.

No próximo capítulos vamos analisar como o Município de Ampére encaminhou a problemática educacional nas área urbana e rural no período que vai de 1964 até 1981.

CAPÍTULO III

AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL ENTRE 1964-1981

O desenvolvimento da educação no Sudoeste do Paraná foi lento. Apesar da ocorrência de uma movimentação a nível nacional e estadual no início do século XX, em prol da expansão da educação, para sanar o sério problema do analfabetismo no país, a prioridade era os centros urbanos, pois o sistema capitalista industrial exigia destes um mínimo de escolarização para qualificar a mão de obra. Regiões como o Sudoeste do Paraná ainda eram grandes extensões de áreas rurais, que para o sistema social vigente não impunham a necessidade de escolarizar esta população, por este motivo pouco se investia na educação escolar da região (Oliveira, 2022). Todavia, com a formação das vilas e cidades, a adoção do modelo dos Grupos Escolares nos núcleos populacionais foi necessária, promovendo a inserção e adaptação da região à organização social e educacional (Sbardelotto; Castanha, 2018).

Em meados do século XX, a vila Ampére estava em um processo formação e crescimento, com uma população rural predominante, voltada para a agricultura e com poucas opções de infraestrutura educacional. Conforme Pavelegini (2021), durante esse período, a educação no município ainda estava em um estágio inicial de desenvolvimento, com poucos estabelecimentos de ensino e uma grande dependência de iniciativas locais e da atuação das famílias para a promoção da escolaridade.

A comunidade amperense passou a desempenhar um papel crucial na constituição das instituições de ensino, que se destacou com uma atuação bastante forte, influenciando, ativamente, os rumos do desenvolvimento municipal. Desde o início da colonização, a região caracteriza-se por ações associativas, os puxirões (multirões) para derrubada de matas, aberturas de roças, o plantio, a colheita; o trabalho comunitário para construção da primeira igreja, bem como o salão comunitário que por muito tempo serviram como espaço escolar. O município de Ampére teve um aumento populacional em 1970, chegando a 13.246 e em 1980 já era 15.628. Esse crescimento gerou uma grande demanda, para o poder público municipal resolver, nos diversos setores essenciais para o desenvolvimento municipal.

Entre 1964 e 1981, o município vivenciou a construção de novas escolas, a ampliação das existentes e a implementação de políticas educacionais voltadas para atender, tanto o público urbano, quanto rural. A partir de 1965, com a institucionalização de políticas educacionais estaduais e federais, o município de Ampére começou a receber investimentos

no setor educacional, com a construção de escolas, capacitação de professores e incentivo à escolarização das crianças.

A expansão da educação primária, fundamental para o desenvolvimento da cidadania e da inclusão social, foi o primeiro passo para consolidar as bases de um sistema educacional mais robusto. As escolas passaram a ser um ponto central nas comunidades rurais, proporcionando não só a educação formal, mas também promovendo a integração social e cultural. Muitas dessas escolas, embora modestas, cumpriram um papel importante ao reunir alunos de diferentes famílias e comunidades, formando laços de solidariedade e cooperação entre as populações rurais.

Estes espaços serviram de transmissores de conhecimentos acadêmicos, tiveram papel social e cultural de grande relevância. De acordo com os professores, elas estavam diretamente ligadas ao fortalecimento da identidade local e à promoção de valores comunitários. Ao longo desse período, as escolas se tornaram um ponto de encontro para eventos culturais, como festas, celebrações religiosas e atividades recreativas, que contribuíam para a construção de uma cultura local mais rica e diversificada. Além disto também foram fatores importante para a valorização de outros aspectos da vida social, como o direito ao trabalho como princípio educativo e a participação ativa na política local.

Entre 1970 e 1981, muitas escolas foram criadas reformadas e receberam luz elétrica, bem como foram centralizadas. Segundo depoimento dos professores, o setor da educação recebeu poucos incentivos do poder público municipal. Já o setor econômico de Ampére, teve um papel fundamental na transformação, social e cultural do município. A expansão do sistema industrial, foi crucial para a formação de uma sociedade mais exclusiva na criação de novas perspectivas de desenvolvimento. Ampére passou por um processo de industrialização crescente, fomentado pela Prefeitura Municipal através de subsídios fiscais e construção de barracões, ajudou a moldar a identidade cultural e a fortalecer as bases econômicas da cidade. Segundo Sbardelotto e Castanha (2018), a escolarização era uma condição fundamental para os colonos, pois representava a condição de acesso a melhores espaços nas novas relações sociais, exigidas pelas transformações nas relações de produção.

O desenvolvimento da educação também trouxe benefícios econômicos significativos para o município de Ampére. Ao capacitar os cidadãos para novas formas de trabalho e incentivar a formação profissional, as escolas desempenharam um papel crucial na adaptação da população às novas demandas do mercado de trabalho. A educação tornou-se, portanto, uma ferramenta importante na formação de uma força de trabalho mais qualificada, capaz de contribuir para o desenvolvimento das atividades da indústria. Além disso, com o aumento

do acesso à escolarização, muitos jovens de Ampére passaram a ter a oportunidade de buscar empregos em áreas urbanas, o que gerou um fluxo de capital humano para a cidade e ajudou a impulsionar a economia local.

Já no ano de 1981 foi emblemática na área da educação em Ampére/PR, pela aprovação da Lei municipal nº. 249, de 31 de agosto de 1981, que regularizou as escolas que estavam em funcionamento, tendo assim uma nova configuração histórica na educação municipal, mas que não foi aprofundada nesta devido ao recorte estabelecido.

3.1. O Processo da Escolarização no Município de Ampére/PR entre 1964 – 1981

O processo de escolarização no município de Ampére/PR, entre 1964 e 1981, foi um período de significativas transformações e desafios. Durante esses anos, a educação enfrentou uma série de obstáculos, incluindo a escassez de políticas públicas eficazes e a falta de infraestrutura adequada. A realidade educacional ficou marcada pela exclusão de muitas crianças do sistema de ensino, com aproximadamente um terço da população em idade escolar obrigatória, fora das instituições educacionais.

No decorrer dos anos, a escolarização passou a ser vista como uma condição fundamental para a ascensão social e econômica dos colonos, que buscavam melhores oportunidades em um contexto de transformação social. A educação, portanto, não apenas visava a formação acadêmica, mas também se tornou um instrumento de inclusão e mobilidade social. Conforme Oliveira, as novas exigências do sistema capitalista brasileiro contribuíram para a liberdade e o direito a educação, no entanto, o Brasil não foi um país que valorizou a educação, ao contrário utilizou a educação como um “tapa buraco” para atender as necessidades econômicas em expansão (2022, p. 34).

Entre 1964 e 1981, o município começou a experimentar um lento, mas significativo, avanço na educação, impulsionado por movimentos sociais e pela crescente conscientização sobre a importância da educação para o desenvolvimento comunitário. No entanto, ainda havia lacunas a serem preenchidas, especialmente em relação à qualidade do ensino e à equidade no acesso à educação. Esse período foi fundamental para entender a evolução da educação em Ampére, pois revela não apenas os desafios enfrentados, mas também as lutas e conquistas que moldaram a identidade educacional do município.

As políticas de expansão industrial possibilitaram uma nova realidade ao país, devido ao contexto de mudanças que ocorria. O contexto econômico criou a necessidade de investir mais em políticas públicas, com atenção para a educação, visando a transformação social. A análise desse processo nos convida a refletir sobre a importância de políticas educacionais que

respeitem a diversidade cultural e as necessidades locais, promovendo um desenvolvimento mais justo e inclusivo para as futuras gerações. Esse contexto reflete uma prática comum de ensino apoiada pelos militares e a doutrinação cristã desde os tempos da colonização dos imigrantes no Brasil.

Em Ampére não foi diferente, a igreja católica coordenou o ensino escolar, especialmente no início da escolarização. Ao longo desse período, a educação se desenvolveu em várias direções, conforme depoimentos dos professores, o município não havia conseguido suprir a falta de espaço para organizar a educação escolar, tanto na área urbana, quanto na rural. Começamos pelas instituições da área urbana.

3.1.1. A Escolarização na Área Urbana de Ampére entre 1964-1981

Ao consultar a legislação municipal, disponível no arquivo da prefeitura, identificamos várias iniciativas que comprovam a ação do poder público municipal. Por exemplo: pela Lei nº 6, de 15 de dezembro de 1961 foi organizado os serviços públicos municipais e criados vários cargos públicos. O serviço de educação foi definido no artigo 6, da seguinte forma: “competete realizar o curso primário na área rural e promover quando possível serviço de natureza cultural, bibliotecas e conferências” (Prefeitura de Ampére, Lei n. 6 de 1961). A Lei deixou explícito que cabia ao município cuidar das escolas no meio rural, ficando para o Estado do Paraná a responsabilidade de criar e manter escolas nas áreas urbanas, como previa a Constituição Estadual de 1947. O artigo 110, inciso I da Constituição de 1947 estabeleceu que cabia ao Estado a “criação de escolas públicas para cada núcleo de 500 habitações, e colégios estaduais nas principais regiões (Paraná, Constituição de 1947).

De antemão, chamamos a atenção para o fato de que há várias lacunas sobre a história da educação na cidade de Ampére. Como dito, a criação de escolas na área urbana era uma atribuição do governo estadual. Nas primeiras décadas do século XX, não existia uma organização educacional a nível nacional para o ensino primário, cada Estado determinava sua própria organização. O avanço ou estagnação no setor dependia dos intelectuais de diferentes grupos que idealizavam planos para a educação em cada Estado (Oliveira, 2022.)

Como demonstrado, o Estado criou instituições, mas a recuperação da história dessas instituições não é uma tarefa fácil, pois a maior parte da documentação foi perdida e naquela época era comum uma sobreposição de instituições, que acabou confundindo a memória de muitos que vivenciaram aquele processo. Nesse tópico, procuramos reunir um conjunto de dados e informações que permitem uma análise um tanto resumida daquelas experiências educativas, mas foi o possível a se chegar até o momento nas investigações históricas.

Após a emancipação, a vila de Ampére cresceu e passou a demandar por instituições educativas mais qualificadas. Na vila havia, uma escolinha de madeira, que funcionava, desde quando era Distrito Administrativo de Santo Antonio e Capanema, mas essa escola não atendia mais as demandas da população. De acordo com Reichert (2020), novas famílias chegaram, o número de crianças foi crescendo, as próprias crianças cresceram, a demanda por escolas cresceu. Segundo o mesmo autor, as escolas não eram grandes preocupações na primeira década da colonização, o que já mudou na década de sessenta em diante. A partir de então, a escolarização passou a ser vista como uma condição fundamental para a ascensão social e econômica dos colonos, pois buscavam melhores oportunidades em um contexto de transformação social. A educação, portanto, não apenas visava a formação acadêmica, mas também, tornou-se um instrumento de inclusão e mobilidade social.

Com o tempo significativas transformações foram produzidas determinadas pela base material de produção em cada etapa do desenvolvimento das forças produtivas, para formar os intelectuais necessários ao desenvolvimento das funções essenciais decorrentes das formas social e técnica do trabalho, impactando ao processo de escolarização. As lutas e reivindicações travadas pelas comunidades criaram a necessidade de políticas públicas educacionais para garantir o acesso a educação.

Diante da inoperância do Estado do Paraná e da incapacidade do município em resolver tal problema da educação na área urbana, a Igreja Católica, sob a liderança do Padre José Bosman, convocou uma reunião da comunidade, no início do ano de 1964, incluindo alguns professores, para discutir a possibilidade de criação de uma instituição escolar. No encontro foi criada uma comissão, cuja pauta central era viabilizar uma solução para o setor educacional na cidade de Ampére e buscar alternativas para viabilizar educação para as crianças e adolescentes.

De acordo com Reichert I. (2021), a comissão buscou apoio na comunidade e contou com a participação de oito professores disponíveis para assumir a instituição a ser criada. Mas o problema esbarrava na falta de uma estrutura física adequada. A escola necessitava de um espaço próprio e amplo. A comissão sugeriu a aquisição do prédio do antigo Hospital do Dr. Miguel Tartarella, que havia encerrado suas atividades e se mudado para São Paulo.

Imagem 8. Reunião da comissão que organizou o Educandário São Miguel, aos fundos o padre José



Fonte: Arquivo pessoal Jair Cesca.

O projeto foi acolhido e assim nasceu o Educandário São Miguel.

3.1.1.1. Educandário São Miguel

O prédio do antigo Hospital do Dr. Miguel Tartarella foi adquirida pela comissão pró-Educandário São Miguel, contando com o apoio da administração pública municipal e da população amperense. No momento de financiar essa iniciativa, na qual a transação foi efetuada pelo valor de Cr\$ 44.300.000,00 (quarenta e quatro milhões e trezentos mil cruzeiros). A comunidade foi convocada, e a população contribuiu financeiramente, estipulando um valor a ser pago mensalmente pelos familiares. Embora, muitos tenham contribuído por algum tempo, a Paróquia assumiu a maior parte dos custos.

Conforme Reichert I. (2021), um dos membros da diretoria da Igreja, próximo do dia do pagamento, visitava cada um dos sócios, aceitando sementes, porcos, entre outros, daqueles que não dispunham de dinheiro. Os itens arrecadados eram convertidos em dinheiro, o que possibilitou resolver as preocupações do Padre José com o pagamento do prédio do Educandário.

Ao buscar dados na documentação, evidenciamos o envolvimento do poder público municipal, mediante a aprovação da Lei nº 103, de 11 de agosto de 1964, que criou “uma verba suplementar de 250 mil para ser doada ao colégio deste município para ajudar no pagamento do prédio” (Ampére, Lei nº. 103, de 1964). Segundo Reichert (2020), os professores passaram a ser remunerados pelo município, ampliando assim sua participação na viabilização da instituição.

Outro fator que possibilitou a viabilidade da instituição foi a chegada de um grupo de religiosas, no município de Ampére, em 15 de janeiro de 1964, para atuar na catequese, e ocasionalmente na educação. As religiosas ministraram aulas e auxiliaram os professores no processo de ensino, visto que muitos deles não tinham formação específica. Como elas necessitavam de um local para morar, a comissão cedeu a casa que era do Dr. Miguel Tartarella, que ficava no mesmo terreno do prédio do antigo hospital.

O Educandário São Miguel marcou um importante capítulo no início da escolarização na cidade de Ampére, isso evidenciou uma clara relação entre o poder público, a comunidade e a igreja naquele período. A Instituição constituiu-se em uma mescla de escola privada, confessional, comunitária e pública, comum na região Sudoeste no período, como indicaram Belliato e Castanha (2022). A professora Marli Teresinha Dresch, foi a primeira diretora da instituição.

A educação no Educandário São Miguel de Ampére tinha como objetivo potencializar o desempenho pedagógico dos conteúdos garantindo o direito de todos ao conhecimento e pleno desenvolvimento humano. O educandário desempenhou o papel de socializar o conhecimento e atuar na formação moral e intelectual dos alunos.

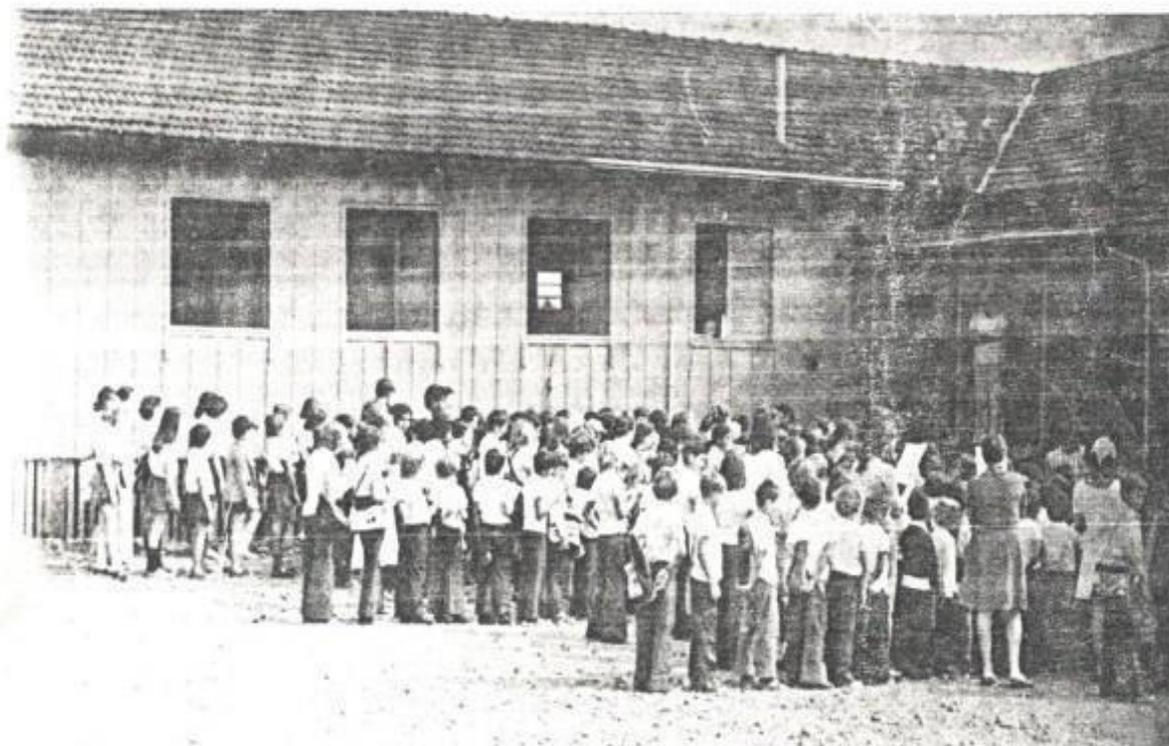
Imagem 9. Desfile vindo do Bairro N.S. das Graças, ano de 1967



Fonte: Arquivo pessoal de Luiza Cesca.

Confome Reichert T. (2021), foi no Educandário São Miguel, que ela estudou, sendo depois professora aos 16 anos de idade. No ano de 1967 teve uma processo seletivo, organizado para professores de Ampére, as provas foram elaboradas pelas Irmãs, mesmo sem ter iniciado o curso Ginásial ela foi aprovada para ser professora.

Imagem 10. Educandário São Miguel (área e pátio interno)



Fonte: Arquivo pessoal Lucia Cesca.

O registro do Educandário São Miguel oferece uma visão abrangente da área externa e do pátio interno da instituição. A imagem, ao contemplar a área e o pátio interno, proporciona uma representação visual do ambiente educacional, permitindo uma compreensão mais completa da infraestrutura e dos espaços em que as atividades educativas ocorriam.

Durante a fase de aquisição do prédio, foi pensado pelas lideranças da igreja católica a possibilidades de se estabelecer uma casa de formação de religiosas, mas isso não se concretizou. Apenas foi garantida a moradia das Irmãs na casa situada no mesmo terreno do Educandário.

Imagem 11. Casa das Irmãs Religiosas, junto ao Educandário São Miguel



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Cesca.

De acordo com Ivo Ciesca pioneiro de Ampére, havia um projeto, juntamente com a Igreja Católica de Ampére, para construir uma escola que atenderia as crianças das comunidades mais vulneráveis, ação considerada um carisma dos padres belgas com os mais carentes, mas como não logrou êxito, Ampére perdeu a oportunidade de ter mais uma instituição.

Como já enfatizado, havia a expectativa de manter uma formação básica para jovens vocacionadas à vida religiosa, o próprio Padre José disse que não teria assumido tal compromisso se soubesse que não iria cumprir.

Os registros fotográficos do Educandário São Miguel oferecem uma visão abrangente da área externa e do pátio interno da instituição. Vejamos imagens que registram aquele momento da instituição.

Imagem 12. Oliva Santolin, “baliza” do desfile cívico, ladeada pelas religiosas Angela e Virgínia, nos primeiros anos de Ampere, provavelmente em 1967



Fonte: Arquivo pessoal de Dileta Cesca.

Imagem 13. Educandário São Miguel. Banda de Fanfarra, coordenada por Celso Jardim da Rocha



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Cesca.

A imagem oferece uma vista parcial da instituição, situada na rua XV de Novembro. Um detalhe notável na imagem é a presença da Banda que era coordenada por Celso Jardim da Rocha. A captura visualiza um momento específico, proporcionando uma visão histórica e contextualizada do espaço, destacando não apenas a arquitetura do prédio, mas também, a dinâmica cultural representada pela banda.

Ao fazer o levantamento da legislação no arquivo da prefeitura municipal, identificamos algumas medidas em favor do Educandário São Miguel, no final da década de 1960. A primeira foi a Lei n. 34, de 10 de dezembro de 1967, que autorizou o município a dispensar de todos os impostos municipais, referentes a edificações e terrenos do Educandário São Miguel e das Irmãs Beneditinas da Divina Providência (Ampére, Lei n.34 de 1967). Já a Lei n. 2, de 12 de março de 1968, criou uma verba suplementar de 850,00 cruzeiros novos para fazer o pagamento da pintura do Educandário (Ampére, Lei n.2 de 1968). Pela Lei n. 16, de 19 de setembro de 1968, foi autorizado o poder público municipal a efetuar um pagamento mensal de NCr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos), para as Irmãs Beneditinas da Divina Providência, referente aos meses de agosto a dezembro daquele ano, totalizando (Ampére, Lei n.16-A de 1968). Pela Lei n. 24, de 11 de agosto de 1969, que isentou do pagamento da taxa de luz o Educandário São Miguel (Ampére, Lei n 24 de 1969).

Pelos relatos e imagens fica evidenciado que o Educandário era um privilégio da elite amperense, em desfavor dos filhos da classe trabalhadora. Pelo que foi possível concluir das investigações, em meados da década de 1970, quando os edifícios do Grupo Escolar e do Ginásio Estadual foram construídos ou ampliados, o Educandário São Miguel deixou de existir.

3.1.1.2. O Grupo Escolar Estadual de Ampére

Para Emer (1991), a última modalidade instituída na região, foi o “Grupo Escolar Público”, construído em núcleos coloniais isso significa que esta modalidade inaugurou um regime seriado rígido, com pré-requisito de exames na última série e cuja aprovação ao final garantiria o Certificado do Ensino Primário. Nesta modalidade, o trabalho do professor também era parcelado, dividido em séries. Portanto, o professor passou a ter controle parcial do processo de ensino-aprendizagem, nos moldes da divisão social do trabalho, característico do modo de produção capitalista.

De acordo com Reichert I. (2021), este estabelecimento escolar foi inaugurado em dezembro de 1964, localizado na Rua XV de Novembro, 1.232, Centro, com 4 salas de aula e

uma cozinha na antiga escolinha construída, onde hoje está situado o Colégio Cecília Meireles.

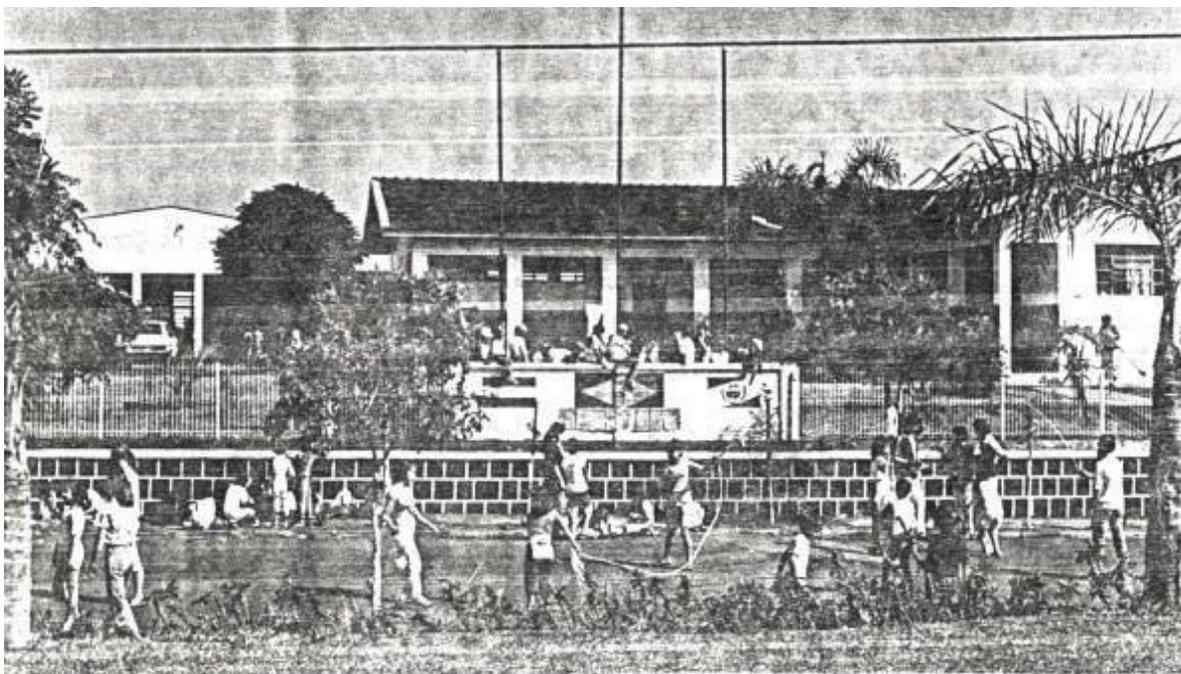
Reichert I. (2021), ressaltou que a instituição foi criada pelo Governo Ney Braga e no mandato do Prefeito Augustinho Gnoatto. A promessa era de construir uma estrutura ampla em alvenaria. Mas como a demanda cresceu e o prédio construído não comportava mais todos os alunos matriculados, parte dos alunos foram agrupados junto ao Educandário São Miguel, compondo um complexo escolar, passando a denominar-se Grupo Escolar São João Batista de La Salle, tendo como diretora a Irmã Ângela. Somente em 1971, quando novas salas foram entregues foi que todos os alunos passaram a estudar na área central. Na época da implantação do grupo Escolar (1965), vários professores eram leigos, com exceção de Marli Dresch, Isolda Pelissari e Zulma Dalazém, que tinham formação no curso Normal Regional. O quadro de professoras foi reforçado pelas Irmãs Virginia, Zélia e Mercedes, que possuíam formação de nível Médio.

Imagem 14. Grupo Escolar São João Batista de La Salle (hoje sede do Colégio Cecília Meireles), no início da década de 1970



Fonte: Arquivo pessoal de Ivo Cesca.

Imagem 15. Grupo Escolar São João Batista de La Salle, já sem o Ginásio, mas com o Curso Normal Colegial, ano 1978



Fonte: arquivo pessoal de Ivo Cesca.

A primeira imagem revela uma quantidade expressiva de crianças, todas uniformizadas que participavam da cerimônia no pátio escolar, possivelmente na inauguração de novas salas de aula. A segunda já evidencia uma estrutura mais ampla e mais organizada. O grupo escolar consolidou-se e tornou-se o atual Colégio Estadual Cecília Meireles.

Conforme indicou Dagostin (2024), no final da década de 1960, devido a demanda pela formação de professores ganhou relevância a ideia da criação de uma Escola Normal Colegial. Essa ideia avançou e o projeto foi encaminhado no início do ano de 1970. A Escola Normal Colegial foi aprovada em 27 de outubro de 1970, segundo o ofício de nº. 174/70 e passou a funcionar nas dependências do Grupo Escolar São João Batista de La Salles.

3.1.1.3 Ginásio Estadual de Ampére

Com a consolidação do complexo escolar São João Batista de La Salle, era necessário verticalizar a escolarização no município, sendo fundamental, para tanto, a implantação do curso ginásial. O município já contava com uma grande quantidade de alunos em condições de cursar o ginásio, pois além das escolas urbanas, havia muitas escolas rurais que garantiam a formação do curso primário. As famílias mais bem de vida, mandavam seus filhos estudar em Capanema, Francisco Beltrão, Curitiba, mas a grande maioria da população local, necessitava da implantação de um curso ginásial.

Conforme Reicher, T. (2021), o Ginásio Estadual de Ampére foi autorizado em 1967, mediante a luta da comunidade que se empenhou no processo, dirigido por um grupo de pessoas, que contou com o apoio do Poder Público Municipal, que encaminhou um Projeto, para atender despesas de instalação. O projeto resultou na aprovação da lei que concedeu um crédito especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ampére, no valor de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), para a instalação do Ginásio Estadual (Ampére, Lei n 23 de 1967).

Conforme Reichert, I. (2021), o projeto recebeu uma posição favorável do Governo do Estado, o qual autorizou, em 29 de dezembro de 1967, pelo Decreto Estadual nº 8.268, do Governador Paulo Pimentel (1966-1971), sendo autorizado pela Portaria Secretarial nº. 12.930/67, da mesma data do Decreto, publicado no Diário Oficial do Estado em 30 de dezembro de 1967. Algumas pessoas se empenharam na causa do ginásio, como a Irmã Ângela, o Pe. José Bosmans, o Prefeito José Arnaldo, a professora Marli Terezinha Dresch e o Presidente da Câmara Ilirio Joanela.

Com a aprovação do Ginásio, o desafio era criar as condições para o início das aulas ainda em 1968. Por isso, nos primeiros dias de janeiro foi criada uma comissão de professores para elaborar a prova do Exame de Admissão, para ser aplicada aos candidatos concluintes do curso primário, que desejavam ingressar no Ginásio, como estabelecia a Lei 4.024/61. De acordo com Reichert (2020), o exame de Admissão ao Ginásio, assemelhava-se a um vestibular, que possibilitava a passagem do curso primário para o secundário, na época dividido em curso ginásial, de 4 anos e curso colegial de 3 anos.

Conforme Reichert, T. (2021), a demanda pelo Curso Ginásial já existia antes de 1967/68, mas a falta de profissionais formados, especialmente um professor com formação no Paraná, para as disciplinas de História e Geografia do Paraná, impediu o avanço da ideia. Outro problema era a falta de estrutura física para abrigar a escola na cidade. Mas como havia a promessa da construção de novas salas no prédio do Grupo Escolar, o projeto avançou, permitindo que o curso iniciasse suas aulas no início de março de 1968.

Criadas as condições para o início das atividades do curso Ginásial, foram sorteadas entre os professores disponíveis na época, as disciplinas a serem ofertadas. Inácio Reichert ficou responsável por História e Geografia, Flávio José Penso (*in memoriam*) com matemática e ciências, Irmã Ângela assumiu a Direção e Português, Casemiro cuidou da secretaria e ministrou Francês, Padre José ficou com Ensino Religioso e Inglês. Além disso, Demétrio Fiorelli, Marly Dresch e Isolda Pelissari, que ainda não haviam concluído o 2º grau, foram chamados para lecionar Educação Física masculina e feminina (separadamente) e

Educação Artística. Assim, mesmo em condições precárias, o quadro docente foi montado para atender a uma turma no período matutino, composta por 35 alunos (Reichert I. 2021).

De acordo com Reichert I. (2021), a lista inicial de alunos que iniciaram os estudos inclui, Agostinho Schmoller, Altair Dellani, Antônio Rosentalski, Belarmino Baccin, Belcezar Spada, Idalino Maier, Ivo Gusberti, Jair Borela, João Carlos Giason, José Soares da Rocha, Militino Manfredini, Nelson Dalla Costa, Silvino Perondi, Ana Maria Barbieri, Catarina Florentina Pinto de Moraes, Claudete Detone, Diva Marafon, Elza Maria Favoreto, Gelcir Cerutti, Inês Detone, Ires Crestani, Ledi Elizabet Freire, Leoniria Gnoatto, Lucides Potrich, Maria Marleci Ramos, Maria Nilsa da Rocha Soares, Maria Rosa da Silva, Nilza Pedruzzi, Odila Favretto, Salete Dalazen, Salete Forte e Terezinha dos Santos Reichert. A formatura da primeira turma do Ginásio Estadual de Ampére foi em 8 de dezembro de 1971.

Com o curso Ginásial em funcionamento, o município encaminhou dois projetos de Lei, o 26/68 e 28/68, para viabilizar a construção do prédio para o funcionamento do curso ginásial. O projeto 26/68 autoriza o Executivo a firmar Convênio com o Fundepar para construção da sede própria do Ginásio Estadual de Ampére. O 28/68, permitia ao executivo municipal abrir crédito especial para a indenização de dois lotes destinados à construção do Ginásio Estadual de Ampére (Ampére, Lei n 26 e 28, de 1968). Todavia, o prédio para abrigar o Ginásio atrasou, sendo concluído somente para o início do ano de 1977.

Conforme Reichert, I. (2021), os salários dos professores, nos primeiros anos, eram pagos na Agência de Rendas, também conhecida como Coletoria Estadual. Naquela época, o coletor era Laurindo Dezanet, um dos primeiros alunos da instituição. Os desafios eram grandes devido a falta de investimentos do Estado na época. Outro grande obstáculo era o acesso a Inspeção Estadual de Ensino, que na época ficava em Santo Antônio do Sudoeste.

No início de 1969 foi implantada a turma no período noturno, mas as aulas começavam as aulas às 5 horas da tarde, devido à falta de energia elétrica, que só foi instalada no final de 1969.

A demanda pelo curso Ginásial continuou crescendo, tanto que em 1973, foram formadas turmas, na forma de extensões nas comunidades mais desenvolvidas do interior e que tinham número suficiente de matrícula. Foi criada uma turma no período da tarde em São Salvador. Outra em Bom Princípio, também no período da tarde e na Linha São Paulo no horário da noite, sendo iluminado por velas, mais tarde por lampião de querosene.

Conforme Pavelegini (2021), somente em 1977 foi que o curso ginásial contou com um prédio próprio, com espaço amplo, podendo atender novas turmas. Nesse período já estava em vigor a Lei 5.692/71, que alterou a denominação dos níveis de estudos, instituindo o

curso de 1º grau, com duração de 8 anos, sendo de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental e o curso de 2º grau profissionalizante de duração de 3 a 4 anos. Com isso, a instituição passou a se chamar de Escola Estadual Cândido Portinari, passando a oferecer o curso de 1º grau.

Imagem 16. Primeiras dependências da sede própria da Escola Estadual Cândido Portinari, 1977



Fonte: Arquivo pessoal de Dileta Cavazini Cesca.

Imagem 17. Vista aérea da quadra com as primeiras dependências da sede própria das Escola Estadual Cândido Portinari



Fonte: Arquivo pessoal de Dileta Cavazini Cesca.

A primeira imagem expressa uma visão geral da primeira estrutura física do Ginásio Estadual, que depois tornou o atual Colégio Estadual Cândido Portinari. Já a segunda dá uma visibilidade sobre a cidade de Ampére em meados da década de 1970.

A contextualização na educação é um modelo que leva em conta a realidade do aluno, enquanto o ensino dual é um modelo que divide a educação por classes sociais, onde prevalece as ideologias da classe dominantes. Para Cury (2005), a escola é o lugar da desconstrução de desigualdade, e a construção de um espaço livre e democrático, socialização do conhecimento, visando a promoção humana e a transformação social, para a classe trabalhadora, e não a submissão, a ordenação e a desconstrução do conhecimento. Como afirmou Kuenzer (1997), este caráter desqualificador se expressa através das estratégias que a sociedade como um todo, e particularmente a escola e a empresa, desencadeiam com vista à distribuição desigual do saber. Como já se indicou anteriormente, “esta diferença se transforma em desvantagem para a classe trabalhadora, por quanto a impede de se apropriar dos princípios teóricos e metodológicos que permitem a compreensão de sua prática, de sua função social, de sua visão de mundo” (Kuenzer, 1997, p. 31).

Feitos estes apontamentos sobre a educação urbana, passamos a tratar das escolas localizadas na área rural.

3.2 A Escolarização na área Rural entre 1964-1981

Conforme indicou Santi, a perspectiva da Escola Nova influenciou a educação no Estado, especialmente entre as décadas de 1920 e 1960. [...], o ensino rural, com divergências de opiniões, alguns apoiavam um ensino simples para as escolas rurais, diferenciado da escola urbana, outros não admitiam tal diferenciação e apoiavam um ensino único (2021, p. 61).

Conforme indicado em Cesca e Castanha (2024), no ano de 1964 havia em torno de 20 escolas em funcionamento na zona rural do município de Ampére, mantidas pelo poder público, mas certamente havia mais algumas delas, mantidas pelas próprias comunidades.

No período entre 1965-1981, a população municipal de Ampére cresceu consideravelmente no período. Em 1961, ano da emancipação, a população aproximada de Ampére era de 7.450 habitantes, incluindo a população de Realeza e de Santa Izabel do Oeste. Em 1970, a população de Ampére chegou a 13.246 e em 1980 era 15.628. Na época a maioria da população vivia na zona rural. Sendo assim, muitas escolas foram criadas reformadas e até receberam luz elétrica, naquele recorte de tempo. Segundo depoimentos de professores (Reichert, T. 2021; Pavelegini, 2021), que trabalharam no período, o poder público municipal pagava os professores, garantia a merenda escolar, mas repassou poucos recursos públicos para a construção das estruturas físicas das escolas.

Todavia, o município começou a experimentar um lento, mas significativo avanço na educação, impulsionado por movimentos sociais e pela crescente conscientização sobre a importância da educação para o desenvolvimento comunitário.

As escolas passaram a ser um ponto central nas comunidades rurais, proporcionando não só a educação formal, mas também, promovendo a integração social e cultural. Muitas dessas escolas, embora modestas, cumpriram um papel importante ao reunir alunos de diferentes famílias e comunidades, formando laços de solidariedade e cooperação entre as populações rurais. Eram espaços de transmissão de conhecimentos acadêmicos, que tinham um papel social e cultural de grande relevância.

De acordo com os professores, elas estavam diretamente ligadas ao fortalecimento da identidade local e à promoção de valores comunitários. Ao longo desse período, as escolas tornaram-se um ponto de encontro para eventos culturais, como festas, celebrações religiosas e atividades recreativas, que contribuíam para a construção de uma cultura local mais rica e diversificada. Além disto, também deveria ser um fator importante para a valorização de outros aspectos da vida social, como o direito ao trabalho como princípio educativo e a participação ativa na política local.

Ao fazer o levantamento da documentação encontramos várias medidas referentes a educação rural e as condições de trabalho dos professores.

Entre 1962 e 1972, atuou na região um órgão federal chamado de Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que cuidou da regularização e demarcação das propriedades rurais e urbanas da região. O GETSOP fez convênios com várias prefeituras para abrir estradas e construir escolas. Pela Lei n. 5 de 3 de março de 1966, o poder legislativo autorizou um convênio do município com o GETSOP para a construção de uma casa escolar, de uma sala de aula, na comunidade do São Tomás (Ampére, Lei n. 5 de 1966).

Como a população estava aumentando, a demanda por escolas na zona rural crescia, o poder legislativo, pela Lei n. 16 de 14 de outubro de 1968, autorizou o município a construir 5 prédios escolares na seguintes localidades: Linha Santa Inês, Santa Luzia, Sagioratto, Quinzinho (Sabino Cavagnol), São Tomás (Linha Buckmeier) (Ampére, Lei n. 16 de 1968).

Outra medida que entrou em vigor em 1968, ocorreu devido à Lei n. 32 de 10 de dezembro de 1967, que elevou o salário dos professores municipais. Na época, os professores eram classificados em três categorias/padrões A, B e C. Para o padrão A, no qual se concentrava a maioria dos professores das escolas rurais o salário estabelecido foi de 35,00 cruzeiros novos, para o B, 40,00 e para o C, 45,00 cruzeiros novos (Ampére, Lei n. 32, de 1967). A medida entrou em vigor a partir de 1968.

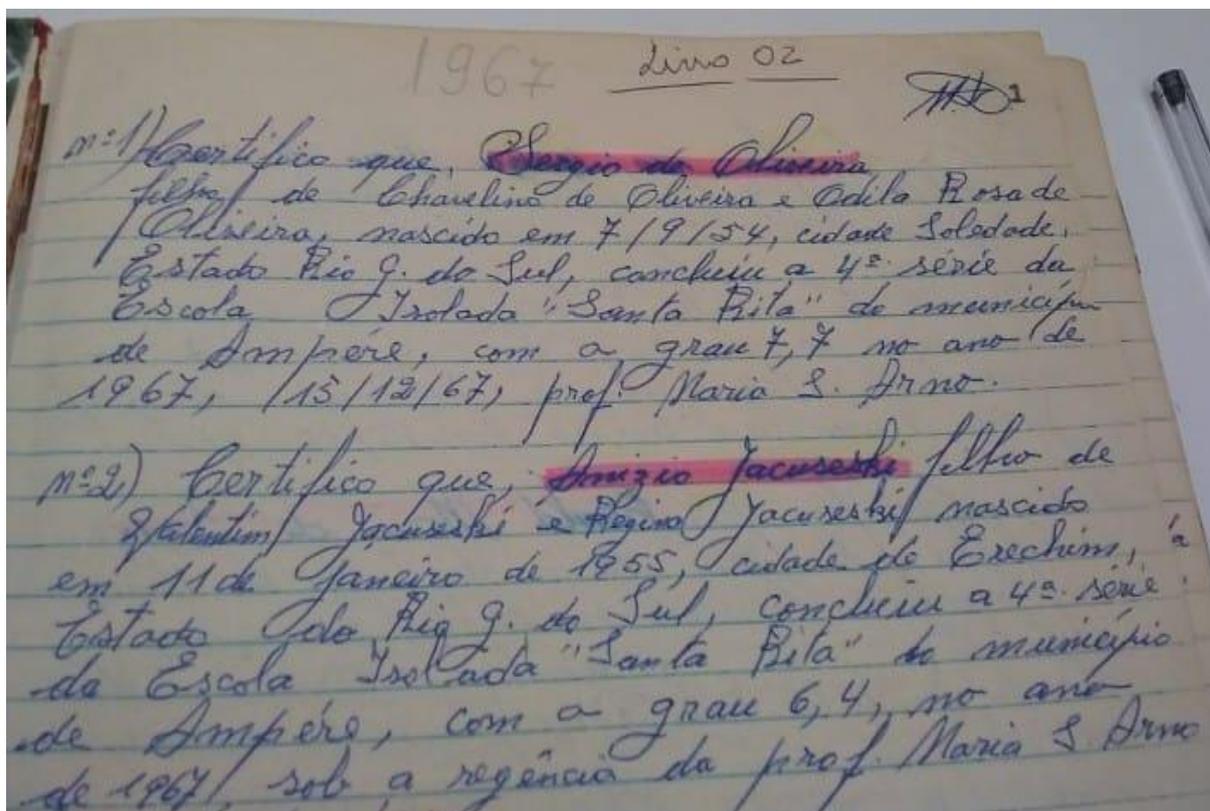
No final da década de 1960 a necessidade de construir novas casas escolares ainda era evidente. Pela Lei municipal nº. 32 de 13 de setembro de 1969 foi autorizado a construção de duas casas escolares, uma na comunidade de São Tomaz e outra na comunidade de Santa Inês (Ampére, Lei n. 32 de 1969). Como os recursos oriundos dos impostos ainda não eram suficientes para atender as demandas municipais, especialmente da educação, pela Lei nº. 34, de 11 de novembro de 1969, o poder público municipal foi autorizado a fazer um empréstimo de até 20 mil cruzeiros novos para o pagamento do salário dos professores. Para tanto foram empenhadas contas futuras do município para garantir o empréstimo (Ampére, Lei n. 34 de 1969).

Pela Lei municipal nº. 1, de 20 de janeiro de 1970, o poder público foi autorizado a firmar convênio com o Ministério da Educação e Cultura para a distribuição da merenda escolar, para o exercício do ano de 1970, por intermédio da Campanha nacional de Alimentação Escolar (Ampére, Lei nº. 1 de 1970).

Na época, os professores municipais precisavam executar uma série de trabalhos, como preparar a merenda e fazer vários serviços burocráticos referentes aos registros escolares. Para exemplificar destacamos alguns registros encontrados no livro ata de n.º 02

dos anos de 1967 e 1968, localizados na Secretaria de Educação do municipal de Ampére, feitos na conclusão do ensino primário.

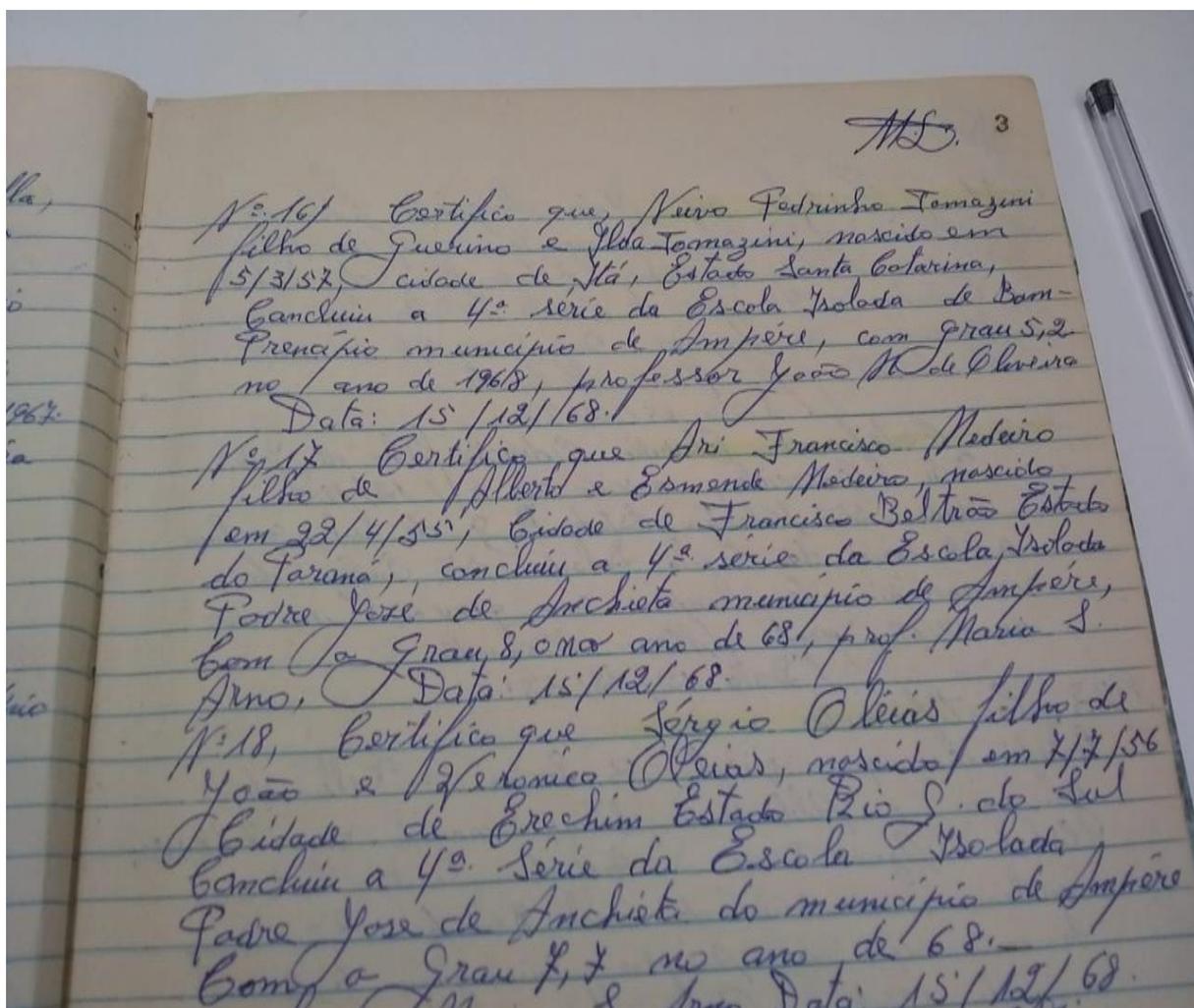
Imagem 18. Registro escolar de conclusão do ensino primário, no livro ata de n.º 02 do ano de 1967



Fonte: Arquivo da Secretária Municipal de Educação de Ampére.

No final do ano todos os alunos eram submetidos ao exame, aplicado por outro professor ou o pelo inspetor de ensino. Na época não era o professor regente que decidia se o aluno passava de ano ou concluía o curso. Essa decisão se dava pelo resultado obtido no exame final, aplicado por alguém que vinha de fora da escola e ficava responsável pela correção das provas e fechar o relatório de aprovação e reprovação. Como quase que a totalidade dos professores da época não tinham a formação exigida para a docência, isso exigia do inspetor/orientador do ensino municipal visitas mais frequentes para auxiliar os professores na execução do currículo escolar.

Imagem 19. Registro escolar de conclusão do ensino primário, livro ata de n.º 02 do ano de 1968



Fonte: Arquivo da secretária Municipal de Educação de Ampére.

No levantamento de fontes também encontramos registros de imagens das casas escolares da época, inclusive algumas delas ainda estão preservadas.

Imagem 20. Escola Princesa Isabel, Linha Escoriott de 1966/68



Fonte: Arquivo pessoal de Rita Cesca.

Imagem 21. Escola da Linha São Sebastião, os alunos e a professora Maria Manfrin em 1972



Fonte: Arquivo Pessoal Lucia Cesca.

Um exemplo de casa escolar rural preservada é o da escolinha São Cristovão, construída em 1977, conforme a Lei Municipal de n.º 249 de 1981, na antiga comunidade do Uassari, atualmente bairro da cidade de Ampére.

Imagem 22. Espaço escolar da antiga escola São Cristovão, comunidade do Uassari, 1977



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Os materiais utilizados para construir a casa escolar, foi comprado pela prefeitura municipal de Ampére, com apenas uma sala de aula. Atualmente este espaço está sendo utilizada para realizar os encontros do clube de mães do bairro Uassari.

Em visita à comunidade Rural de Água Doce, no Município de Ampére, com a companhia de Ivo Cesca avistamos a Casa Escolar Isolada Rural desativada, provavelmente construída no final da década de 1960. Todas as escolas deste período eram feitas de madeiras e neste estilo como mostra a imagem abaixo.

Imagem 23. Escola Rural desativada, na comunidade rural da Água Doce Ampére



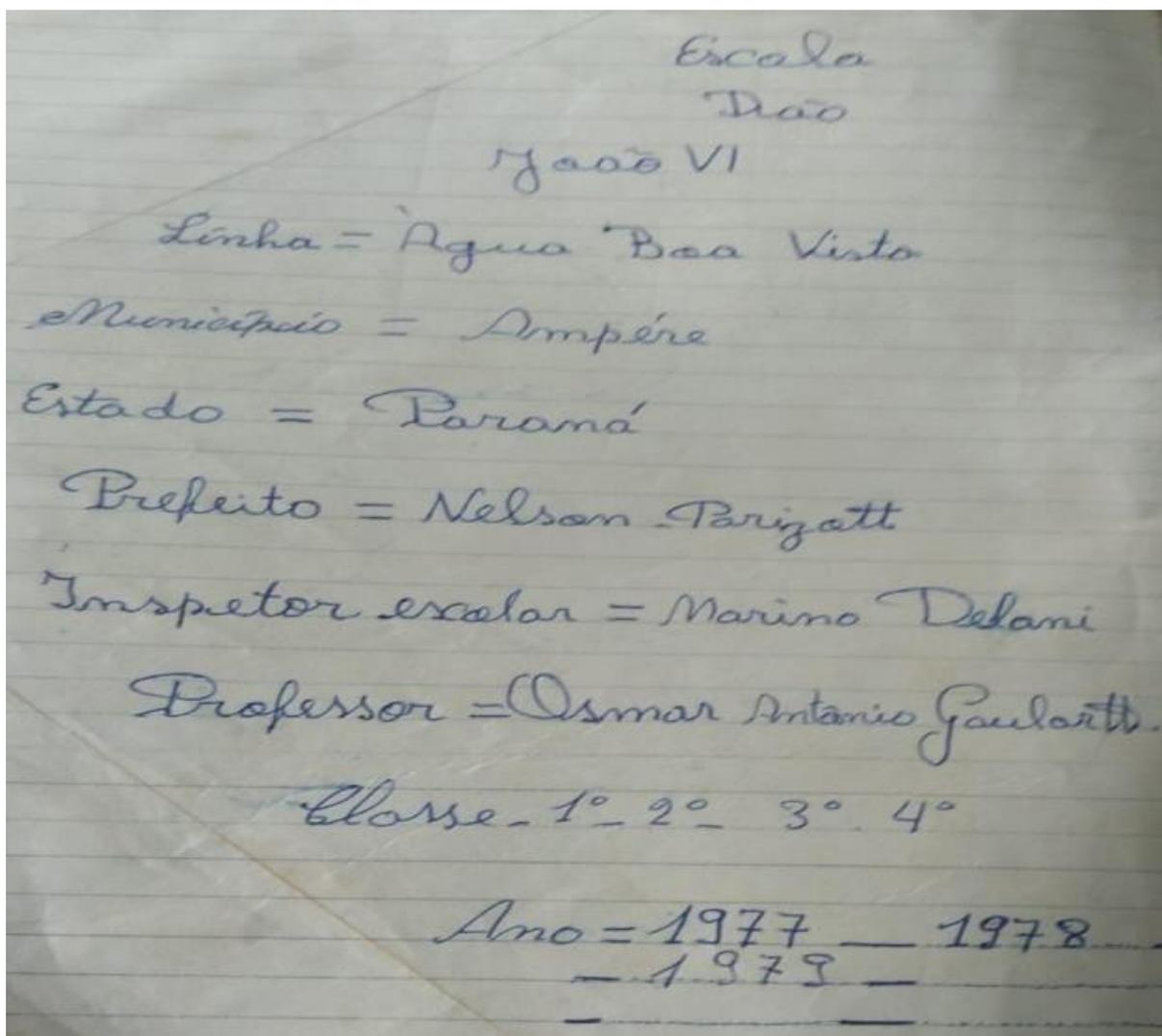
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Das casas escolares regularizadas pela Lei Municipal n.º 249 de 1981, atualmente há somente uma em funcionamento, que se encontra na comunidade de Água Boa Vista.

De acordo com Santi (2021), considerando que o foco da produção era agrícola e a maior parte da população residia na zona rural, as escolas isoladas foram relevantes para o período, pois auxiliaram na difusão do ensino chegando aos lugares de difícil acesso.

Ao verificarmos alguns arquivos na escola de Água Boa Vista localizamos um caderno com vários registros dos anos de 1977, 1978 e 1979, quando era prefeito Nelso Parizotti, e o professor Osmar Antônio Goulartt, que lecionava para as quatro classes 1.º, 2º, 3º, 4º, tendo como inspetor escolar Marino Delani.

Imagem 24. Livro de registro da escola Dom João VI nos anos de 1977, 1978 e 1979



Fonte: Arquivo da escola Dom João V.

Destacamos a importância desse tipo de documento na compreensão da história e constituições das instituições escolares da comunidade amperense. Eles permitem analisar o setor educacional possibilitando uma compreensão da estrutura administrativa e as influências da política e da economia na organização escolar.

Conforme Mészáros (2005), naturalmente, as instituições escolares tiveram que ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutuação do sistema do capital. Ao retrocedermos na história, vislumbramos um panorama das escolas organizadas para a comunidade amperense, conectando essas estruturas às mudanças nas relações de produção ao longo do tempo.

Como forma de incentivar os professores da zona rural e buscar a formação mínima exigida pela legislação para o exercício do magistério, o município fez um convênio com a

Secretaria Estadual de Educação para a oferta do Projeto Logos II, um programa de formação na prática, no qual os professores recebiam apostilas/módulos para estudar em casa. Depois de estudar os módulos os professores iam até a cidade fazer o exame referente aos módulos estudados. Se aprovados, os módulos eram eliminados. Ao ser aprovado em todos os módulos (eram muitos módulos), os professores recebiam o diploma de habilitados para o exercício do magistério primário. Pela Lei nº. 191, de 14 de agosto de 1979, foi autorizado o aumento salarial dos professores leigos, passando de 60% para 80% do salário regional, para todos os professores, efetivos ou não que já tivessem concluídos 120 módulos ou mais do Logos II (Ampére, Lei nº. 191, de 1979).

Em 1981, para atender uma exigência do Conselho Estadual de Educação, visando a efetivação da Lei Nacional 5.692/71, todas as escolas em funcionamento precisaram ser regularizadas e reconhecidas. No município havia muitas escolas rurais em funcionamento, mas não havia lei de criação e nem estavam regularizadas. Para resolver o problema e cumprir a determinação legal foi aprovada pelo legislativo municipal a Lei n.º 249, de 31 de agosto de 1981. A Lei listou as 41 escolas rurais em funcionamento, identificando nomes, localidades e datas de suas criação. Para dar visibilidade a medida, trouxemos documentos em anexo.

Imagem 25. Escolas criadas/regularizadas pela Lei n.º 249 de 1981, do Município de Ampére

Prefeitura Municipal de AMPERE
Estado do Paraná
Rua Maringá, 273 - Cx. Postal 20 - Fone (000 0463) 471212
AMPERE PARANÁ

LEI Nº 249/81

Cria e regulariza escolas municipais.
A Câmara Municipal de Ampére, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal de Ampére, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a criar as escolas a seguir relacionadas, regularizando-lhes a situação legal de funcionamento, conforme as denominações e localizações seguintes:

Nº Ordem	NOME	LOCALIDADE	DATA FUNDAÇÃO	LEI AUTORIZANDO CONSTR. PRÉDIO
01	São Sebastião	Linha Furlan	15.02.54	Nº 36, de 07.08.62
02	Tiradentes	" Santa Rita	15.02.55	-
03	Américo Vespúcio	" João	15.02.56	16D, de 14.10.68
04	São Luís	" Água Doce	15.02.58	16D, de 14.10.68
05	Fernão Dias Paes	" Stª Apolônia	15.02.58	-
06	Gonçalves Dias	" Km. 50	15.02.61	-
07	Presidente Kennedy	" Goulart	15.02.62	-
08	Dom João VI	" ÁGUA Boa Vista	15.02.63	-
09	Dom Aquino Correia	" Alto Alegre	15.02.63	-
10	Nossa Sª da Salette	" Vargem Bonita	15.02.64	-
11	S. Francisco de Assis	" Santa Fé	15.02.64	-
12	Nossa Sª Auxiliadora	" Mamédio	15.02.64	-
13	São João	" Lazaroto	15.02.65	-
14	São Tomás	" São Tomás	15.02.65	16D, de 14.10.68
15	São Pedro	" Irmãos Pereira	15.02.65	-
16	Santa Luzia	" Santa Luzia	15.02.65	16D, de 14.10.68
17	Nossa Sª Consoladora	" Manfrin	15.02.65	-
18	Zacarias Góis	" Progresso	15.02.65	-
19	Cristo Rei	" Salto Ampére	15.02.66	-
20	Nossa Sª de Fátima	" Km. 55	15.02.66	-
21	Duque de Caxias	" Bonita	15.02.66	-
22	Princesa Isabel	" Soariot	15.02.66	29, de 10.09.66
23	São Roque	" S. Sebastião	15.02.66	-
24	Mal. Deodoro Fonseca	" Balsa	15.02.67	-
25	Santa Inês	" Santa Inês	15.02.67	16D, de 14.10.68 e 32, de 13.09.69
26	S. Vácente de Paula	" Anta Nova	15.02.67	-
27	Sag. Coração de Jesus	" Água Preta	15.02.68	-
28	Pedro Álvares Cabral	" Cab. São Tomás	15.02.69	32, de 13.09.69
29	Dom Pedro I	" Biazin	15.02.70	-
30	São José	" Quadra	15.02.71	-
31	Padre Anchieta	" Chagas	15.02.72	-
32	Rocha Pombo	" Arroio Tigre	15.02.72	-
33	Vasco da Gama	" Ingrácio	15.02.73	-
34	Castro Alves	" Alto Floresta	15.02.74	-
35	São Brás	" Voltão do S. Brás	15.02.74	-
36	Costa e Silva	" Cab. Quinzinho	15.02.77	-
37	Juscelino K. Oliveira	" Bom Jardim	15.02.77	-

Prefeitura Municipal de AMPERE
 Estado do Paraná
 Rua Barinã, 219 - Cx. Postal 29 - Fone (0800 8405) 41 1212
 AMPÈRE PARANÁ

-02-

LEI Nº 249/81 - continuação

Nº Ordem	NOME	LOCALIDADE	DATA FUNDAÇÃO	LEI AUTORIZANDO CONSTR. PRÉDIO
38	Barão do Rio Branco	Linha Peruzzo	15.02.77	-
39	São Cristovão	" Uassari	15.02.77	-
40	Nossa S ^a de Lourdes	" Frâncio	15.02.78	-
41	São Jorge	" Barra do Ampère	15.02.82	-

Art. 2º - As escolas relacionadas e criadas pelo artigo anterior funcionarão em seus atuais estabelecimentos e nos imóveis cujo tombamento ao Patrimônio Público Municipal será objeto de regularização de Lei posterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cabinete do Prefeito Municipal de Ampère, aos 31 de agosto de 1.981.

Alcí E. Z. Fistarol
 ALCI E. Z. FISTAROL
 Prefeito Mun. em Exerco.

Certifico que a presente Lei foi publicada nesta mesma data.

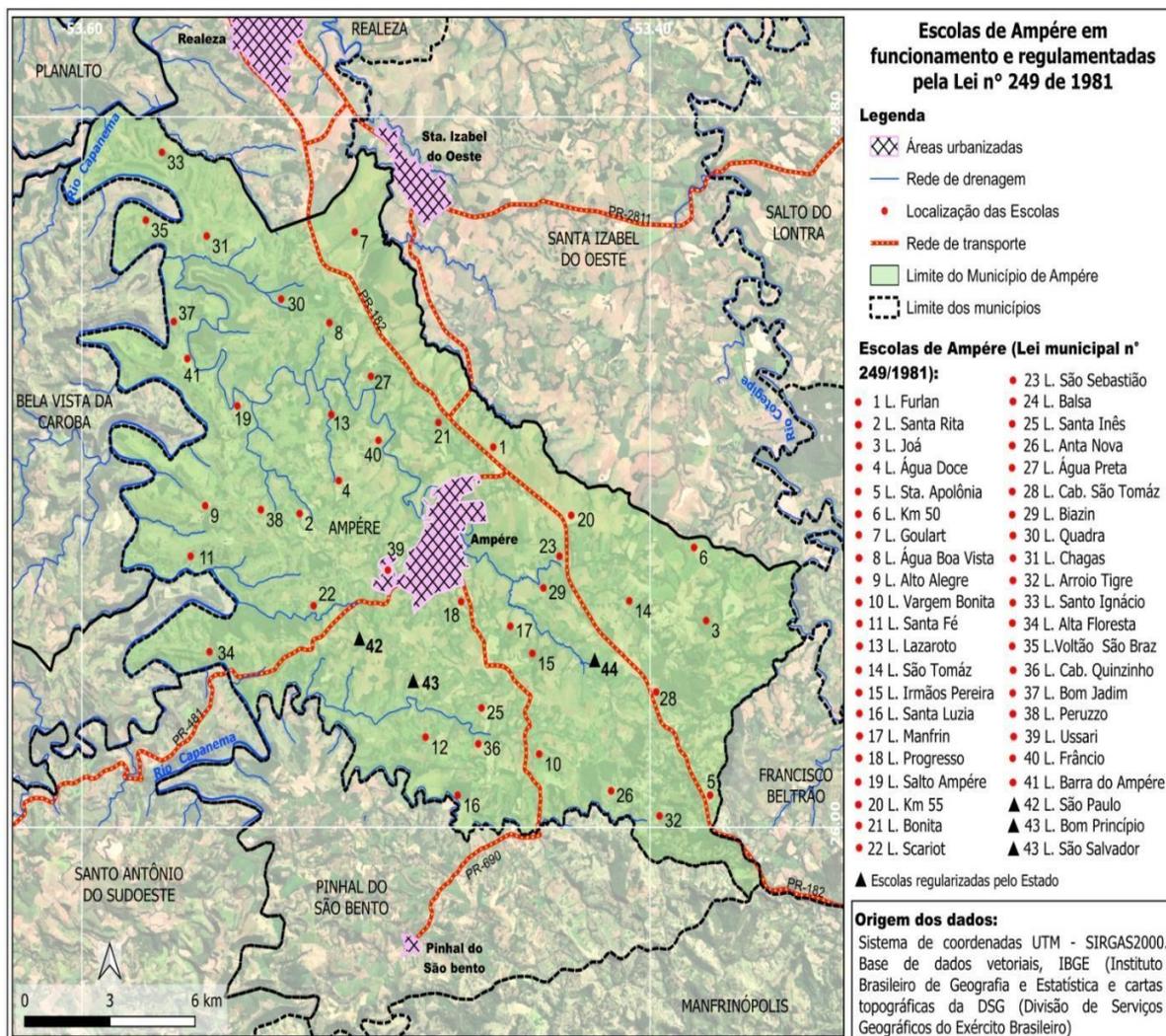
Inácio Reichert
 Inácio Reichert.
 Secretário Administrativo.

Fonte: Ampère, Lei n. 249 de 1981.

A Lei municipal apresenta os nomes das escolas por ordem de data de criação, evidenciando várias escolas que começaram suas atividades antes da emancipação, em 1961. No caso da escola de nº. 41, certamente foi um erro na hora de elaborar da Lei, pois não seria possível constar a criação de uma escola com data posterior a data do decreto.

Para dar mais visibilidade na distribuição das escolas pelo território do município, trazemos um mapa com a localização das escolas.

Mapa 4. Distribuição das escolas no município de Ampére, regulamentadas pela Lei n.º 249 de 1981



Fonte: Ampére, Lei n. 249 de 1981. Mapa elaborado por Fabiula Dias da Silva e Elvis Rabuske Hendges.

Sobre a organização do mapa esclarecemos que a ordem de disposição das escolas seguiu a mesma que consta na legislação. No mapa foi incluído mais 3 escolas com o símbolo ▲, que não foram reconhecidas pela Lei, mas que estavam em funcionamento na época.

A análise do mapa revela não apenas a disposição geográfica das escolas. O mapa evidencia como a população estava bem distribuída no município. Ficou evidente que no período havia uma distribuição considerável de escolas em áreas rurais, indicando um esforço para alcançar comunidades mais isoladas e garantir que a educação fosse acessível a todos, independentemente da localização.

Na lei 249, não apareceu as escolas das comunidades de São Salvador, Bom Princípio e Linha São Paulo. Segundo Reichert, I. (2021), a partir de 1973, nessas localidades passaram a funcionar extensões do Ginásio Estadual, depois o curso de 1º Grau, de 5ª a 8ª séries,

mantidas pelo Estado, por isso, quem fez o reconhecimento foi o Estado e não o município. Ao elaborar o mapa fizemos questão de incluir essas escolas, com os números 42, 43 e 44, localizando as comunidades de São Salvador, Bom Princípio e Linha São Paulo, respectivamente. Com a inclusão dessas escolas, constatamos que em 1981 haviam 44 escolas em funcionamento na zona rural do município de Ampére.

Refletindo sobre o contexto histórico e as decisões políticas, considera-se que ocorreram ações para ampliar a infraestrutura educacional em Ampére. No entanto, os desafios logísticos e geográficos, como a dispersão das comunidades e a necessidade de construir em espaços centrais das comunidades, complicaram essa tarefa. Todavia, a presença de várias escolas em áreas rurais destaca a tentativa de inclusão educacional.

O mapa de distribuição das escolas no município de Ampére, conforme a Lei n.º 249 de 1981, não apenas documenta a presença física das instituições educacionais, mas também, oferece uma janela para entender as complexidades e os desafios da administração educacional em um contexto geograficamente diversificado. Dessa forma, é possível afirmar que o mapa não é apenas ferramentas de localização, mas também um reflexo das dinâmicas sociais, políticas e econômicas de Ampére e região. Evidencia tanto os avanços quanto as lacunas na implementação de políticas educacionais, oferecendo um ponto de partida para uma reflexão sobre os desafios e sucessos na promoção do acesso à educação em contextos rurais. A análise crítica deste documento cartográfico, portanto, permite uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas na administração educacional e a importância de uma infraestrutura de qualidade para o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar as políticas relacionadas ao povoamento, surge diante de nós um quadro onde as decisões governamentais exercem uma influência não apenas abstrata, mas concreta, na teia social do Brasil. Durante a época da colonização, na promoção de políticas de imigração no século XIX, vieram para o Brasil, por diversos motivos, incluindo a busca de trabalho, melhores condições de vida, fuga de perseguições políticas, etnia, religiosa ou guerras. Um exemplo disso foi a história dos meus bisavós Joaquim e Maria Cesca, que vieram da região da Itália nos primeiros anos de colonização do território brasileiro.

Nessa jornada pelos registros, nos deparamos com uma diversidade de perspectivas teóricas, algumas eurocentradas, outras críticas, cada uma contribuindo para a narrativa complexa do povoamento brasileiro, bem como as estratégias para ocupação das fronteiras em diferentes regiões no século XX. Cada escolha política moldou não só a demografia e a geografia, mas também influenciou diretamente a história da educação e suas relações sociais que escoam até os dias de hoje.

Uma das escolhas políticas que se destacou foi a *Marcha para o Oeste*, que potencializou o processo de ocupação das fronteiras que estimulou os debates e embates dos grupos sociais, assim como respaldou as ações das esferas públicas. Na investigação ficou evidente que o passado é fundamental para entender a sociedade em que vivemos. As memórias fazem parte do que somos, da construção da nossa identidade e cultura. Além disso, todos os avanços conquistados até hoje começaram através das iniciativas e pesquisas algum lugar do passado.

A migração para a região Sudoeste do Paraná, da qual meus pais Ernesto Sandri Cesca e Amada Casagrande Dalponte participaram, bem como a história de meu avô paterno e seus três filhos, que interligaram com a história do município de Ampére, passou por uma série de obstáculos. Devido as disputas pela posse das terras entre colonos e colonizadoras, a região foi palco de uma revolta popular, conhecida como Revolta dos Posseiros de 1957, que só foi regularizada a partir de 1962, quando o governo federal criou o Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste (GETSOP). Neste entrevir histórico, ocorreram experiências de educação informal e formal, momentos de debates e embates, em relação ao modelo de produção a ser assumido pela região.

Fato que ocorreu devido ao grande valor econômico, por meio dos nativos, bem como da fertilidade recursos. Tais disputas foram impulsionadas por interesses econômicos e políticos, mas também pela luta pela sobrevivência de “caboclos” e camponeses que viviam

do trabalho na terra. Ao se instalarem no Sudoeste do Paraná, os migrantes sulistas descendentes de europeus, também foram alvo e agentes de disputas pela terra. E foi neste cenário que as diferentes formas de escolarização foram sendo gestadas nos núcleos coloniais da região.

Nos diversos contextos que marcaram a região, ocorreram lutas e disputas pelo território, conflitos e tensões sociais, que em certa medida aniquilaram a cultura dos primeiros colonizadores destas regiões, indígenas e caboclos. Por muito tempo a aprendizagem aconteceu de forma informal nas primeiras comunidades, que não contavam com o apoio do estado. A educação era organizada pelos núcleos familiares, ou seja, a escolarização particular domiciliar, instrução sem instituição escolar, esta modalidade era caracterizada pela informalidade, não regulamentada, os professores eram membros da comunidade com condições e disposição de ensinar, sem necessariamente possuir formação. É importante ressaltar que o desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças ficava centrado numa educação tipicamente familiar, ou seja, aprender aritmética, ler e escrever.

A comunidade amperense enfrentou desafios significativos, como a falta de políticas públicas adequadas e a exclusão de uma parte considerável da população infantil do sistema de ensino. A dependência de municípios vizinhos e a organização rudimentar das escolas evidenciam a necessidade de um olhar mais atento e comprometido com a educação. Com a chegada de imigrantes e a transformação das relações de produção, a escolarização passou a ser vista como um elemento fundamental para a inclusão social e o acesso a melhores oportunidades. Com isso, a educação não apenas contribuiu para a formação de indivíduos mais capacitados, mas também, desempenhou um papel crucial na construção da identidade local e na promoção de uma cultura de luta por direitos.

Portanto, a análise crítica desses eventos históricos não apenas revela uma transformação geográfica, mas também evidencia a complexidade das interações econômicas e políticas que moldaram a identidade de Ampére, influenciando diretamente no processo de escolarização.

Diante do exposto a história de Ampére é um testemunho da importância da educação como motor de transformação social. A análise crítica desse passado nos convida a refletir sobre a necessidade de políticas educacionais que respeitem e valorizem a diversidade cultural e as especificidades locais, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável para as futuras gerações. A educação, nesse contexto, deve ser entendida como um direito fundamental e uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Na pesquisa identificamos que ocorreu a busca pelo melhoramento da agricultura e desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná, ou seja, a entrada do capital no campo através dos agentes bancários onde múltiplos fatores interferiram no processo do ensino, especialmente o rural.

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolveu no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ideológica. Desse modo, a burguesia reconfigura a educação escolar para fazer valer seus interesses, bem como as concepções pedagógicas e a formação de professores. Em função disso, tornou-se fundamental a realização de estudos empíricos que tem correlações entre a forma de embates das organizações populares pelos direitos das políticas públicas locais. De acordo com Saviani (1989), é necessário manter-se atento a luta de forças que se estabelecem entre dominados e dominantes, necessitando um olhar crítico para os atravessamento das políticas públicas sociais, que forjam ou não o cenário da implementação das escolas públicas.

Conforme análise do contexto, pode-se chegar a uma conclusão prévia, de que a prática do setor produtivo e suas mudanças modelaram a educação conforme os interesses do capital, desencadeando a saída da população da área rural, período este em que houve a entrada do capital, devido aos pacotes tecnológicos direcionados para o campo. Na época, havia uma grande necessidade de o capital formar um número expressivo de trabalhadores semiqualeificados, para ter disponível um exército de reserva, mão de obra barata e suscetível ao movimento do mercado, garantindo a concentração de renda. Nesse cenário, a escola deveria ser compreendida como o espaço por excelência da formação e da construção dos processos democráticos da sociedade, realizando a mediação entre a dimensão individual e a dimensão coletiva/social, mas, ao contrário, sempre manteve processos excludentes.

A pesquisa evidenciou que a partir da emancipação, o poder público municipal procurou implementar políticas educacionais segundo as determinações das esferas estadual e federal. O município de Ampére começou a receber investimentos no setor educacional, com a construção de escolas, capacitação de professores e incentivo à escolarização das crianças. A expansão da educação primária e secundária foi fundamental para o desenvolvimento da cidadania e da inclusão social, foi um dos primeiros passos para consolidar as bases de um sistema educacional mais robusto.

A partir de meados da década de 1970, o foco voltou-se mais para o setor urbano, promovendo a verticalização da escolarização, visando incentivos para a industrialização do município. Ao voltar-se mais para o setor industrial e de serviços, privilegiou-se o crescimento urbano, desencadeando um processo de exclusão no meio rural, levando ao

fechamento das escolas rurais a partir do início da década de 1980.

Concluimos que o desenvolvimento da educação também trouxe benefícios econômicos significativos para o município de Ampére. Ao capacitar os cidadãos para novas formas de trabalho e incentivar a formação profissional, as escolas desempenharam um papel crucial na adaptação da população às novas demandas do mercado de trabalho. A educação tornou-se, portanto, uma ferramenta importante na formação de uma força de trabalho mais qualificada, capaz de contribuir para o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais. Com o aumento do acesso à escolarização, muitos jovens que viviam na zona rural de Ampére, passaram a ter a oportunidade de buscar empregos na área urbana, o que gerou um fluxo de capital humano para a cidade e ajudou a impulsionar a economia local.

Por isso, a distribuição desigual do acesso ao conhecimento tem implicações profundas nas oportunidades de vida e no papel que os indivíduos desempenham na sociedade. Essa dinâmica destaca a interconexão entre educação, estratificação social e reprodução das desigualdades, evidenciando a importância de se considerar as dimensões políticas e econômicas na análise do sistema educacional. Nesse contexto, a história de Ampére, sua colonização e emancipação, está intrinsecamente ligada à dinâmica e diversidade econômica da região, pensada na lógica do desenvolvimento nacional.

Portanto, as relações entre o saber, a escola, o conhecimento, o trabalho são complexas, potencializando que a escola atue como uma ferramenta de domesticação dos corpos, direcionando a força de trabalho aos interesses do capital. Esse modelo educacional, ao invés de promover a construção da criticidade e uma formação cultural inclusiva e democrática, favoreceu ao individualismo, a meritocracia falaciosa e o egoísmo, perpetuando as desigualdades sociais (Saviani, 1989).

O mundo mudou, o trabalho mudou, as profissões mudaram, o povo mudou, as indústrias mudaram, o tipo de alimentação mudou, a comunicação com o povo mudou, as do poder público mudou, a consciência da classe trabalhadora mudou, e muito mais coisas mudaram. A individualidade cede lugar ao sujeito que busca se adequar às determinações genéricas do mundo social massificado.

Para Onçay (2005), é de fundamental importância compreender, por meio da pesquisa, o processo de mudança no contexto cultural, dada impossibilidade de entender o papel social e a função das escolas em diferentes épocas, frente às demandas da economia burguesa e da classe trabalhadora. A pesquisa busca, portanto, compreender o processo de mudanças no contexto da modernidade e o ressignificado dessas mudanças no nível cultural, que é, tanto transformador, quanto revolucionário. Foi isso que buscamos fazer neste estudo. Se logramos

êxito, cabe a você concluir.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO, Estatístico do Brasil 1955 (v.16); **Anuário estatístico do Brasil 1960** (v.21).

AMPÉRE (Município). Ata nº. 02. Câmara Municipal de Vereadores, de 11 de dezembro de 1961. **Contém os primeiros Projetos de Leis Municipais, aprovados em 15 de dezembro de 1961.** Acervo digital da Câmara Municipal de Ampére.

AMPÉRE (Município). Lei Municipal nº 6, de 15 de dezembro de 1961. **Organiza os serviços municipais e criou cargos e dá outras providências.** Prefeitura Municipal de Ampére, 1961. p. 9.

AMPÉRE (Município). Lei Municipal nº. 07, de 15 de dezembro de 1961. **Cria o quadro de funcionários do Magistério Público Municipal, fixa padrões de vencimentos e outras abordagens.** Prefeitura Municipal de Ampére, 1961. p. 10.

AMPÉRE (Município). Lei Municipal nº. 15, de 7 de fevereiro de 1962. **Autoriza o executivo municipal a aplicar 20% dos impostos para o ensino.** Prefeitura Municipal de Ampére, 1962.

AMPÉRE (Município). Leis Municipais nº. 17, 18, 19 e 20, de 07 de março de 1962. **Criam os Distritos Administrativos de Sarandi, Realeza, Santa Izabel do Oeste e Marmelândia.** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1962

AMPÉRE (Município). Lei nº 64, de 14 de março de 1963. **Cria o perímetro para a construção de escolas municipais 200, ou seja, 2500m².** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei nº 72, de 10 de maio de 1963. **Autoriza o poder público a aumentar o salário do orientador do ensino municipal de 15 para 18000 mil cruzeiros.** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei nº 85, de 11 de setembro de 1963. **Dispõe sobre a taxa para fins educativos e dá outras providências.** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei nº 103, de 11 de agosto de 1964. **Cria uma verba suplementar de 250 mil para ser doada ao Colégio deste município para ajudar no pagamento do prédio do mesmo.** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei nº 107, de 18 de outubro de 1964. **Cria uma verba suplementar de 35 mil para a associação do município junto à Escola Prática de Agricultura de Francisco Beltrão – PR.** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei nº 107, de 18 de outubro de 1964. **Cria uma verba suplementar de 35 mil para a associação do município junto à Escola Prática de Agricultura de Francisco Beltrão – PR.** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei nº 5, de 3 de março de 1966. **Autoriza o Poder Executivo Municipal a assinar Convênio com o GETSOP para construção de uma casa escolar, de uma sala na localidade da Linha São Tomaz, neste município.** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei Municipal nº 23/67. **Abre crédito de Cr\$700.000,00 para despesas com instalação do Ginásio Estadual de Ampére.** Ampére, 1967. Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei nº 32, de 10 de dezembro de 1967. **Aumenta os vencimentos dos**

professores municipais. Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Registro escolar de conclusão do ensino primario, no livro ata de n.º 02 do ano de 1967. Arquivo da Secretária Municipal de Educação de Ampére.

AMPÉRE (Município). Lei n.º 2, de 12 de março de 1968. **Cria verba especial de 850,00 (Oitocentos e cinquenta Cruzeiros Novos) para pagamento da pintura do Educandário São Miguel, nesta cidade.** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei n.º 16-A, de 14 de outubro de 1968. **Concede auxilio de NCr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos) mensais às Irmãs de caridade desta cidade cria uma verba especial de NCr\$ 1.000,00 (Um mil cruzeiros novos).** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1968.

AMPÉRE (Município). Lei n.º 16, de 14 de outubro de 1968. **Autoriza a construção de cinco prédios escolares.** Ampére: Arquivo Público Municipal.

AMPÉRE (Município). Lei Municipal n.º 26/68. **Autoriza o Executivo a firmar Convênio com o Fundepar para construção da sede própria do Ginásio Estadual de Ampére.** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1968.

AMPÉRE (Município). Lei Municipal n.º 28/68. **Autoriza o Executivo a abrir crédito especial para indenizar 2 lotes para construção do Ginásio Estadual de Ampére.** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1968.

AMPÉRE (Município). Registro escolar de conclusão do ensino primario, livro ata de n.º 02 do ano de 1968. Arquivo da Secretária Municipal de Educação de Ampére.

AMPÉRE (Município). Lei n.º 24, de 11 de agosto de 1969. **Isenta de pagamento da taxa de luz o Educandário São Miguel, desta cidade.** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1969.

AMPÉRE (Município). Lei n.º 32, de 13 de setembro de 1969. **Autoriza o poder público municipal a construir duas casas escolares.** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1969.

AMPÉRE (Município). **Lei n. 34 de 11 de novembro de 1969. Autoriza o poder público municipal a firmar convênio com o Ministério da Educação e Cultura, a fim de distribuição da mernda escolar de 1970, por intermédio da Campanha Nacional de Alimentação escolar (CNAE), neste município.** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1970.

AMPÉRE (Município). Lei n.1, de 20 de janeiro de 1970. **Autoriza o poder público municipal a efetuar empréstimos até o limite de NCr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos, afim de pagamento dos professorados municipais, mediante empenho de verbas.** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1969.

AMPÉRE (Município). Lei Municipal n.º. 191, de 14 de agosto de 1979. **Aumenta o nível salarial de professores primários que concluíram a etapa do curso "Projeto Logos II".** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1979.

AMPÉRE (Município). Lei Municipal n.º. 249, de 31 de agosto de 1981. **Cria e regulariza 41 Escolas Municipais.** Ampére: Arquivo Público Municipal, 1981.

AMPÉRE (Município). **Revista Ampére**, 50. Prefeitura Municipal de Ampére. AMPÉRE (Município). **Revista Apaixone-se por Ampére**, 40 anos. Prefeitura Municipal de Ampére. Ampére, PR: Editora Berzon, 2001.

ARROYO, M. G.; FERNADES, B. M. **A Educação Básica e o Movimento Social do**

Campo – Brasília, DF; Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº2.

ARROYO, Miguel González. **Pedagogia em Movimento – o que temos que aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo Sem Fronteiras. Mina Gerais v 3, nº1, p. 28-49, Janeiro/Junho 2003 <http://lpp-uej. Net/ alped/ documento/ 1169-pdj>.

ARROYO, M. G. Os desafios da construção das políticas públicas para a Educação no Campo In: PARANÁ, SEED. Caderno Temático: Educação do Campo. Curitiba: SEED/PR. 2005.

BELLIATO, M. da C.; CASTANHA, A. P. A Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi – 1965 – 1976: Primeiros Apontamentos sobre a Formação de Professores Primários em Francisco Beltrão – PR. **Revista Faz Ciência**, [S. l.], v. 18, n. 27, p. 191, 2016. DOI: 10.48075/rfc.v18i27.15851. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/15851>. Acesso em: 1 maio. 2025.

BONAMIGO, Carlos Antônio et al. **História: tradições e memórias**. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2011. 460 p.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, edá outras providências**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm.

CARLET, Beatriz, Terezinha Cambrussi, et. al. Um olhar sobre Santa Izabel do Oeste PR. Santa Izabel do Oeste/PR: SDF Gráfica e Editora Ltda, 2021.

CASTANHA, André Paulo. **A Instrução Primária na Província do Paraná**. In: _____. O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização? São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2007. p. 309-364.

CASTANHA, André Paulo. **A legislação educacional como fonte para a história da educação: indicações teóricas metodológicas a partir do marxismo**: In: _____. Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889. Francisco Beltrão/PR: Unioeste; Campinas: Navegando Publicações, p. 28-47, 2013.

CATTELAN, Carla. **Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1984 a 1948: a escola multisseriada**. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2014.

CATTELAN, Carla e CASTANHA, André Paulo. **A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no Sudoeste do Paraná 1948-1957**. Porto Alegre. Oficina do Historiador, EDIPUGRS, v.9, n.1. 2016.

CESCA, Rosângela Maria; CASTANHA, André Paulo. **O Processo da Escolarização no Município de Ampére/PR entre 1950-1964**. PEER REVIEW, Vol. 6, Nº 11, 2024 Doi: 10.53660/PRW-2230-4119 ISSN: 1541-1389.

CESCA, Egnaldo. Francisco Beltrão, entrevista concedida em 20 de outubro de 2022.

CIESCA, Ivo. Francisco Beltrão, entrevista concedida em 24 de julho de 2023.

DAGOSTIN, Júlia Eduarda. **O Instituto Nossa Senhora do Sagrado Coração e a formação de professores em Capanema – PR (1960-1981)**. 2024. 192f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2024.

DUARTE, Valdir P. **Escolas públicas no campo: problemáticas e perspectivas: um estudo a partir do Projeto Vida na Roça**. Francisco Beltrão/PR: ASSESOAR, 2003.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola**. Rio de Janeiro – RJ, FGV, 1991.

FRIDOTTO, G. (2002). **A dupla face do trabalho: Criação e destruição da vida**. In G. Frigoto & M. Ciavatta (Orgs.), *A experiência do trabalho e a educação básica* (pp. 11- 27). Rio de Janeiro: DP&A.

GEBARA, Ivone. **Cultura e Relação de Gênero**. São Paul, CEPIS, 2002.92p.

GOMES, Iria Zanoni. 1957 **A revolta dos posseiros**. Curitiba, PR. 2ª ed. Criar edições Ltda, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, v. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HADAR, M. de L. M. A instrução popular no Brasil antes da República. In: BREJON, M. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus** São Paulo: Pioneira, 1973. p. 37-51.

KUENZER, Acácia Zenaide. **Ensino de 2º Grau: O Trabalho como Princípio Educativo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse de Terras no Sudoeste Paranaense**. 3.ed. Francisco Beltrão, PR: Grafit Gráfica Editora Ltda, 1998.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias**. Francisco Beltrão: ed Grafit, 2003.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguçu no Contexto da 'Marcha para o Oeste'**. Cascavel: Edunioste, 2002. 266 p.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Trad. de Reginaldo Sant'Ana**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1 e 2.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã I**. [Introdução de Jacob Gorender]. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos)

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONDARDO, M. L. **“Raizes” da migração cabocla para o Sudoeste Paranaense: lugares de origem, trajetórias e territorialização.** In: LANGER, P. P.; MARQUES, S. M. dos S.; MARSCHNER, W. R. (Orgs). Sudoeste do Paraná: ocupação territorial e diversidade étnica. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2010, p.43-73.

NEVES, Tânia Maria Morandin. Ampére, entrevista concedida em 24 de julho de 2024

NUMBERG, Maricéli Aparecida. N97h4 **História da educação do município de Enéas Marques – 1960 a 1992:** das escolas rurais à nuclearização. / Maricélia Aparecida Numberg. – Francisco Beltrão, 2017. 267f.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.); SALLES, Jefferson de Oliveira; KUNHAVALIK, José Pedro. **Construção do Paraná moderno:** políticas e políticas no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão Educacional: Novos Olhares, Novas Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Vilson Jaques de. **O Ensino Primário no Sudoeste do Paraná entre 1930 e 1952:** Criação, Difusão e Organização. 2022. 246f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2022.

ONÇAY, Solange Todero Von. **Escola das Classes Populares:** Construindo para Construção de Políticas Públicas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

PADIS, P. C. A Região Sudoeste: o que é e como foi ocupada. In: Formação de uma economia Periférica: o caso do Paraná- São Paulo: HUCITEC; Curitiba - PR: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná de 1947. Sala das sessões do Congresso Legislativo do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, aos 12 de julho de 1947, 126º da Independência e 59º da República. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/constituicao_do_parana_1947_0.pdf Acesso em 27 de janeiro de 2025.

PARANÁ. **Lei nº 3511, de 30 de dezembro de 1957. Cria no município de Capanema o Distrito Administrativo de Ampére.** Curitiba: Diário Oficial no . 240 de 30 de Dezembro de 1957. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=13972&indice=1&totalRegistros=3&dt=23.3.2024.16.15.3.232>

PARANÁ. Lei nº 4348, de 11 de abril de 1961. Cria no Quadro Territorial do Estado, os municípios de PÉROLA d’OESTE e AMPÉRE, desmembrados do Município de Capanema. Curitiba: Diário Oficial no . 34 de 12 de Abril de 1961. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir> Acesso em: 24 março de 2025.

PARANÁ. Lei n. **4728, de 24 de junho de 1963.** Cria o Município de REALEZA, desmembrado do Município de Ampére. Curitiba: Diário Oficial no . 93, de 25 de Junho de 1963.

PARANÁ. **Lei n. 4788, de 29 de novembro de 1963.** Cria os municípios de Diamante do

Norte, Japurá, Mariluz, Nova Cantú, Paula Freitas, Pôrto Vitória, Quinta do Sol, Salgado Filho, São Pedro do Paraná, Santa Izabel do Oeste e Tapejara. Curitiba: Diário Oficial no . 221 de 30 de Novembro de 1963. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=11375&indice=1&totalRegistros=3&dt=5.4.2025.16.21.11.646>

POPIOLEK, CCT **A Trajetória Histórico-Geográfica e a Constituição Educacional do Município de Ampére** - PR. 2022. 291f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2022.

PAVELEGINI, Lurdes de Costa. **Entrevista. Concedida no dia 11 de junho para Rosangela Maria Cesca, em 2021.**

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente. In: Revista Projeto História.** São Paulo: Programa de estudos Pós-graduados em História e Departamento de História da PUC/SP, no 14, 1997.

POSSAMAI, R. M. **A história da organização das mulheres do sudoeste do Paraná.** Curitiba/PR UTFPR 2007.

REGO, Rubem Murilo Leão. **Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1940-1970.** In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Revoluções camponesas na América Latina.* Campinas: Unicamp, 1985. p. 189-212.

REVISTA Cambota. **Construindo conhecimento a partir da ação dialogo dialético. Francisco Beltrão: Assessorar,** Revista cambota outubro 2006.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Os anos 80 no Brasil: aspectos políticos e econômicos.** Brasil Escola. 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-anos-80-no-brasil-as46sectos-politicos-economicos.htm>. Acesso em: 10 nov. 2021.

REICHERT, I. **Ampére: o Desbravamento e o Pioneirismo 1946 e 1961.** 2. ed. Ampére: FAMPER, 2020.

REICHERT, I.; CHICHOSKI, I. O.; RECH, R. **Visionários das industria de Ampére- PR. Ampére, PR: Jornal de Beltrão, 2015.**

REICHERT, Inácio. **Ampére: Desbravamento e Pioneirismo 1946-1961.** 2ª ed. Ampére: FAMPER, 2020.

REICHERT, Inácio. Francisco Beltrão, entrevista concedida em 11 de junho de 2021.

REICHERT, Terezinha dos Santos. Francisco Beltrão, entrevista concedida em 14 de agosto de 2021.

SANTI, Denize Naiara. **A institucionalização da escola rural no Paraná entre 1915 e 1946 a atuação dos inspetores.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá centro de ciências humanas, letras e artes programa de pós-graduação área de concentração: Educação, 2021.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica.** Curitiba: SEMENTE, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Escolar. In: Pensando a Educação.** São Paulo: UNESP, 1989, pág. 23-33.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 36ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SBARDELOTTO, D. K; CASTANHA, A. P. A Pesquisa em História da Educação no Sudoeste do Paraná: Análise e Perspectiva. **Revista de História e Historiografia Brasileira**, Curitiba, v. 4, pág. 189-213, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. O problema brasileiro de Educação. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia:** introdução à administração Educacional. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

THOMPSON, EP. **A Voz do Passado.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

WACHOWICZ, RC. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

ZUCHELI, Izabel. Ampère, entrevista concedida em 27 de agosto de 2024